



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA (PPGSP)**

**MESTRADO INTERINSTITUCIONAL – MINTER
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS -
IFNMG**

MÁRIO SÉRGIO COSTA DA SILVEIRA

**ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DOS BAIRROS CLARICE
ATAÍDE, NOVO HORIZONTE E VILLAGE DO LAGO I E II NA
CIDADE DE MONTES CLAROS TENDO COMO BASE O
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS (IVF)**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

Mário Sérgio Costa da Silveira

**ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA DOS BAIRROS CLARICE
ATAÍDE, NOVO HORIZONTE E VILLAGE DO LAGO I E II NA
CIDADE DE MONTES CLAROS TENDO COMO BASE O
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS (IVF)**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial
para a obtenção do Grau de Mestre
em Sociologia Política.

Orientador: Dr. José Pedro Simões
Neto

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Da Silveira, Mário Sérgio Costa

Análise da Qualidade de Vida dos Bairros Clarice Ataíde, Novo Horizonte e Village do Lago I e II na Cidade de Montes Claros Tendo Como Base o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF) / Mário Sérgio Costa da Silveira ; orientador, José Pedro Simões Neto - Florianópolis, SC, 2016.

216 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Sociologia 3. Qualidade de Vida I. Neto, José Pedro Simões. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Sociologia Política.. III. Título.

Mário Sérgio Costa da Silveira

Análise da qualidade de vida dos bairros Clarice Ataíde, Novo Horizonte e Village Do Lago I e II na cidade de Montes Claros tendo como base o Índice De Vulnerabilidade das Famílias (IVF)

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de MESTRE em Sociologia Política e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Prof.^o Dr.^o Yan de Souza Carreirão
Coordenador do PPGSP

Prof.^o Dr.^o José Pedro Simões Neto
Orientador

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Farias da Silva

Prof.^o Dr.^o Carlos José Espíndola

Prof.^o Dr.^o Erni José Seibel

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Jesus Cristo, meu criador e salvador.

Dedico também a algumas pessoas que me auxiliaram de forma direta para a construção deste projeto, sendo minha esposa, Denise Silveira, que sempre me apoiou.

Dedico este trabalho aos meus filhos, já que em muitos momentos me ausentei para poder estudar e escrever.

Dedico este trabalho à minha mãe que sempre me incentivou.

E, por último, mas não menos importante, ao meu orientador José Pedro que me reensinou a como fazer ciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me sustentado em todos os momentos.

Agradeço à minha esposa, mulher amada e compreensiva, tranquila e que me complementa. Agradeço pela compreensão nas ausências e por ter segurado a barra durante todo esse tempo.

Agradeço à minha irmã e também a minha colega, Maria de Fátima, que nos momentos difíceis, quando não sabia para onde caminhar neste trabalho, me norteou.

Agradeço a todos os profissionais da Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Montes Claros, em especial aos funcionários do CRAS JK/Village do Lago, principalmente a Ronilda, pela disposição em me ajudar no momento da coleta de dados.

Agradeço aos meus colegas Nelson Licínio, Mirian Rejane, Alana Mendes, Pedro Henrique, Amanda Chaves, Kelry Fonseca e Alberto da Silva que me ajudaram nas demandas internas do IFNMG – *Campus* Montes Claros.

Agradeço ao Irmão Irani e Família pela grande ajuda na chegada em Florianópolis.

Agradeço ao meu Orientador José Pedro Simões Neto que realmente me orientou em todas as tarefas que fiz.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a comparação quali-quantitativa de quatro bairros localizados na região nordeste da cidade de Montes Claros a partir de duas análises, sendo uma estatística utilizando o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF) e suas dimensões, e outra histórica, geográfica e social, baseada em levantamentos feitos *in loco* lastreados pelos trabalhos de Leite (2011), França (2012) e Fonseca (2010), em documentos da Prefeitura Municipal de Montes Claros, em entrevistas realizadas com pessoas que tiveram grande importância na formação dos bairros, e, também, em conversas com moradores da região. As análises basearam-se no conceito de qualidade de vida urbana. Entendia-se que as condições habitacionais e a origem dos bairros influenciariam diretamente na qualidade de vida. Dessa forma, após realizado o levantamento *in loco*, verificou-se que os bairros ainda possuem um relativo contato com a natureza e grande influência do meio rural, sérios problemas com poluição e destinação do lixo, além de graves deficiências com relação ao atendimento de serviços públicos, situações que provocam diminuição na qualidade de vida. Com o cálculo do IVF, verificou-se ainda que os bairros são estatisticamente homogêneos, refutando a hipótese diferenciação entre as áreas.

Palavra Chave: Qualidade de vida, IVF, Meio Urbano.

ABSTRACT

This work aims at qualitative and quantitative comparison of four neighborhoods located in the northeast of the city of Montes Claros from two analyzes being a statistic using the Vulnerability Index of Families (IVF) and its dimensions, and other historical, geographic and social, based on surveys conducted in loco backed by Milk works (2011), France (2012) and Fonseca (2010), documents the Municipality of Montes Claros, in interviews with people who have had great importance in the formation of neighborhoods, and also in conversations with local residents. The analyzes were based on the concept of quality of urban life. It was understood that housing conditions and the origin of the neighborhoods influence directly the quality of life. Thus, after carried out the survey on the spot, it was found that neighborhoods still have a relative contact with nature and great influence in rural areas, serious problems with pollution and waste disposal, as well as serious deficiencies in relation to care services public situations that cause a decrease in quality of life. With the calculation of IVF there was still that neighborhoods are statistically homogeneous, refuting the hypothesis of differentiation between areas.

Keywords: Quality of life, IVF , Urban Environment.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Crescimento urbano de Montes Claros.....	91
Imagem 02: Modelo tridimensional da cidade de Montes Claros com destaque para os bairros Village do Lago I e II e Clarice Athayde Vieira.....	127

LISTA DE MAPAS

Mapa 01:.....	62
Mapa 02:.....	93
Mapa 03:.....	100
Mapa 04:.....	111
Mapa 05:.....	113
Mapa 06:.....	119
Mapa 07:.....	121
Mapa 08:.....	122
Mapa 09:.....	124
Mapa 10:.....	126
Mapa 11:.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Atributos da qualidade de vida segundo a literatura.....	39
Tabela 02: IVF – dimensões e indicadores.....	67
Tabela 03: IVF – Indicadores da componente vulnerabilidade social...	71
Tabela 04: IVF – Indicadores da componente acesso ao conhecimento.	74
Tabela 05: IVF – Indicadores da componente acesso ao trabalho.....	75
Tabela 06: IVF – Indicadores da componente escassez de recursos:.....	77
Tabela 07: IVF – Indicadores da componente desenvolvimento infanto-juvenil.....	78
Tabela 08: IVF – Indicadores da componente condições de habitação:..	80
Tabela 09: Agregação do IVF.....	82
Tabela 10: Qualificação dos Informantes.....	96
Tabela 11 – Serviços Educacionais que Atendem a Região Nordeste de Montes Claros.....	114
Tabela 12 – Bairros de Moradia dos Descendentes do IFNMG – Campus Montes Claros.....	117
Tabela 13: Tabela de Qualificação das Vias de Trânsito.....	129
Tabela 14: Levantamento da qualidade das vias não pavimentadas dos bairros em estudo.....	130
Tabela 15: Levantamento da qualidade das vias pavimentadas dos bairros em estudo.....	131
Tabela 16: Frota das linhas de ônibus que atendem aos bairros em estudo para dias úteis, sábados, domingos e feriados.....	135
Tabela 17 - Casos por Bairro e Ano.....	142
Tabela 18: Sexo dos Referenciados por bairro.....	143
Tabela 19: Faixas etárias consideradas.....	147
Tabela 20: Escolas nos bairros próximos que atendem região em estudo.....	149
Tabela 21: Classificação hierárquico-piramidal utilizada pela CBO...	153
Tabela 22: Presença de pessoas que exigem cuidados de saúde e/ou sociofamiliares (%).	173

Tabela 23: Resultado da Anova a um fator LSD.....176

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Montes Claros – Crescimento Populacional.....	89
Gráfico 02: Estado Civil (%).....	144
Gráfico 03: Estado Civil por bairro (%).....	145
Gráfico 04: Naturalidade dos Referenciados (%).....	146
Gráfico 05: Distribuição da população da amostra por faixa etária (%).....	147
Gráfico 06: Distribuição da população por nível de escolaridade (%).....	148
Gráfico 07: Referenciados que participam de algum programa social (%).....	150
Gráfico 08: Distribuição da população da amostra de acordo com a ocupação (%).....	151
Gráfico 09: Pessoas com e sem renda (%).....	152
Gráfico 10: Principais subgrupos encontrados na amostra (%).....	154
Gráfico 11: Principais subgrupos encontrados na amostra com destaque para os empregados domésticos, pedreiros e serventes de pedreiro (%).....	155
Gráfico 12: Escolaridade das Pessoas que se declararam empregados domésticos.....	156
Gráfico 13: Tipo de Moradia por bairro (%).....	157
Gráfico 14: Situação do imóvel por bairro (%).....	158
Gráfico 15: Informação sobre o risco do imóvel (%).....	159
Gráfico 16: Estado de conservação das residências dos referenciados por bairro.....	161
Gráfico 17: Tipo de Cobertura das Residências (%).....	162
Gráfico 18: Tipo de Cobertura das Residências por bairro.....	163
Gráfico 19: Tipo de piso das residências (%).....	164
Gráfico 20: Tipo de piso das residências por bairro (%).....	165
Gráfico 21: Número de Cômodos por residência (%).....	166
Gráfico 22: Número de Cômodos por residência por bairro (%).....	167

Gráfico 23: Resposta à pergunta: “Há mais de dois moradores por cômodo?” (%).....	168
Gráfico 24: Resposta à pergunta: “Há mais de dois moradores por cômodo?” X Número de Cômodos (%).....	169
Gráfico 25: Resposta à pergunta: "Há mais de dois moradores por cômodo?" X Número de Cômodos (%) do Village do Lago I.....	170
Gráfico 26: Resposta à pergunta: "Há mais de dois moradores por cômodo?" X Número de Cômodos (%) do Village do Lago II.....	171
Gráfico 27: Situação das ruas dos referenciados por bairro.....	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BPC – Benefício de Prestação Continuada
 CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
 CBO – Classificação Brasileira Profissões
 CEMEI – Centro de Educação Municipal Infantil
 CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
 COHAB-MG – Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
 COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
 CPF – Cadastro de Pessoa Física
 CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
 DAC – Dimensão Acesso ao Conhecimento
 DAT – Dimensão Acesso ao Trabalho
 DDI – Dimensão Desenvolvimento Infanto-Juvenil
 DER – Dimensão Escassez de Recursos
 DHC – Dimensão Condições Habitacionais
 DVS – Dimensão Vulnerabilidade Social
 FUNORTE – Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais
 Grupo WHOQOL - Grupo de Avaliação da Qualidade de Vida da
 Divisão de Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICA-UFGM – Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de
 Minas Gerais
 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
 IFNMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte
 de Minas Gerais
 IVF – Índice de Vulnerabilidade das Famílias
 JK – Bairro Juscelino Kubitschek
 LSD – Least Significant Difference
 MCTrans – Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes
 Claros
 Md – Mediana
 NBR – Norma Técnica Brasileira
 OMS – Organização Mundial da Saúde
 P – Nível de significância estatística
 PDMC – Plano de Desenvolvimento de Montes Claros
 PECPM – Projeto Especial Cidade de Porte Médio: sub-projeto de
 Montes Claros de 1980
 PMMC – Prefeitura Municipal de Montes Claros

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

PROAST – Projeto de Assistência Técnica

P-valor – Nível de significância estatística

QV – Qualidade de Vida

SEE-MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

SM – Salário Mínimo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

χ^2 – Coeficiente de Qui-Quadrado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	27
2. DISCUTINDO A QUALIDADE DE VIDA.....	31
2.1. Definição de qualidade de vida e utilização na área da saúde, religiosidade e espiritualidade.....	31
2.2. A multidimensionalidade da qualidade de vida.....	35
2.3. A teoria seniana e a qualidade de vida.....	40
2.4. Qualidade de vida e o meio urbano.....	43
3. COMPARANDO OS BAIRROS.....	61
4. FORMAÇÃO DA CIDADE DE MONTES CLAROS.....	85
4.1. A formação dos Bairros.....	95
4.1.1. Qualificação dos informantes.....	95
4.1.2. A formação dos bairros.....	98
4.1.2.1. Os bairros Village do Lago I e II.....	98
4.1.2.1. Os bairros Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte....	104
4.2. Reflexões acerca da formação dos bairros e a chegada de equipamentos urbanos.....	108
5. A ANÁLISE DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS.....	141
5.1. Caracterização da Amostra.....	141
5.2. Análise Geral de Dados.....	143
5.2.2. Análise de Variância e Anova Kruskal-Wallis.....	175
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
7. REFERÊNCIAS:.....	183
8. APÊNDICES.....	193

1. INTRODUÇÃO

A análise da qualidade de vida é uma área ampla, uma vez que a sua própria definição é complexa. Como se trata de um tema que perpassa várias áreas do conhecimento, não se tem uma definição única pois cada uma dá sua ênfase e forma características. Assim, essas indefinições influenciam na análise e, consequentemente, na mensuração da qualidade de vida. Todavia, mesmo com esses problemas, faz-se necessário debater a temática, já que, entende-se que a mesma passou por uma evolução nas últimas quatro décadas, especialmente com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990.

Da mesma forma que o conceito de qualidade de vida encontra problemas de definição, a sua utilização para o meio urbano não é diferente. Mesmo havendo uma compartimentação do conceito para as cidades, ainda não se tem uma definição exata, já que cada estudioso o focaliza de maneira diferente, trazendo novas abordagens para o debate. A maior parte dos autores entende que a medição da qualidade de vida só pode ser feita de maneira coletiva e utilizando fatores objetivos que propiciem uma coleta de dados e análise por meio de técnicas estatísticas. Nesse sentido, foram criados vários índices para aferição da qualidade de vida que permitem a comparação de regiões.

No Brasil, nos últimos anos, houve o crescimento das cidades de porte médio (MATA, 2006). Dentre essas cidades, Montes Claros, localizada na porção norte de Minas Gerais, vem ganhando evidência. Essa cidade é classificada como polo regional (SILVEIRA, 2003) e atraiu migrantes de vários locais do Brasil, em especial da sua própria macrorregião. Montes Claros recebeu vultuosos investimentos a partir de 1970 com a inserção do Norte de Minas Gerais na área mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Foi também beneficiada com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) e pelo Projeto Especial Cidade de Porte Médio: sub-projeto de Montes Claros de 1980. A consequência foi o crescimento das atividades econômicas, especialmente a industrial, o comércio e os serviços, juntamente com a atração de migrantes, aumentando a população urbana. Todavia, o crescimento da cidade não foi acompanhado pelo crescimento dos serviços e equipamentos urbanos, interferindo diretamente na qualidade de vida.

A chegada de migrantes e o crescimento populacional impulsionaram o surgimento de ocupações ilegais classificadas como aglomerações subnormais (LEITE, 2011). Em geral, são localidades que

possuem pouco atendimento de serviços públicos e, normalmente, apresentam problemas com a posse das áreas. Para tentar solucionar tais problemas, o poder público municipal, apoiado pelos governos Estadual e Federal, promoveu políticas para dotação de infraestrutura urbana e solução do déficit habitacional. Surgiram, então, vários conjuntos habitacionais e houve um aumento da oferta por serviços públicos na cidade. Todavia, estes últimos ficaram concentrados principalmente na porção centro-sul do município.

No nordeste da cidade, dois conjuntos habitacionais, o Clarice Athayde Vieira e o Novo Horizonte, chamaram a atenção. Eles se formaram na década de 2000 e, nos últimos vinte anos, surgiram, na mesma região, vários loteamentos, além de mais três conjuntos habitacionais, aumentando a demanda pelos serviços públicos.

Outros dois bairros que merecem destaque, vizinhos dos bairros citados, são o Village do Lago I e II. Estes tiveram origem em um loteamento datado de 1985 e feito em etapas, onde parte dos lotes foi vendida e outra doada pelo poder público municipal. Com a chegada de migrantes à cidade de Montes Claros e também com a mobilidade interna do habitantes, houve um processo de invasão de áreas nesses bairros. A consequência é que a parte que foi invadida possui piores condições relativas aos serviços públicos, questões habitacionais e de organização/mobilização interna sendo classificada como favela (LEITE, 2011).

A área onde se localiza os quatro bairros destacados possuem problemas relacionados ao atendimento de serviços e equipamentos urbanos uma vez que a maior parte destes estão localizados na região centro-sul da cidade. Nas últimas duas décadas essa situação piorou com a chegada e ampliação de alguns tipos de equipamentos urbanos com destaque para os serviços educacionais¹, trazendo como consequência o aumento da densidade demográfica. Além disso, outras questões chamaram a atenção destacando-se os problemas relacionados ao meio ambiental.

¹ Houve a chegada de uma loja da rede atacadista Makro e *Campus* das Faculdades Santo Agostinho (FASA), das Faculdades Unidas do Norte de Minas Gerais (FUNORTE), e do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), além da ampliação do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA-UFMG). É importante entender que a maior parte da população da região não tem acesso a esses equipamentos urbanos pelo nível ensino que ofertado e também pela baixa renda dos habitantes locais.

Com base nesta exposição pode-se apresentar o principal objetivo desse estudo que é a comparação entre os bairros destacados. A hipótese inicial era que as questões habitacionais e a origem das localidades trariam diferenças consideráveis entre as localidades. Para tanto, foram usadas duas análises sendo uma histórica, geográfica e social, baseada em levantamentos feitos *in loco* apoiados pelos trabalhos de Leite (2011), França (2012) e Fonseca (2010), em documentos da Prefeitura Municipal de Montes Claros, em entrevistas realizadas com pessoas que tiveram grande importância na formação dos bairros, e também em conversas com moradores da região. A segunda foi a análise estatística, que teve como fonte de dados os questionários socioeconômicos utilizados pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do território do JK/Village do Lago para referenciamento de pessoas/famílias que passam ou passaram por algum tipo de vulnerabilidade e precisam ou precisaram do atendimento socioassistencial.

Este trabalho se organiza em cinco partes, sendo que na primeira é feita uma discussão sobre o conceito de qualidade de vida, sua mensuração e aplicação no meio urbano enfocando-se os problemas de definição do conceito de qualidade de vida, a abordagem na área da saúde e espiritualidade, a multidimensionalidade da qualidade de vida, a influência de Amartya Sen, e a qualidade de vida para o meio urbano e sua mensuração.

Na segunda parte faz-se uma exposição da metodologia que norteou o trabalho destacando a base conceitual sobre vulnerabilidade utilizada no trabalho, o detalhamento e o motivo da escolha Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF) como norteador para organização e análise dos dados, bem como a utilização da análise histórica, social e geográfica.

A terceira parte foi dedicada à formação de Montes Claros e dos bairros em estudo fazendo-se uma descrição do crescimento da cidade e a consequência com relação à rarefação de serviços e equipamentos urbanos nas localidades estudadas. Fez-se um levantamento dos serviços e equipamentos urbanos que atendem os bairros como também, dos problemas ambientais que os afetam. Com base nessas informações promoveu-se a discussão e análise histórica, social e geográfica.

A quarta parte baseou-se nas discussões e análises estatísticas utilizando, inicialmente, uma análise inferencial e, posteriormente, o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF). Mostrou-se o motivo da escolha dos questionários socioeconômicos do CRAS JK/Village do

Lago como fonte de dados, a análise inferencial e do IVF e a criação de variáveis secundárias a partir da fonte de dados principal.

A última parte são as considerações finais, onde fez-se a recapitulação dos principais pontos do trabalho e das discussões, mostrando a homogeneidade estática dos bairros estudados, os problemas na utilização da metodologia selecionada e a necessidade da realização de mais estudos para a escolha da método mais adequado de análise da qualidade de vida em porções menores do espaço.

2. DISCUTINDO A QUALIDADE DE VIDA

Este trabalho tem como foco o estudo da qualidade de vida dos bairros Clarice Athayde Vieira, Novo Horizonte e Village do Lago I e II da cidade de Montes Claros (MG). Para tanto, visando melhor entendimento do conceito de qualidade de vida (QV) e da sua utilização nos bairros em estudo, este item está dividido em quatro partes. O primeiro tópico discute o conceito de qualidade de vida na área da saúde e espiritualidade; o segundo discute esse conceito e sua multidimensionalidade; o terceiro trata da qualidade de vida e a teoria seniana, e o último tópico enfatiza a aplicabilidade da QV no meio urbano.

2.1. Definição de qualidade de vida e utilização na área da saúde, religiosidade e espiritualidade

A qualidade de vida (QV) é uma área de pesquisa recente e teve seus primeiros usos com os profissionais da saúde que a utilizavam para as questões do “tratamento de pacientes com enfermidades crônicas; avaliação e decisão nas internações médicas e efeitos de determinados medicamentos nos indivíduos” (YUAN; YUEN; LOW, 1999 *apud* VERSIANI, 2011, p. 45). Porém, esse conceito hoje ganha relevância em várias áreas do conhecimento, em especial naquelas que tratam do desenvolvimento econômico e social envolvendo as ciências sociais aplicadas e humanas.

Por ser um tema novo, existem problemas na delimitação das suas fronteiras especialmente porque engloba várias áreas do conhecimento, como enfatiza Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 15), entendendo que a “qualidade de vida lida com inúmeros campos do conhecimento humano, biológico, social, político, médico, dentre outros, numa constante inter-relação”. Os autores ainda afirmam que existem várias definições sobre o tema, mas nem sempre concordantes. Isso se explica pela diversidade de áreas de conhecimento que a estudam e os contextos em que esses estudos são realizados.

De acordo com Mynaio, Hartz e Buss (2000), na área da saúde, a qualidade de vida tem seu uso direcionado principalmente para a questão das condições de vida e promoção da saúde. Com relação às condições de vida, os autores referem-se à história do desenvolvimento da medicina social e mostram como a situação dos trabalhadores na Europa do século XVIII e XIX foi uma das principais fontes de influência para o uso do conceito. Já nos últimos anos, com a

ascendência das noções de saúde coletiva, a promoção da saúde vem sendo o carro-chefe dessa discussão. Os autores concluem essa exposição referindo-se aos aspectos subjetivos da QV como integrantes das noções na saúde. Dessa forma, entendem que a qualidade de vida não seria uma “mera representação social”. Assim, os “elementos de subjetividade e de incorporação cultural” que o termo contém podem relacionar-se à representação social, não obstante a existência de “alguns parâmetros materiais na construção dessa noção a torna também passível de apreciação universal” (MYNAIO, HARTZ E BUSS, 2000, p. 9-10).

Já para Panzini *et al* (2007), a inserção do conceito de QV na área da saúde é mais recente, datando da década de 1970. Os autores afirmam que, com o avanço dos tratamentos de saúde, algumas doenças antes letais passaram a ter cura e melhores formas de controle de sintomas ou retardo do seu curso natural. Dessa forma, a expectativa de vida dos pacientes aumentou consideravelmente. Assim:

[...] seis grandes vertentes convergiram para o desenvolvimento do conceito de QV: 1) os estudos de base epidemiológica sobre felicidade e bem-estar; 2) a busca de indicadores sociais; 3) a influência das medidas objetivas de desfecho de saúde; 4) a ‘satisfação do cliente’; 5) o movimento de humanização da medicina; e, 6) a psicologia positiva. (PANZINI *et al.*, 2007, p. 106-107)

De acordo com os autores, essa última vertente está inserida na atual tendência de “desenvolvimento de pesquisas do aspecto positivo da experiência humana”, filão em que se enquadram as pesquisas sobre QV. Ao mesmo tempo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde se define como “um completo estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (WHO, 1946, *apud* FLECK, 2000, p. 34). Dessa maneira, a ênfase exclusiva na doença vem perdendo espaço para pesquisas voltadas para “as características adaptativas”² do ser humano, fato que, para os autores, mostra que elas estão inseridas dentro de uma das dimensões da QV.

Outro ponto discutido por Panzini *et al* (2007), é a diferença entre padrão de vida e qualidade de vida. Dessa forma:

² Os autores citam como exemplo de características adaptativas a resiliência, esperança, sabedoria, criatividade, coragem e espiritualidade. (N.A.)

O primeiro compreende indicadores globais das características relevantes do modo de viver das sociedades e indivíduos, em termos socioeconômicos, demográficos e de cuidados básicos de saúde disponíveis. O segundo baseia-se em parâmetros que se referem a percepção subjetiva dos aspectos importantes da vida de uma pessoa, os quais podem ou não coincidir com os indicadores de padrão de vida. (PANZINI *et al.*, 2007, p. 107)

Os autores mostram que essa diferença ocorre por causa da cultura onde cada indivíduo está inserido e que a perspectiva transcultural, com base nas ideias do Grupo de Avaliação da Qualidade de Vida da Divisão de Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde (Grupo WHOQOL), traz uma definição de QV sendo “a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL Group, 1994 *apud* PANZINI *et al.*, 2007, p. 107).

Essa ideia é complementada com os argumentos de Mynaio, Hartz e Buss (2000), quando afirmam que a qualidade de vida seria um “híbrido biológico-social”, mediado por condições mentais, ambientais e culturais.

Nesse debate, Almeida, Gutierrez e Marques (2012) entendem que a tendência é a humanização do conceito de QV, especialmente dentro da área da saúde. Assim, “humanizar a saúde e a qualidade de vida não significa apenas acrescentar anos às vidas dos sujeitos, mas acrescentar vida aos anos” (FLECK *et al.*, 1999, *apud* ALMEIDA, GUTIERREZ E MARQUES, 2012, p. 22).

Ao complementar a visão da qualidade de vida na área da saúde observa-se a questão da espiritualidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) percebeu a importância dos aspectos espirituais e religiosos na determinação da saúde do indivíduo³. Assim, inseriu

³ Essa discussão ganhou ênfase nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, entendendo que o processo de humanização vem aumentando a preocupação com o bem-estar dos indivíduos, não somente com a ausência de alguma moléstia, mas também a saúde psíquica, uma das geradoras do estresse. De acordo com Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 95), “estresse pode ser entendido como um estado de desequilíbrio da pessoa que se instala quando ela é submetida a uma série de tensões suficientemente fortes ou suficientemente

dentro do seu instrumento de medição de qualidade de vida, o WHOQOL-100, um domínio que contempla a espiritualidade, religião e crenças pessoais⁴.

Existem vários estudos que mostram a influência da espiritualidade e religiosidade na cura ou melhoria de pacientes e, consequentemente, qualidade de vida. Dentre esses cita-se:

- Os estudos de Roberto (2004) que referem-se às novas visões da medicina sobre o equilíbrio emocional e possui críticas relacionadas a dificuldade por parte dos profissionais da saúde e dos pacientes de tratar o corpo humano de forma sistêmica⁵;
- Os estudos de Rocha e Fleck (2004), que fizeram uma análise sistemática dos estudos de Gatner *et al.* (*apud* ROCHA E FLECK, 2004) sobre religiosidade e saúde mental, e de Luskin (2000) sobre frequência em cultos religiosos e saúde. Além dessa análise, os autores fizeram estudos sobre o risco de morte e a busca pela espiritualidade, e

persistentes”. Os autores entendem que essa situação pode levar a pessoa, a partir de desgastes emocionais, a depressão, ansiedade, pânico, fobia e doenças psicossomáticas. Observa-se o uso da espiritualidade como uma das ferramentas de combate e tratamento do estresse. (N.A.)

⁴ De acordo com Fleck (2000), o WHOQOL-100 foi desenvolvido numa perspectiva transcultural visando a criação de um único instrumento de forma colaborativa entre vários centros da OMS espalhados pelo mundo. O WHOQOL-100 é dividido em seis domínios sendo: domínio físico, domínio psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente, e aspectos espirituais/religião/crenças pessoais. O último domínio, de acordo com Fleck (2000, p. 37), é objeto de um novo projeto do Grupo WHOQOL visando “[...] aprofundar esse domínio, examinando, em diferentes culturas e religiões, as facetas que o integram. Assim talvez seja possível e interessante desenvolver um módulo a partir da medida já existente no WHOQOL e torná-la uma medida mais sensível e completa desse domínio para utilização na área da saúde”. (N.A.)

⁵ Com relação à questão da visão sistêmica, Roberto, utilizando as ideias de Benson (1998), afirma que “[...] o modelo ideal de medicina se estrutura num banco de três pés: adequado cuidado pessoal, medicamentos e procedimentos médicos, sendo que uma das pernas, o que os pacientes podem realizar por si mesmos, é o aspecto mais desvalorizado e negligente da saúde nos dias de hoje” (ROBERTO, 2004, p. 163). Ele completa essa ideia destacando que “isso é reforçado pela medicina, ainda bastante condicionada por uma visão tecnicista e cartesiana, que separou o ser humano em sistemas, perdendo a visão do conjunto, não conseguindo perceber a individualidade na sua totalidade” (ROBERTO, 2004, p. 163-164). (N.A.)

desta com a qualidade de vida e prognóstico clínico. (ROCHA e FLECK, 2004, p. 187).

Percebe-se que os enfoques na área da saúde e espiritualidade são próximos e correlatos. Contudo, ainda são pouco palpáveis, de difícil mensuração e afetam ainda, em boa parte dos casos, o bem-estar individual. Entretanto, o que se conclui é que o conceito de qualidade de vida se refere às questões coletivas, ou seja, que a vida do ser humano está diretamente relacionada com a dos seus pares (FORATTINI, 1991; ALMEIDA, GUTIERREZ E MARQUES, 2012). Para confirmar essa ideia, Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 17) afirmam ainda que “nesse sentido é que estudos em qualidade de vida podem se centrar, buscando alternativas para a melhoria do nível de vida do maior número de pessoas possível, pois isso não depende só do sujeito”. Com base na reflexão exposta, o próximo tópico deste trabalho discute a multidimensionalidade da qualidade de vida.

2.2. A multidimensionalidade da qualidade de vida

Como exposto no final do tópico anterior, o conceito de qualidade de vida busca, principalmente, abarcar a discussão coletiva beneficiando o maior número de pessoas. Assim, dos vários enfoques de qualidade de vida utilizados na atualidade, boa parte trabalha o tema a partir de aspectos como grau de satisfação, bem-estar da população e relações sociais. De acordo com Forattini (1991, p. 75), a essência da qualidade de vida “pode ser traduzida pela satisfação em viver”. Nesse sentido, a maioria das abordagens trabalha a ideia de melhorar as condições de vida da população abordando, porém, diversos aspectos. Assim, Mynaio, Hartz e Buss (2000, p. 8) dizem que qualidade de vida:

[...] tem sido aproximada ao **grau de satisfação** encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos **que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar**. O conceito abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural. (grifos nossos)

A partir dessas considerações, percebe-se que o conceito de QV pode variar não só dentro das diversas áreas de conhecimento, mas também dentro das diversas culturas. Se entende-se que as culturas sofrem alterações ao longo do tempo, conclui-se que, da mesma forma, há variações no conceito de qualidade de vida em uma mesma cultura com o passar dos anos. Assim, Morato (2004, p. 22), citando as ideias de Booz-Allen (2002), afirma que “não existe um critério universal para a definição da qualidade de vida que valha para qualquer sociedade e a qualquer tempo”⁶.

Santos e Martins (2002) afirmam que a qualidade de vida pode ser equacionada em três âmbitos de análise sendo:

1. Distinção entre os aspectos materiais e imateriais: as questões materiais dizem respeito às necessidades básicas para a vida humana como habitação, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, alimentação, serviços de saúde, dentre outros. Já os aspectos imateriais estão ligados às questões do ambiente, ao patrimônio cultural e ao bem-estar⁷.
2. Distinção entre aspectos individuais e coletivos: os aspectos individuais estão relacionados com as condições econômicas, relacionamento familiar, círculo de amizades, dentre outros. Já os aspectos coletivos estão relacionados com os serviços básicos e serviços públicos.

⁶ É importante perceber que da mesma forma que o conceito de qualidade de vida é relativo o conceito de pobreza também é. De acordo com Martini (2009) a definição de pobreza era feita primeiramente com base na renda ou no consumo. Assim o indivíduo era considerado pobre se tivesse uma renda ou consumo abaixo daquele necessário para satisfazer as suas necessidades mínimas. Esse é o conceito de pobreza absoluta. Todavia os padrões de consumo e as necessidades dos indivíduos variam de região para região criando situações relativas onde em um determinado lugar uma pessoa, com uma renda ou consumo considerados abaixo do mínimo, poderia não se considerar pobre. Assim entende-se o conceito de pobreza relativa já que esta será influenciada pelas características locais/regionais. Amartya Sen (2010) também tem esse mesmo entendimento criando o conceito de pobreza multidimensional, saindo de uma visão exclusiva de renda inserindo outros campos de análise ao entendimento da pobreza. Essa situação se observa também no conceito de qualidade de vida. (N.A.)

⁷ Santos e Martins (2002) lembram que, com a evolução econômica das sociedades e a dotação, nas zonas urbanas, de melhorias na infraestrutura, as questões imateriais tem ganhado cada vez mais espaço. (N.A.)

3. Distinção entre aspectos objetivos e subjetivos: os aspectos objetivos seriam compreendidos a partir da definição de indicadores de natureza quantitativa. Já os aspectos subjetivos estão relacionados com a visão subjetiva que a pessoa ou grupo de pessoas tem sobre a qualidade de vida⁸.

Almeida, Gutierrez e Marques (2012, p. 20), complementando a ideia de aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida e utilizando os escritos de Barbosa (1998), afirmam que:

Não é possível existir um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, mas se pode estabelecer elementos para pensar nessa noção enquanto fruto de indicadores ou esferas objetivas (sociais) e subjetivas, a partir da percepção que os sujeitos constroem em seu meio.

Santos e Martins (2002), comentando os três âmbitos de análise sobre qualidade de vida, concluem que eles não são mutuamente excludentes e que, na maioria das vezes, os pesquisadores trabalham com interdependência. Isso fica claro ao se avaliar a definição do conceito por alguns autores como fez Morato (2004), onde:

- Para Maslow (1954), a qualidade de vida estaria baseada na teoria das necessidades humanas básicas hierarquizando-as como uma pirâmide em que, em sequência: 1) as necessidades fisiológicas seriam a base dessa pirâmide; 2) necessidades de segurança; 3) necessidades de amor e pertinência; 4) necessidade de estima e, no topo, 5) necessidade de autoatualização;
- Wilhelm e Déak (1970) entendem que a averiguação da qualidade de vida está relacionada com aspectos objetivos como renda, emprego, objetos possuídos, qualidade de habitação, entre outros.
- Dalkey (1972) considera que se deve pensar em qualidade de vida a partir de aspectos como felicidade e bem-estar.
- Comune e Campino (1980) considera que, além das necessidades básicas, qualidade também é necessária, ou seja, o

⁸ Santos e Martins (2002) entendem que, como os aspectos subjetivos variam entre os estratos sociais, os indicadores sociais podem ter diferentes traduções de acordo com a estrutura socioeconômica da população. (N.A.)

bem-estar do indivíduo estaria relacionado diretamente com a qualidade dos meios físico e social. Para o autor, haveria uma rede integrada que englobaria serviços, mas também fatores ambientais.

- Sliwiany (1987) entende que a qualidade de vida deve envolver todo um complexo sistema de medição do nível de vida da população, de forma que se obtenha as mensurações tradicionais, com a medição quantitativa dos serviços e outros ofertados, como também do impacto desses para a população.

Após essa exposição, pode-se notar que os três âmbitos de análise referenciados por Santos e Martins (2002) são aplicados inclusive com a interdependência. Porém, é importante perceber que o conceito de qualidade de vida é “muito polimorfo, incluindo necessidades extremamente heterogêneas, e ao sabor das opiniões de vários autores” (DAN E COL, 1981, *apud* FORATTINI, 1991, p. 76). Isso explica as grandes dificuldades na definição de um conceito único.

Da mesma forma que a qualidade de vida encontra dificuldades para a definição de seu conceito, a sua mensuração também enfrenta. Existem diferentes propostas para este fim, mas ainda sem um consenso. Ülgin (2001, *apud* MORATO, 2004, p. 24) sintetiza os principais atributos para mensuração da qualidade de vida utilizada por alguns autores que estão visíveis na tabela 01:

Tabela 01: Atributos da qualidade de vida segundo a literatura

Fonte	Atributos utilizados
Liu (1976)	(1) Econômica, (2) política, (3) ambiental, (4) social e (5) saúde e educação
Boyer e Savageau (1981)	(1) Clima, (2) moradia, (3) saúde e ambiente, (4) crimes, (5) transporte, (6) educação, (7) artes, (8) recreação (9) economia
Blomquist et al (1988)	(1) Precipitação pluviométrica, (2) umidade, (3) dias de alta temperatura, (4) dias de baixa temperatura, (5) velocidade dos ventos, (6) luz solar, (7) litoral, (8) crimes violentos, (9) razão professor/aluno, (10) visibilidade, (11) total de partículas em suspensão, (12) descarga de efluentes, (13) aterros sanitários, (14) supervalorização de lugares, (15) tratamento, conservação e disposição de lugares, (16) cidades centrais
Sufian (1993)	(1) Satisfação pública, (2) custo da alimentação, (3) espaço vital, (4) padrão de moradia, (5) alimentação, (6) transporte, (7) saúde pública, (8) paz e tranquilidade, (9) fluxo de tráfego, (10) ar limpo
IDH (PNUD, 1994)	(1) expectativa de vida, (2) taxa de analfabetismo entre pessoas adultas, (3) média de poder de compra
ICPQL ⁹ (1996)	(1) Mortalidade infantil, (2) expectativa de vida, (3) taxa de analfabetismo entre os adultos
Protassenko (1997)	(1) renda <i>per capita</i> mensal, (2) distribuição da renda, (3) custo mensal com alimentação

Fonte: ÜLENGİN *et al*, 2001, *apud* MORATO, 2004, p. 24.

Org.: Silveira, 2014.

O levantamento de Üleengin deixa claro que a mensuração da qualidade de vida não é consenso entre os autores citados, mesmo que a maioria dos fatores considerados estejam ligados à educação e renda e, em segundo plano, ao meio ambiente. Nota-se também a presença de elementos subjetivos, imateriais e pessoais que são de difícil medição.

Um dos autores que se destacam nessa discussão sobre mensuração da qualidade de vida é Amartya Sen. Dessa maneira, para melhor discutir as ideias desse teórico, no próximo tópico é feita uma

⁹ Independent Commission in Population and Quality of Life. Em tradução livre: Comissão Independente em População e Qualidade de Vida. (N.A.)

exposição sobre a teoria seniana e a sua ligação com a qualidade de vida.

2.3. A teoria seniana e a qualidade de vida

Amartya Sen faz uma discussão do conceito de desenvolvimento ganhando destaque a partir dos anos 2000. De acordo com Freitas (2011, p. 22), “Amartya Sen trouxe contribuições essenciais à ideia de desenvolvimento, na chegada do século XXI, ao Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), assinalando a falta de uma alternativa à renda *per capita*”.

Na sua teoria sobre as liberdades e as capacidades humanas, o autor entende que o desenvolvimento é dado pelas liberdades que os indivíduos têm. Assim, Amartya deixa claro que existem cinco tipos distintos de liberdade sendo:

“(1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora. Cada um desses tipos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa. Elas podem ainda atuar complementando-se mutuamente¹⁰. As políticas públicas visando ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades distintas mas inter-relacionadas.”¹¹
(SEN, 2010, p. 25)

¹⁰ Sen (2010) faz uma comparação, em seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, entre a China e a Índia mostrando que os indianos possuem sérios problemas com relação à provisão de alimentos, situação esta pouco alarmante para os chineses. Todavia o autor mostra que os chineses possuem fortes limites às suas liberdades políticas em comparação com os indianos. Esta serviu para que Amartya mostrasse que as capacidades são muito mais que a provisão de recursos essenciais (alimentos, moradia, vestuário, etc.), mas que estes devem ser acompanhados de outras liberdades especialmente as liberdades políticas, oportunidades sociais e garantias de transparência.

¹¹ Assim, a “quantidade de acesso [...] é uma fonte de melhoria das capacidades, mas não é automaticamente uma garantia de desenvolvimento para os indivíduos” (BAGOLIN, 2005 apud SCHNEIDER E FREITAS, 2013, p. 128). Esse acesso pode ser facilitado pelo Estado a partir do fornecimento de serviços básicos, promoção de políticas de transferência de renda, combate ao racismo,

Dessa forma, “só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento conseguem ampliar as capacidades humanas – o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida” (SCHNEIDER E FREITAS, 2013, p. 128). Essa abordagem critica uma corrente que até o final do século XX defendia que o desenvolvimento só ocorre quando há crescimento econômico¹². Sen entende que o desenvolvimento tem de afetar diretamente o ser humano dando a ele o direito de escolha, ou seja, o “objetivo é, então, deslinearizar a visão sobre o processo de desenvolvimento, o qual passa a ser entendido como um ampliador das escolhas que os indivíduos podem fazer – a liberdade de escolha” (SCHNEIDER E FREITAS, 2013, 128). Há, como consequência, uma mudança de visão sobre a ideia de desenvolvimento saindo do foco dos fins para os meios pelos quais esse se dá.

Baseado na abordagem de desenvolvimento, pode-se entender o que é qualidade de vida na visão de Amartya Sen. Se entende-se que qualidade de vida está relacionada com a satisfação em viver como afirma Forattini (1991), conclui-se que a perspectiva das capacidades se justapõem a ela. Nesse sentido, a ideia de bem-estar relacionada aos diversos níveis de análise, desde fatores objetivos e materiais até fatores subjetivos e imateriais, estão contemplados nas liberdades debatidas na teoria seniana. Assim, Herculano (1998, *apud* VERSIANI, 2011, p. 49) entende que:

A capacidade não se mede pelas realizações efetivas de uma pessoa, mas pelo conjunto de oportunidades reais que ela tem em seu favor. A qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, através destes, das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para ser. Oportunidades dadas pelas realizações coletivas, passadas e presentes.

É importante perceber que a perspectiva de análise de Herculano é uma ampliação da análise seniana incluindo os estudos sobre a

como também o incentivo à participação das pessoas na vida política pelos instrumentos democráticos de participação e representação.

¹² Essa corrente, de acordo com Teixeira (2007), baseia-se nas premissas clássicas e neoclássicas da teoria econômica já que entendiam que o desenvolvimento estaria ligado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Interno Bruto *Per Capita*. (N.A.)

qualidade de vida urbana e a definição de indicadores para a medição dessa qualidade. Ainda de acordo com o mesmo autor, a qualidade de vida seria:

[...] a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente constituídas e postas a disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõem a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos através da gestão territorial que assegure água e ar limpo, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como a preservação de ecossistemas naturais (HERCULANO, 1998 *apud* VERSINI, 2011, p. 49, grifo nosso).

A partir dessa colocação, pode-se perceber que a qualidade de vida é dada de maneira coletiva e não individual, notadamente quando se pensa em ambientes urbanos em que os cidadãos estão em constante interação. Assim, percebe-se que, para Herculano (2000, *apud* SCHNEIDER E FREITAS, 2013, p. 134):

[...] a avaliação/mensuração de qualidade de vida se expressa em: 1) exame dos recursos disponíveis, da capacidade efetiva de satisfação das necessidades (por exemplo, analisar condições de saúde pela quantidade de leitos em hospitais, analisar condições ambientais pela potabilidade da água, emissão de poluentes, etc.); e 2) avaliar as necessidades pelos graus de satisfação e patamares desejados, buscando mensurar sobre qualidade de vida em relação ao que se deseja, em relação aos graus de prazer e felicidade ou até mesmo por julgamentos do pesquisador sobre o que torna a vida melhor.

Desse modo, a partir do levantamento de Ülengin e da análise da teoria seniana sobre liberdade e capacidades humanas, como fazer a

mensuração da qualidade de vida? A resposta a essa pergunta é dada por Forattini (1991, p. 76), quando afirma que:

[...] é obvio que a qualidade de vida da população, como um todo, somente poderá ser avaliada mediante o uso de indicadores concretos. Neste particular, poderá ocorrer discordância em relação aos resultados obtidos com os abstratos. No entanto, é a estrutura social, em seu sistema de classes, que determina a qualidade de vida coletiva, como resultante das condições do meio que se desenvolvem nessa sociedade.

Da observação citada, pode-se entender que não há outro meio para a mensuração da qualidade de vida de uma população a não ser a partir do uso de indicadores sociais relacionados a aspectos palpáveis. Isso é confirmado nos escritos de Morato *et al* (2008), que afirmar que a maioria das metodologias utilizadas consideram para mensuração da qualidade de vida dados objetivos e de abrangência coletiva. Assim, entende-se que os aspectos objetivos terão maior ênfase em comparação com os subjetivos, mesmo que esses últimos sejam relevantes. Todavia, não se pode esquecer como foi visto, a partir dos autores analisados, que os padrões sociais são dados pela coletividade.

Sob esse enfoque, no próximo tópico são discutidos os aspectos da qualidade de vida relacionados com as cidades e a urbanização. É dada uma ênfase à questão dos agentes públicos e sua atuação, buscando entender como esses agentes interferem na melhoria da qualidade de vida da população.

2.4. Qualidade de vida e o meio urbano

Dentro da temática da qualidade de vida, um dos eixos de sua análise é o meio urbano. De acordo com Serra (1987, *apud* MORATO, 1994, p. 4):

A produção de adaptação do espaço é feita pelo trabalho humano cooperativo, sendo, portanto um produto social. À medida que se torna mais complexa a divisão do trabalho, assim se tornam mais complexas as alterações produzidas pelos homens no espaço. **Dentre esses espaços**

adaptados, o mais complexo é a cidade. (grifo nosso)

Santos (1999) considera que existem duas naturezas sendo que uma, a primeira, seria aquela intocada e ainda sem sofrer nenhuma transformação pela ação antrópica. Já a segunda natureza seria aquela transformada, modificada, ou, usando o termo utilizado por Serra (1987, *apud* SANTOS, 1999), adaptada pelo homem para as suas necessidades. Dessa forma, entende-se que a cidade é o meio mais transformado pela mão do homem¹³ visando atender às suas demandas¹⁴.

O espaço urbano não interfere somente nas suas proximidades¹⁵, mas com o crescimento das cidades no último século e início deste, e o surgimento das redes urbanas, essa interferência se tornou global. Existem fluxos de energia¹⁶ direcionados para a parte urbana do espaço visando a sua sustentação. O consumo dessa energia produz grande quantidade de resíduos que são depositados, muitas vezes, de maneira inadequada trazendo consequências para o meio ambiente (FORATTINI, 1991)¹⁷.

¹³ Forattini (1991) afirma que o processo de urbanização em alguns lugares foi tão intenso que chegou a praticamente desvincular o ser humano do seu relacionamento com a natureza. (N.A.)

¹⁴ Com base nas ideias marxistas, Maia (1996, p. 16) entende que o “espaço passa a ser visto, sobretudo, como resultado do trabalho social, ou melhor, como um reflexo do modo de produção em que o trabalho social é realizado”. (N.A.)

¹⁵ A ideia de proximidade refere-se à questão das regiões metropolitanas e suas áreas de influência. Uma cidade pode interferir além das áreas imediatamente próximas como os seus distritos ou mesmo municípios vizinhos. Há uma intensificação da influência das cidades em grandes áreas territoriais, como se pode observar quando se analisa o caso da cidade de São Paulo que influencia todo o Brasil e partes do mundo. (N.A.)

¹⁶ Esses fluxos de energia são desde energia elétrica, térmica, solar, outras, como também a ideia de energia em uma forma mais transcendente como o trabalho humano na modificação do espaço. Porém, nesse raciocínio, Forattini entende energia principalmente como aquela utilizada para a alimentação e movimentação de máquinas e equipamentos. (N.A.)

¹⁷ De acordo com Guivant (2001), a teoria da Sociedade do Risco, de que trata Ulrich Beck, discute a questão do desenvolvimento econômico e industrial relacionado com a dinâmica social e suas implicações quando se pensa nas desigualdades mundiais e os impactos ambientais. Nessa teoria, o autor entende que o desenvolvimento de uma sociedade industrial trará sérios riscos já que gera desigualdades e competições, podendo trazer consequências como guerras, colapsos econômicos e ambientais. Essa teoria pode ser aplicada ao meio

Por outro lado, pensando-se na influência econômica, o espaço urbano concentra a maior parte das atividades produtivas da sociedade além da maior parte da população. Isso se explica pelo processo de industrialização que trouxe para o meio em questão uma grande quantidade de indústrias consumidoras de mão de obra, mas também de matérias primas e serviços¹⁸. Correa (2004; 2010) desenvolve uma lógica de formação das cidades a partir de uma área central¹⁹. Nessa lógica, houve uma intensa migração de pessoas do campo para a cidade em busca de emprego nas indústrias, mas também de outras atividades que acabaram se desenvolvendo como consequência da concentração humana e financeira. Esse crescimento das atividades econômicas e suas nuances, identifica o processo de urbanização. Assim a cidade influencia economicamente, pelo processo de urbanização, as áreas rurais, já que essas passaram a produzir para atender às necessidades (CORRÊA, 2010).

Um enfoque dado à cidade é que ela é o local da reprodução das lutas de classes (VERSIANI, 2011; CORRÊA, 2004, 2010; MAIA, 1996). Todavia, para que se possa entender o urbano nesse enfoque, faz-se necessário entender primeiramente o espaço. De acordo com Tanagino (2013, p. 23):

[...] o espaço caracteriza-se por ser produtor e produto social. Ele é ao mesmo tempo condicionante e reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que

urbano quando se pensa nos riscos de uma urbanização geradora de segregação espacial e social e, também, de impactos ambientais. (N.A.)

¹⁸ Maia (1996), baseando-se no marxismo, entende que a indústria alterou o sistema social presente saindo de uma sociedade feudal para uma sociedade mercantil e, posteriormente, industrial e monopolista. Dessa forma, o autor, em seu artigo “Teoria Marxista e Evolução Urbana: breve introdução”, desenvolve uma linha histórica da evolução das cidades mostrando que a atividade industrial foi a responsável pelo crescimento recente das zonas urbanas e de sua organização, subordinando o campo à cidade. Além disso, o autor mostra como o surgimento do Estado-Nação deu bases para a consolidação do capitalismo e a alteração das configurações sociais urbanas passando de uma sociedade baseada na servidão para aquela baseada no trabalho assalariado, base para a exploração da mais valia.

¹⁹ É importante destacar que Corrêa (2004, 2010) não faz uma ligação desta lógica de formação das cidades a uma temporalidade ou local específico. Todavia ela foi citada neste estudo já que a cidade de Montes Claros acabou tendo uma formação semelhante ao que foi descrito por Corrêa.

se realizaram no passado e que deixaram suas formas impressas nas formas espaciais do presente²⁰.

Assim, de acordo com a referida autora, o espaço não é um mero produto, mas sim a base para a produção do produto, ou seja, o espaço é a base para a reprodução do sistema capitalista uma vez que foi transformado para atender seus interesses e, conseqüentemente, cabe a ele a tarefa de “(re)produção das relações (sociais) de produção” (TANAGINO, 2013, p. 24).

Henri Lefèbvre, que é considerado o introdutor do viés espacial na teoria marxista (Maia, 1996), entende que a estrutura econômica é a base de formação do ser social e que, para isso, “cada tipo de sociedade, em outras palavras, cada modo de produção teve seu tipo de espaço” (LEFÈBVRE, 1991, *Apud* MAIA, 1996, p. 16). Em concordância, Tanagino (2013, p. 24) esclarece esse entendimento afirmando que:

Notadamente, assim como o espaço intervém no modo de produção, num movimento dialético, de acordo com a mudança de determinada sociedade há também uma mudança na conformação espacial. Fato este que se torna evidente se analisarmos o espaço das cidades ao longo dos tempos históricos e sua transformação de acordo com cada sociedade predominante.

Nessa perspectiva de espaço insere-se a cidade. Como já referido, de acordo com o marxismo, o meio urbano foi concebido como local de produção e reprodução do sistema de trabalho social, ou seja, da reprodução das lutas de classes. Todavia, de acordo com Oliveira e Ribeiro (2012), com o capitalismo, houve a criação de espaços abstratos²¹ onde impera o valor de troca, locais que preteritamente eram

²⁰ De acordo com a autora, utilizando as ideias de Santos (2008, *apud* TANAGINO, 2013, p. 23), [...] “a ação humana organiza o espaço, ou seja, para ele o espaço caracteriza-se como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”.

²¹ Lefèbvre (2008) entendia que o termo produção aceitava duas interpretações sendo a primeira a produção de produtos ou coisas, e a segunda a produção de obras, ou seja, produção de ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, etc. A segunda interpretação é o que se aplica ao espaço sendo esse agora abstrato. (N.A.)

dominados pelo valor de uso. Isso se visualiza pela perda de valor de uso do espaço urbano: substituição de antigas edificações por outras novas e com maior funcionalidade, construção em série de edifícios e residências, fracionamento do solo para facilitar a comercialização (formação dos loteamentos com lotes cada vez menores), verticalização, etc. Assim, tem-se o novo a cada momento e a perda do valor de uso, já que o espaço passou a ser valorado, tornando-se mercadoria²². Corroborando com esse raciocínio, Carlos (1990, *apud* MAIA, 1996, p. 22) afirma que “a produção espacial realiza-se de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital. A cidade se apresenta como a materialização das condições gerais do processo em sua totalidade”.

Outro autor que tem entendimento semelhante é Correa (2004). Utilizando ainda da referida lógica de formação das cidades, Correa enfatiza que a criação de espaços abstratos se manifestou pela evolução das atividades produtivas. Tais atividades, comandadas por iniciativas dos detentores do capital, demandaram não só mão de obra, serviços e matérias primas, mas também uma infraestrutura para o seu funcionamento. Nessa perspectiva, a dotação da infraestrutura das cidades modernas teve a sua gênese nas demandas das atividades econômicas, em especial, da indústria. Segundo Versiani (2011), o surgimento de estradas e outras vias de transporte e circulação, fornecimento de energia, água, alimentos, etc., marcou a emergência de uma nova forma de se pensar o meio urbano, que passou a ser comandado pelo grande capital. Morato (2004) lembra que há uma significativa influência capitalista nas políticas públicas fazendo com que a dotação de infraestrutura seja direcionada, na maior parte das vezes, ao atendimento das necessidades dos donos dos meios de produção. Isso acaba acirrando as desigualdades urbanas, trazendo a segregação espacial pelo investimento público (BRANT, 1989, *apud* MORATO, 1994). Corrêa (2004, p. 61), complementando essa ideia de segregação espacial, afirma que “trata-se, portanto, de um processo que caracteriza a cidade, e não apenas a cidade capitalista, ainda que sob a

²² Lefèbvre (2008) considera que essa alteração e reformulação do urbano se deu a partir da atividade industrial. Utilizando as palavras do autor, “A indústria surgiu efetivamente como a não-cidade e a anticidade” (LEFÈBVRE, 2008, p. 83). Isso se explica já que a indústria promoveu uma alteração tão acelerada na conformação urbana que estilhou o antigo sistema de organização e implantou um novo, além de promover o surgimento de novas áreas urbanas para receber aqueles que migravam para a cidade em busca de trabalho e novas oportunidades. (N.A.)

égide do capitalismo a segregação assume novas dimensões espaciais”. Ainda de acordo com o autor, utilizando as ideias de Castells, a segregação espacial é a materialização no espaço urbano, da divisão de classes sociais onde se tem a tendência de uma organização espacial em áreas de “forte homogeneidade social interna e forte disparidade entre elas”²³ (CASTELLS, 1983 *apud* CORRÊA, 2004, p. 60). Assim, utilizando os argumentos de Harvey (1975), Corrêa entende que existe uma fragmentação das classes sociais e que essa gera uma localização espacial diferenciada causando a segregação espacial no urbano²⁴.

Ao mesmo tempo, observa-se o desenvolvimento de um planejamento urbano, mesmo que em primeiro momento incipiente, mas que tinha como objetivo um ordenamento do espaço pelo zoneamento (SPOSITO, 1989). Criaram-se, então, áreas específicas para residências, zonas industriais, comerciais, outras²⁵. Porém, essa nova configuração

²³ De acordo com Corrêa (2004), essa homogeneidade se dá em termos de renda, padrões culturais, valores e, sobretudo, em termos dos papéis a serem cumpridos por cada um na sociedade. (N.A.)

²⁴ Harvey (1975), utilizando dos escritos de Marx, Poulantzas e Giddens, entende que o capitalismo possui “três forças básicas que estruturam as classes sociais: (a) uma força primária básica que vem das relações entre capital e trabalho, gerando uma estrutura dicotômica de classes: os detentores dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. (b) uma força residual, que é originada das formas pretéritas de organização social ou do contato entre o modo de produção dominante com o subordinado. Traduz-se, por exemplo, na existência de uma aristocracia rural e de camponeses mais ou menos incorporados ao capitalismo. (c) Forças derivativas que emergem devido às necessidades de preservar os processos de acumulação do capital através de inovações tecnológicas e controlar as mudanças na organização social. Tais forças geram: 1) Fragmentação da classe capitalista e proletária devido à divisão do trabalho e especialização funcional; 2) Classes distintas de consumo visando a uma demanda variável e contínua; 3) Aparecimento de uma classe média burocrata, trabalhando na esfera do Estado e das grandes empresas, devido à necessidade de organização da produção, circulação, distribuição e consumo; 4) Desvios de consciência de classe e projeção ideológica, que é a classe dominante visando desviar a atenção dos problemas das relações capital-trabalho; 5) Controle sobre a mobilidade social através da criação de barreiras, visando evitar instabilidade social que mudanças no processo de produção, troca, comunicações e consumo poderiam produzir”. À medida que essas forças atuam geram uma fragmentação da estrutura social que, por sua vez, reflete na segregação residencial (CORRÊA, 2004, p. 64). (N.A.)

²⁵ Corrêa (2004; 2010) apresenta uma linha de desenvolvimento dos núcleos urbanos a partir do crescimento das atividades econômicas partindo das zonas

traz consequências. Com o adensamento populacional, o valor do espaço urbano começou a ficar cada vez mais elevado. Surge a especulação imobiliária. De acordo com Morato (2004), há a aquisição e armazenamento de espaços vazios pela iniciativa privada aguardando sua valorização. A autora continua a desenvolver essa ideia quando explica que há a criação de loteamentos em locais mais afastados forçando a instalação de infraestrutura básica neles (acesso, serviços de energia, saneamento básico, comunicação, atividades comerciais, outros). Entre esses loteamentos e as zonas centrais dos centros urbanos localizam-se os terrenos armazenados que agora, beneficiados pelos novos serviços instalados, se valorizam²⁶. Assim, há a formação de bairros mais valorizados, normalmente ocupados por população com poder aquisitivo mais alto, e outros menos valorizados, na maioria das vezes ocupados por população de baixa renda. Corrêa (2004), corroborando as afirmações de Morato, lembra que os proprietários fundiários e empresários do setor imobiliário fazem pressão junto ao Estado para viabilizar infraestrutura em áreas longínquas, que são ocupadas por população de baixa renda, visando a valorização de terrenos de distância intermediária que, na maioria das vezes são destinados a bairros para população com poder aquisitivo mais elevado. Todavia, Corrêa mostra outra tendência. Ao fazer a descrição da formação do bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro entre os anos de 1870 a 1930, o autor observa que esse foi formado a partir de interesses de grupos de investidores buscando auferir lucro com a construção de infraestrutura local e posterior venda dos terrenos. Assim, dentre os investidores, destacavam-se dois ex-prefeitos da cidade, um Ex-Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, várias pessoas que ocupavam cargos de confiança e funcionários públicos, além de bancos, empresas do setor imobiliário, comercial e de serviços. Com essa constituição, os investidores influenciaram o poder público para dotarem a área de serviços básicos como rede de energia, saneamento básico e rede de transporte, trazendo a valorização da região. Destaca-se que a área do referido bairro está localizado:

[...] numa estreita faixa de planície entre o mar o e o maciço costeiro que o separa dos bairros

centrais, formando as áreas periféricas ao centro, os bairros residências e áreas de produção industrial. (N.A.)

²⁶ Essa situação é visualizada nas áreas em estudo nesse trabalho e será focado no próximo capítulo. (N.A.)

vizinhos. Planície arenosa e de difícil acesso, não teve passado agrícola, constituindo-se até os fins do século XIX em um arrabalde escassamente povoado por pescadores [...] (CORRÊA, 2004, p. 32).

Nesse sentido, Corrêa (2004) entende que o solo urbano é uma mercadoria e é explorado de modo a atender às necessidades de lucratividade do mercado. No caso descrito, o Estado foi usado para trazer benefícios aos investidores da área, satisfazendo a necessidade de lucro do capital investido.

A questão imobiliária também pode ocorrer de outra maneira. De acordo com Seabra (1999, p. 74), “a cidade foi e tem sido um grande negócio. O centro e os velhos bairros, os novos loteamentos misturam-se em extensão e profundidade, em outras formas de uso do espaço”. Um desses grandes negócios é a especulação imobiliária que traz, como uma das suas consequências, a ressignificação de velhas áreas da cidade. A mesma autora afirma que “na atualidade, como necessidade da modernização/industrialização e da fragmentação do espaço, segue-se produzindo homogeneidades que quebram as formas e estruturas pregressas” (SEABRA, 1999, p. 75). Portanto, a valorização das áreas centrais das cidades gera a expulsão das pessoas com menor poder aquisitivo, resultando em uma homogeneização dessa parcela do espaço com a demolição de antigas edificações e a construção de novas “consideradas modernas”. Ao mesmo tempo, a população que foi desapropriada de espaço, ou seja, desse espaço central agora reconfigurado, passa a ocupar áreas periféricas, aqui entendidas não somente como os entornos das cidades, mas ainda como terrenos com maior declividade, áreas de várzeas que podem ser periodicamente inundadas, beiras de estradas e outros, ou seja, terrenos que apresentam riscos para ocupação²⁷. Vê-se a segregação residencial. Correa (2004) afirma que o solo urbano se tornou um produto explorado pelo mercado. Como consequência, a decisão de onde morar para uma pessoa passa, principalmente, pelas suas condições financeiras, sendo que:

[...] existe um diferencial espacial na localização de residências vistas em termos de conforto e

²⁷ A ocupação dessas áreas é feita principalmente de forma irregular por invasões. Daí vem as autoconstruções. A título de exemplo, Santos (1990, *apud* MORATO, 1990) afirma que 70% das casas construídas em São Paulo (SP) são produtos de autoconstrução. (N.A.)

qualidade. Esta diferença reflete, em primeiro lugar um diferencial no preço da terra – que é função da renda esperada –, que varia em função da acessibilidade e amenidades. Os terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências, atendendo à demanda solvável. Os terrenos com menores preços, pior localização, serão utilizados na construção de residências inferiores, a serem habitadas pelos que dispõem de menor renda. (CORRÊA, 2004, p. 63)

Morato (2004, p. 06), citando as ideias de Santos (1990), afirma que:

Uma das razões pelas quais os pobres tendem a não se fixar, sendo levados para localizações sempre mais periféricas, vem do custo com serviços. Esses gastos com água, energia elétrica e limpeza urbana são inversamente proporcionais à renda, consumindo uma parcela substancial da renda dos menos favorecidos. Isso significa que a chegada de melhoramentos urbanos a uma área conduz, à médio prazo, à **exclusão dos pobres**, pela impossibilidade de arcarem com as respectivas despesas. (grifo nosso)

Dessa segregação, pode-se entender o surgimento das favelas. De acordo com Leite (2011, p. 31), o termo é “originalmente brasileiro, pois essa denominação vem de uma planta leguminosa, chamada favela, típica do nordeste brasileiro”. Com base nos estudos de Preticeille e Valladares (2000), o referido autor explica que o termo acabou designando aglomerados urbanos²⁸ quando, ao final da Guerra de Canudos, os ex-combatentes, ao retornarem para o Rio de Janeiro, foram autorizados a construir barracos em um morro, hoje o Morro da

²⁸ Esse conceito é discutido por França (2012) utilizando concepções de vários estudiosos. Desta forma, o conceito utilizado pela autora refere-se a uma “concentração de pessoas, serviços e atividades em espaços compactos – não ultrapassando os limites administrativos e uma cidade” (FRANÇA, 2012, p. 45). Todavia, utilizando as ideias de Miyazaki (2008), a França expande o seu entendimento sobre o conceito de modo que este agora contempla um conjunto muito mais extenso e complexo e que pode englobar mais de uma cidade. (N.A.)

Providência. Na atualidade, o termo favela é sinônimo de bairros dotados de baixa infraestrutura normalmente localizados em áreas consideradas de risco, com população de baixa renda e com a presença de autoconstrução e falta de zoneamento.

Sobre a definição do termo, Leite faz uma exposição mostrando que o mesmo carece de uma definição precisa, já que há discordância entre os estudiosos sobre os parâmetros para classificação²⁹. Assim, utilizando as ideias de Taschner (1978), o autor justifica essa indefinição pela generalidade e variedade de aglomerados de baixa renda que se apresentam nas cidades brasileiras. Entretanto, ele destaca que o principal ponto para a definição do termo passa pela ilegalidade da ocupação do solo urbano.

O autor ainda faz uma revisão dos critérios utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a classificação de favela e mostra que, em 1953, um aglomerado urbano que recebia essa denominação deveria possuir:

[...] total ou parcialmente, as seguintes características: a) proporções mínimas: agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de números geralmente superiores a 50; b) tipo de habitação: predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente de folhas-de-flandres, chapas zincadas ou materiais semelhantes; c) condição jurídica de ocupação: construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedades desconhecida; d) melhoramentos públicos: ausência, no todo ou parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada; e e) urbanização: área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento (PRETECEILLE; VALLADARES, 2000, apud LEITE, 2011, p. 32-33).

²⁹ De acordo com o autor, alguns estudiosos e grupos de estudo entendem que uma área para ser classificada como favela deve possuir um determinado número de domicílios. Já outros entendem que esse critério não tem tanta importância e consideram que a questão da infraestrutura é o que mais determina essa classificação. (N.A.)

Em 2000, para o Censo Demográfico, o IBGE fez a substituição do termo por aglomerados subnormais e, com relação aos critérios de classificação, alterou o tempo de posse do imóvel. Assim, “o critério de favela ou aglomerado subnormal passa a considerar apenas as áreas carentes de infraestrutura com mais de cinquenta e um domicílios, nas quais a obtenção de título de propriedade tenha ocorrido há dez anos antes ou menos” (LEITE, 2011, p. 33). Com base nessa exposição, Leite entende que os critérios usados pelo referido instituto são subestimados, já que o número de aglomerados subnormais com menos de cinquenta e um domicílios é considerável, especialmente nas cidades médias ou intermediárias³⁰. Outros pontos levantados foram a questão da presença de saneamento básico, já que não é feita uma especificação se deve atender todo o aglomerado ou somente parte dele. Discute-se, também, a aceitação de classificações de poderes públicos municipais de algumas das capitais e cidades brasileiras, que consideram determinadas áreas como aglomerados subnormais mesmo não obedecendo aos critérios definidos pelo instituto.

Após essas críticas à metodologia do IBGE, Leite mostra uma pesquisa realizada por Costa e Nascimento (2005) sobre os critérios utilizados por algumas prefeituras de capitais brasileiras relacionados à classificação de áreas como favelas³¹. Desse modo, Costa e Nascimento observaram que “os critérios mais comuns nas definições das prefeituras são: a legalidade da posse (encontrado em 15 prefeituras) e a falta de infraestrutura básica e urbanística (encontrado em 13 prefeituras)” (LEITE, 2011, p. 35). Assim, para o presente trabalho, os principais

³⁰ De acordo com França (2010, 2012), uma cidade pode ser classificada como de porte médio ou, como Leite (2011) a chama, cidade intermediária quando possui uma população que varia entre 100 e 500 mil habitantes (critério de classificação do IBGE), influência regional pela característica da rede urbana (essa rede urbana não precisa ser contínua – continuidade territorial urbana –, mas é necessário uma interligação a partir de elementos de integração socioeconômica desta cidade com sua região polarizada – continuidade espacial), e ser dotada de uma infraestrutura econômica, equipamentos e serviços que a dê destaque. Esses critérios caracterizam a importância econômica e social que a cidade estudada possui. Além disso, é necessário “analisar o nível de complexidade da divisão do trabalho em que as cidades classificadas como médias estão inseridas” (FRANÇA, 2010, p. 03). (N.A.)

³¹ Ressalta-se que nem todas as prefeituras utilizam o termo aglomerado subnormal. Algumas ainda utilizam o termo favela. Outras usam os termos zonas especiais de interesse social, assentamentos subnormais, bolsões de pobreza/áreas de interesse social, e invasão. (N.A.)

critérios utilizados para a caracterização de favelas são os acima referenciados. Isso se tornou necessário já que foram os critérios utilizados por Leite (2011) que classificaram parte da área estudada neste trabalho como favela³².

Dando continuidade à discussão, Leite faz uma diferenciação entre favela e loteamentos informais. De acordo com o autor, o “loteamento urbano é a divisão do solo da cidade em unidades menores, subdividido em quadras, com abertura de vias e logradouros públicos de acordo com a legislação” (MEIRELLES, 1995, apud Leite, 2011, p. 42). Dessa forma, para ser legalizado, o loteamento deve estar de acordo com a legislação municipal de parcelamento e ocupação do solo urbano. Assim, ele deve apresentar:

[...] planta do loteamento constando informações sobre o projeto como as divisas da gleba a ser loteada, a localização dos cursos d'água, dos bosques e das construções existentes, a indicação dos arruamentos contíguos a todo o perímetro, o tipo de uso predominante a que o loteamento se destina, as características, as dimensões e a localização das zonas de uso contíguas, entre outras. Além da planta, deve ser apresentada a certidão atualizada de matrícula da gleba, a certidão negativa de tributos municipais e o competente instrumento de garantia. (LEITE, 2011, p. 42)

Após aprovado, o loteamento deve seguir para o registro em cartório num prazo máximo de 180 dias³³. Se isso não for feito, o processo perde validade sendo necessário reiniciá-lo. Pode-se classificar os loteamentos em regulares, quando todas as etapas da legalização foram cumpridas, irregulares, quando deu-se início ao processo de legalização, mas não foram cumpridas todas as etapas, e clandestino, quando o loteamento é feito mas sem se executar nenhuma das etapas descritas (SOUZA, 2006, apud LEITE, 2011).

Após essa descrição e classificação, Leite tece algumas considerações acerca dos loteamentos irregulares e clandestinos. Para ele, o loteador, quando não cumpre todas as etapas exigidas para

³² Os estudos de Leite (2011) são uma das bases usadas para a escrita do segundo capítulo deste trabalho. (N.A.)

³³ Obrigatoriedade exigida pelo artigo 18 da Lei n.º 6.766/79.

legalização ou mesmo quando nem inicia esse processo, consegue diminuição de custos, permitindo-lhe vender lotes a preços menores e com maior taxa de lucro. Outra questão é a falta da reserva de área no loteamento para terra pública, ou seja, locais onde serão, dentro das necessidades, implantados os serviços públicos. Assim, essa parcela do terreno é transformada em lotes e vendida podendo gerar consequências negativas para os compradores da área já que, na maioria das vezes, esses loteamentos possuem graves falhas no seu planejamento³⁴. A última questão levantada pelo autor refere-se à dotação de infraestrutura e planejamento. Normalmente, em loteamentos em que esse processo não foi previamente pensado, a responsabilidade acaba recaindo sobre o poder público.

Isso posto, pode-se fazer a ligação do processo de urbanização com a qualidade de vida. O crescimento urbano traz diversas consequências para a vida humana. Dentre os autores pesquisados, todos enfatizam as consequências negativas da urbanização. Sendo assim, Santos e Martins (2002, p. 07) afirmam que o “reconhecimento de que a urbanização atual, muitas vezes intensa e desordenada, é ela própria geradora de um conjunto de problemas e disfunções internos [...]” dentro das áreas urbanas. De acordo com Nahas (2002) houve um debate sobre as questões do crescimento urbano, o que trouxe como consequência, uma evolução nas discussões sobre a qualidade de vida desde meados dos anos 1960 até o período atual. Passou-se então, de uma perspectiva somente de crescimento/desenvolvimento econômico para uma perspectiva em que se insere a questão humana. Dessa discussão vê-se a gênese do conceito de qualidade de vida onde insere-se as noções de desenvolvimento social e humano além da influência do meio ambiente. Dentre os temas e eixos debatidos ressalta-se a abertura para duas questões principais: o desenvolvimento social e a qualidade ambiental. Para Nahas, a qualidade ambiental, relacionada aos seus indicadores (partículas em suspensão no ar, qualidade dos corpos d’água, poluição dos solos, quantidade de áreas verde, outros), alinhados com os conceitos de desenvolvimento humano formulados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em que se criou uma ideia de qualidade de vida urbana diferente do que se observava³⁵. Dessa forma, Nahas conclui afirmando que:

³⁴ Lembra-se que é ilegal lotear terrenos com declividade superior a 30%, áreas susceptíveis a inundações, áreas de preservação ambiental, outras. (N.A.)

³⁵ Nahas (2002) entende que houve uma evolução nos conceitos de desenvolvimento saindo da noção somente econômica para as esferas humana,

[...] o conceito de qualidade de vida urbana reporta-se ao meio urbano, às cidades, e inclui a avaliação: *i)* da equidade na distribuição e no acesso da população a bens de cidadania (bens considerados essenciais à satisfação das necessidades básicas de uma sociedade num dado momento); *ii)* da qualidade ambiental e *iii)* da sustentabilidade do desenvolvimento humano. (NAHAS, 2002, p. 33)

Mendonça (2006) faz uma análise dos principais indicadores para determinação e mensuração da qualidade de vida urbana enumerando três pontos importantes. O primeiro ponto refere-se à equidade referenciando-se as ideias de Nahas (2004, *apud* Mendonça, 2006). Mendonça entende que quanto maior o acesso aos serviços e recursos urbanos, maior será a possibilidade de melhoria na QV.

Desse modo, na construção de indicadores de qualidade de vida urbana, é estreita a relação entre a medição da oferta de serviços e recursos urbanos e a medição do efetivo acesso da população às dimensões de cidadania. (MENDONÇA, 2006, p. 14)

O segundo ponto discorrido pela autora refere-se à questão regional destacando-se a ideia de cidades polo. Assim, ela entende que quanto maior a influência de uma cidade maior será a diferenciação dos serviços e recursos urbanos que ela deve possuir para aumentar a qualidade de vida dos seus moradores.

O terceiro e último ponto destacado refere-se à questão da habitação, não somente a ideia de moradia, mas percebendo que o endereço dá uma noção de inclusão pressupondo três condições:

Em primeiro lugar, que não implique a estigmatização negativa; em segundo lugar, que signifique acessibilidade, trabalho e renda. Em

social e ambiental. A autora considera que essa mudança se deu a partir do momento que se percebeu que “[...] prosperidade e conforto não asseguram, necessariamente ‘saúde e felicidade’; ao contrário, alguns aspectos do progresso material (poluição, erosão dos serviços públicos, perda de intimidade pessoal, etc.) prejudicam a qualidade de vida” (CARMO, *apud* NAHAS, 2002, p. 26). (N.A.)

terceiro lugar, que signifique moradia servida de saneamento básico, acesso à equipamentos urbanos e controle ambiental” (MENDONÇA, 2006, p. 15).

Por sua vez, Forattini (1991) avalia que a qualidade de vida urbana é influenciada pelas “profundas manipulações” do ambiente feitas pelo homem. Dessa forma, essas manipulações interferem sobre “o estado psicológico e fisiológico dos habitantes das cidades, além de darem origem a fatores culturais, tanto econômicos como políticos que, isolada ou coletivamente, influem ou mesmo determinam a qualidade de vida da população ali residente” (FORATTINI, 1991, p. 77). A autora enumera algumas características do ambiente urbano que influenciam diretamente no bem-estar dos cidadãos e, conseqüentemente na qualidade de vida, sendo: asfaltamento e ausência de contato com o meio natural, concentração e elevada densidade populacional em espaço limitado, predominância de atividade industrial e de prestação de serviços.

Outra questão levantada pela autora diz respeito à migração rural-urbana. De acordo com ela, essa migração ocorreu de maneira desordenada motivando uma sobrecarga sobre os serviços e recursos urbanos gerando a desigualdade de acesso a eles e, como conseqüência, interferindo na qualidade de vida.

A partir dessa discussão, entende-se que a qualidade de vida urbana é, portanto, dada tanto por fatores concretos e quantitativos como renda, emprego e escolaridade, como por fatores subjetivos como já destacou Forattini (1991), quando afirma que a alteração do ambiente interfere no estado psicológico e fisiológico dos cidadãos. Santos e Martins (2002, p. 08) afirmam, sobre a qualidade de vida urbana, que:

Vários autores que tem vindo debruçar-se sobre esse assunto justificam o interesse despertado pela problemática da qualidade de vida urbana com o facto desta invocar a complexidade das questões que marcam a sociedade moderna, não apenas no plano material, mas imaterial. Ao mesmo tempo que os centros urbanos ganham indiscutível protagonismo económico e político, afirmando-se como os contextos territoriais mais propícios à criação de riqueza e de emprego e como os meios mais criativos e inovadores, eles são conotados com um conjunto significativo de aspectos

nefastos associados à sociedade desenvolvida, pós-industrial, tais como a degradação ambiental, a exclusão social, a insegurança ou os congestionamentos de tráfego.

Baseando-se na visão desses autores e também nas colocações de Mendonça e Forattini, pode-se afirmar que o meio urbano interfere diretamente na qualidade de vida dos cidadãos pois pode trazer consequências negativas desde problemas relacionados ao meio ambiente, como também a aspectos ligados à alta densidade demográfica e falta de estrutura para atender de maneira equitativa a todos os seus moradores³⁶.

Assim pode-se compreender porque o processo de planejamento urbano vem se modificando em vários países inclusive no Brasil. Santos e Martins (2002) afirmam que o processo de planejamento passou a enfocar novos temas entre os quais se encontra a qualidade de vida. Nahas (2004) completa essa ideia ao afirmar que há uma perda de espaço da dicotomia técnica e política e ganha destaque o conceito de aprendizado social. Nessa perspectiva:

[...] o saber e a organização tecno-burocrática devem ser reconhecidos em sua operacionalidade, da mesma forma que o saber e a mobilização populares. A premissa central é a incorporação dos grupos sociais como parceiros e sujeitos do planejamento, numa abordagem que privilegie a horizontalidade nas relações entre o poder público/saber técnico e organização social/saber popular (NAHAS, 2004, p. 44).

Assim, Leite (2011, p. 24) complementa essa ideia enfocando que a lei de Zoneamento, estabelecida no artigo 30 da Constituição Nacional, “prevê que esse instrumento promova o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes e o cumprimento da função social do solo urbano”,

³⁶ Como já referenciado, os autores ora estudados consideram que o meio urbano, mesmo trazendo consequências positivas, interfere drasticamente nos cidadãos em função dos fatores negativos. Desta forma, o entendimento da qualidade de vida urbana baseia-se na mudança visando a eliminação ou mitigação dos fatores negativos trazidos pela expansão urbana. Lembra-se que os fatores negativos referem-se também às questões marxistas de uso do espaço. (N.A.)

trazendo benefícios a todos e não somente a um grupo ou parcela da sociedade. O autor ainda insere as ideias de Souza (2006) que entende que nem todo o zoneamento deva ser direcionado para a funcionalidade do uso do solo. Dessa forma, o zoneamento deve ser feito por prioridades³⁷.

Assim, como considerações parciais, este estudo baseia-se no entendimento da qualidade de vida urbana a partir de fatores objetivos e de abrangência coletiva observando que os mesmos devem ser os meios para que os indivíduos tenham oportunidades. Ao mesmo tempo considera-se duas premissas destacadas por Nahas (2004) que são a equidade na distribuição e no acesso da população aos bens de cidadania e a questão da qualidade ambiental, acrescentando-se a discussão de Mendonça com relação à questão da habitação e da quantidade de serviços públicos para cidades polo, como é o caso de Montes Claros.

Dessa forma, o conceito de qualidade de vida urbana terá como bases a qualidade de vida medida a partir de indicadores relacionados às questões de acesso a serviços e recursos urbanos considerados de maneira regional para a cidade de Montes Claros (MG), especificamente para os bairros Village do Lago I e II, Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte, mensurados a partir de um instrumento quantitativo³⁸ e de levantamentos na área em estudo. Assim, no próximo tópico deste trabalho é descrita a metodologia utilizada destacando-se os procedimentos usados.

³⁷ O zoneamento por prioridades seria aquele em que se identifiquem os “[...] espaços residenciais dos pobres urbanos e a sua classificação de acordo com a natureza do assentamento (favela ou loteamento irregular) e, adicionalmente, conforme o grau de carência de infraestrutura apresentado.” (SOUZA, 2006 *apud* LEITE, 2011, p. 25). Com isso, haveria um zoneamento pensando-se não somente nas funcionalidades, mas visando também as carências de cada região da zona urbana. (N.A.)

³⁸ Entende-se que os aspectos subjetivos da qualidade de vida são importantes, todavia de difícil mensuração. Portanto, neste trabalho serão considerados principalmente os aspectos objetivos da qualidade de vida especificamente aqueles relacionados aos aspectos urbanos. (N.A.)

3. COMPARANDO OS BAIRROS

Este trabalho fez uma comparação da qualidade de vida dos bairros Clarice Athayde Vieira, Novo Horizonte e Village do Lago I e II. Para tanto, foram feitas duas análises: a primeira baseada em levantamentos feitos *in loco*³⁹ lastreados pelos trabalhos de Leite (2011), França (2012) e Fonseca (2010), em documentos da Prefeitura Municipal de Montes Claros, em entrevistas realizadas com pessoas que tiveram grande importância na formação dos bairros⁴⁰, e, também, em conversas com moradores da região. Nesses levantamentos, fez-se uma análise histórica, geográfica e social baseada no crescimento da cidade de Montes Claros e suas consequências para as questões infraestruturais locais.

A segunda análise foi realizada utilizando as informações dos questionários socioeconômicos do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do território do JK/Village do Lago a partir de técnicas estatísticas. Com relação a essa análise, torna-se necessárias algumas explicações. Sobre o CRAS JK/Village do Lago, o seu território está inserido dentro da territorialização da Assistência Social da cidade. De acordo com Rodrigues *et al* (2011, 64):

A regionalização da saúde e da Assistência Social ocorreu em 2005, com base na identidade regional, segundo a percepção dos moradores, com o local em que se identificavam. Junto a isso, a discussão com outras instituições públicas, como a Polícia Militar, de modo que os limites da regionalização fossem comuns.

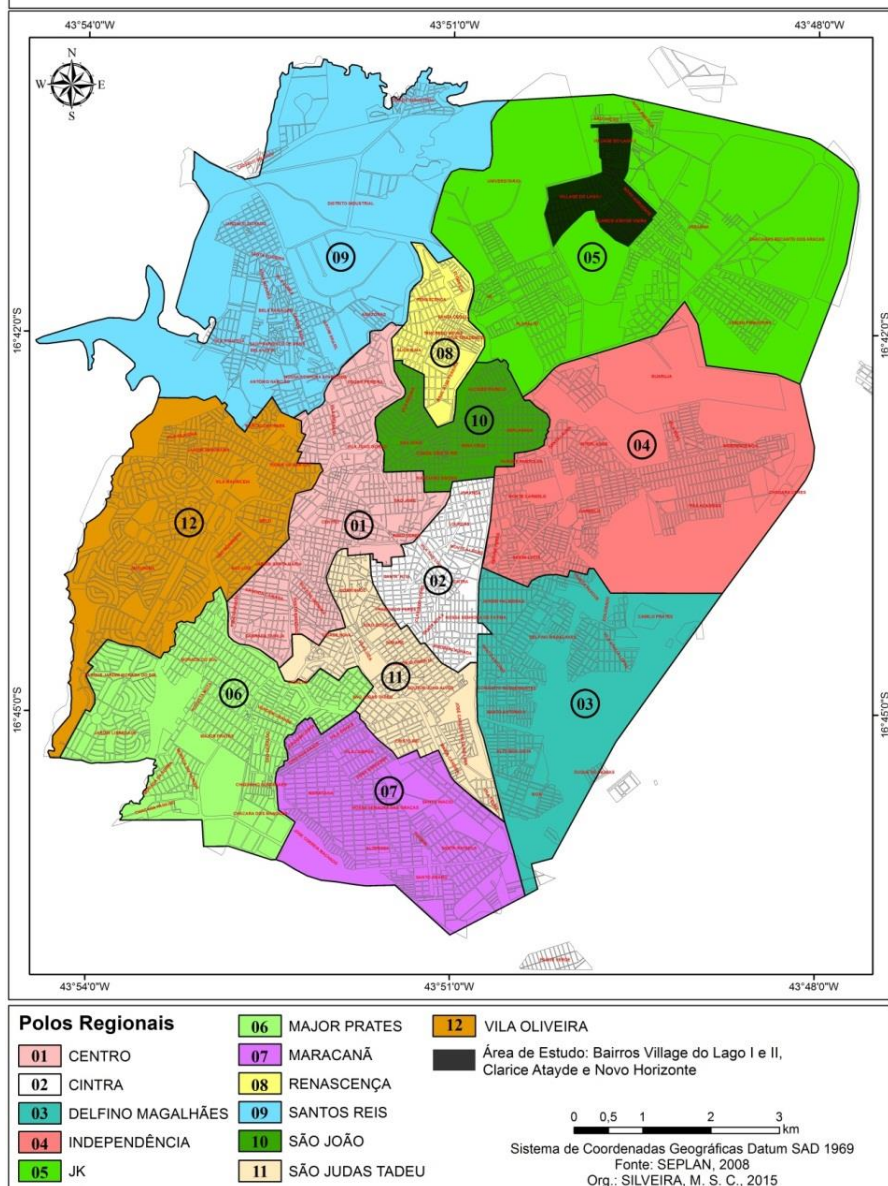
Dessa forma, foi feita a divisão das áreas de atuação dos CRAS. Assim, ainda de acordo com Rodrigues *et al* (2011), a cidade possuía, no ano de 2010, 10 polos de territorialização de atuação dos CRAS sendo nove urbanos e um rural. No mapa 11 é possível observar a territorialização de todos os CRAS urbanos.

³⁹ Esses levantamentos foram baseados em registros fotográficos dos locais de estudo, conversas com moradores e georreferenciamento dos principais serviços urbanos identificados. (N.A.)

⁴⁰ As pessoas selecionadas para as entrevistas foram aquelas que participaram de forma ativa do loteamento dos bairros e/ou que moram na região a mais de 20 anos. Lembra-se que a qualificação dos informantes é feita na terceira seção deste trabalho. (N.A.)

Mapa 01:

POLOS REGIONAIS DA CIDADE DE MONTES CLAROS: DESTAQUE PARA ÁREA DE ESTUDO



O território do CRAS JK/Village do Lago está localizado na porção nordeste do município e tinha uma população estimada de 25 mil moradores para o ano de 2010, sendo a maior parte empobrecidas e dependente de benefícios sociais para sobreviver (RODRIGUES *et al*, 2011).

Como será exposto a frente, os bairros Village do Lago I e II foram formados por meio de loteamentos que tiveram uma parte comercializada e outra doada pelo poder público municipal. Os demais bairros estudados são conjuntos habitacionais. A população da região em estudo é, em maioria, de baixa renda (LEITE, 2011) e, portanto, suscetíveis à vulnerabilidade.

Sobre a vulnerabilidade, Castel (1997) faz uma abordagem, onde essa, para o contexto europeu do século XIX até meados do século XX, se daria pela relação entre dois processos de desligamento, sendo um ligado ao trabalho e o outro ligado à inserção relacional. Pelo lado do trabalho, o autor faz a gradação em trabalho estável, trabalho instável e não-trabalho; já pelo lado relacional tem-se a inserção relacional forte, frágil ou isolamento social. Nesse sentido, Castel cria três zonas de marginalização sendo a zona de integração (indivíduo que possui trabalho estável e forte inserção relacional), a zona de vulnerabilidade (trabalho instável e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade ou desfiliação (ausência de trabalho e isolamento relacional). O autor ainda cita uma quarta zona onde se enquadram aqueles que, por alguma deficiência, problema de idade (crianças e velhos) ou por situação familiar extrema⁴¹, não podem trabalhar. Assim, Castel faz uma comparação entre os integrantes da terceira e quarta zonas mostrando que ambos estão em situação de “grande pobreza”, porém com estigmas diferenciados. Para o autor:

Existem dois tipos [...] de populações, que se beneficiam de modos de tratamento igualmente distintos. O vagabundo que está apto a trabalhar e foi expulso das redes familiares de sustentação social, da **proteção de proximidade**, e que é completamente rejeitado e estigmatizado. O indigente, incapaz de trabalhar [...]. De qualquer forma, a concessão de assistência aos indigentes [...] não levanta problemas de **princípio** como

⁴¹ O exemplo citado pelo autor como situação familiar extrema é uma viúva com muitos filhos. (N.A.)

mostra todas as histórias da assistência [...].
(CASTEL, 1997, p. 24-25)

Complementando a ideia das zonas de marginalização o autor acrescenta que o modelo é dinâmico, com fronteiras móveis entre as zonas e que a zona de vulnerabilidade ocupa uma posição estratégica. Isso se explica já que os indivíduos inseridos nela possuem uma situação de instabilidade de trabalho e fracas inserções relacionais correndo risco de cair na última zona: a zona de desfiliação.

A partir da exposição dessas zonas de marginalização, Castel (1997, p. 30) faz uma ligação com a realidade atual da Europa e afirma que “parece ser a retomada da vulnerabilidade [...] na conjuntura da precarização do trabalho e da fragilização dos apoios relacionais”. Assim, o desenvolvimento de uma zona instável começa a inserir uma parcela cada vez maior da população⁴². Portanto, a vulnerabilidade está diretamente ligada à pobreza.

Em concordância com Castel, Teixeira (2007) afirma que o termo vulnerabilidade tem relação com a perda de bem-estar, em que os pobres estão mais suscetíveis a privações futuras ou mesmo riscos causados pelas incertezas de eventos futuros. Martini (2009) acrescenta que as famílias fazem escolhas racionais buscando maximizar seu bem-estar, todavia as pessoas pobres acabam tendo dificuldade de gerenciar o seu risco; tomam decisões “conservadoras”⁴³ que comprometem a sua capacidade de agir em momentos de risco.

Baseado nessa abordagem sobre vulnerabilidade, destaca-se, neste trabalho, que todas as famílias que possuem cadastro no CRAS e que, conseqüentemente, preencheram o questionário socioeconômico supracitado, são aquelas que passam ou passaram por algum tipo de vulnerabilidade e precisam ou precisaram do atendimento socioassistencial. Conclui-se que as famílias que foram pesquisadas passaram ou estão passando por alguma situação de vulnerabilidade. Em anexo está o questionário socioeconômico utilizado pelo CRAS JK/Village do Lago.

A partir do referido questionário foi possível fazer a mensuração da qualidade de vida nos bairros referenciados. Para tanto, foi necessária

⁴² A exposição de Castel enquadra-se também na realidade brasileira, especialmente nos bairros estudados neste trabalho. (N.A.)

⁴³ Expressão citada por Martini (2009) foi extraída do trabalho de Wood (2003) e se refere as decisões tomadas pelas famílias pobres pela baixa disponibilidade de opções ou por escolhas, de acordo com o autor, pouco aconselháveis. (N.A.)

a utilização de um índice que possuisse diversas dimensões selecionando-se o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF), metodologia já testada por Barros, Carvalho e Franco (2003) e por Furtado (2012, 2013). Esse índice apresenta “48 indicadores, que buscam representar os 26 componentes das 6 dimensões das condições de vida” de uma população (BARROS, CARVALHO E FRANCO, 2003, p. 13). De acordo com Barros, Carvalho e Franco (2003, p. 05), “[...] para se saber se o nível de desenvolvimento de um país melhorou ou não, é preciso saber o que se passou com as dimensões e indicadores considerados mais relevantes para a sociedade”. Da mesma forma, esse princípio pode ser usado para regiões ou mesmo grupos sociais⁴⁴. Assim, o uso do IVF neste estudo baseou-se nas seguintes justificativas:

- Ser uma metodologia já testada;
- Possuir como unidade básica de análise a família, aproximando-se dos indicadores considerados relevantes para a sociedade;
- Conseguir trazer uma visualização da situação das regiões de estudo com base em uma unidade de análise de menor

⁴⁴ Barros, Carvalho e Franco (2003) fazem uma crítica ao IDH mostrando algumas das suas limitações, especialmente com relação 1) às dimensões, indicadores e pesos, 2) desagregabilidade (diz respeito a unidade mínima de análise para a qual se pode obter um indicador sintético), e 3) agregabilidade. Com relação à primeira limitação, a crítica baseia-se na escolha dos indicadores e dos seus pesos. Para os autores, essa escolha não teve uma racionalidade clara a não ser a de buscar “incluir, com pesos balanceados, apenas um pequeno número de indicadores dentre aqueles disponíveis e considerados mais relevantes” (BARROS, CARVALHO E FRANCO, 2003, p. 05). Assim, o entendimento é que a seleção de indicadores deve ser aquela de maior preferência pela sociedade, indicativo de que o IDH pode não atender essas preferências, e, também, que este faz um tratamento simplificado do desenvolvimento humano já que possui somente três dimensões e quatro indicadores. Com reação à segunda limitação, os autores mostram que o IDH tem a unidade geográfica (estados, país ou município) como unidade básica de análise não podendo ser calculado para grupos ou mesmo famílias. Já para a última limitação, os autores mostram que o IDH de um país ou região não pode ser agregado a partir de uma média ponderada entre seus estados ou municípios uma vez que os indicadores que compõem o índice têm bases populacionais distintas e também pela não-linearidade dos indicadores (a renda *per capita*, que é o indicador de disponibilidade de recursos, possui soma dos logaritmos distinta do logaritmo de soma não sendo aditivamente agregável). Com base nessas os autores propõem a utilização do IVF, metodologia aplicada neste trabalho. (N.A.)

abrangência possibilitando comparações não somente entre os bairros em estudo, mas também entre regiões dos bairros⁴⁵;

- Na discussão teórica abordou-se sobre a influência da renda, habitação e educação na QV urbana, além dos fatores relacionados ao acesso a serviços públicos. Com exceção desta última dimensão, o IVF aborda todas as demais. Assim entende-se que esta abordagem contempla os fatores já discutidos para a mensuração da qualidade de vida urbana, não contemplando a questão do acesso aos serviços e equipamentos urbanos⁴⁶;
- Permitir a inserção ou retirada de indicadores e ainda a alteração dos pesos dos mesmos de acordo com a necessidade de cada estudo.

As dimensões do IVF⁴⁷ são ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais⁴⁸. A tabela 02 traz o detalhamento das dimensões com seus respectivos indicadores⁴⁹.

⁴⁵ Para este utilizou-se somente a comparação entre os bairros. (N.A.)

⁴⁶ Lembra-se que esses foram abordados na análise histórica, geográfica e social.

⁴⁷ De acordo com Barros, Carvalho e Franco (2003, p. 08) cada uma das seis dimensões do IVF “representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em outra parte, a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades”. Assim, os autores partem da premissa que de as famílias, a partir dos mercados, terão acesso ou não aos meios necessários para manutenção do seu bem-estar. Portanto, há o entendimento de que a presença de renda é um dos fatores mais importantes para a satisfação das necessidades das famílias. (N.A.)

⁴⁸ As dimensões ausência de vulnerabilidade, disponibilidade de recursos e desenvolvimento infantil serão nomeados aqui, respectivamente como vulnerabilidade social, escassez de recursos e desenvolvimento infanto-juvenil. Essa alteração de justifica pelo fato de Furtado (2013) tê-los usado com essa nomenclatura e o trabalho do referido autor ter dado melhores bases para a construção do IVF específico para este trabalho. (N.A.)

⁴⁹ Essa tabela traz o detalhamento das dimensões, componentes e indicadores trabalhados por Furtado (2013). Esclarece-se que ela diferencia-se um pouco do que foi proposto por Barros, Carvalho e Franco (2003). (N.A.)

Tabela 02: IVF – dimensões e indicadores

Dimensão	Componentes	Indicadores
Vulnerabilidade de Social	Fecundidade	V1. Alguma mulher teve filho nascido vivo neste último ano
		V2. Alguma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
	Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V3. Presença de criança
		V4. Presença de criança ou adolescente
		V5. Presença de criança, adolescente ou jovem
	Atenção e cuidados especiais com os idosos	V6. Presença de idoso
		V7. Ausência de Cônjuge
Acesso ao conhecimento	Dependência econômica	V8. Menos da metade dos membros encontram-se em idade ativa
		V9. Presença de pessoas com dificuldade grande ou impossibilidade de caminhar, enxergar, ouvir ou com deficiência mental permanente
	Presença da mãe	V10. Presença de criança no domicílio que não vive com a mãe
		C1. Presença de adulto analfabeto
	Escolaridade	C2. Presença de adulto analfabeto funcional
		C3. Ausência de adulto com fundamental completo
		C4. Ausência de adulto com secundário completo
		C5. Ausência de adulto com alguma educação superior
	Qualificação Profissional	C6. Ausência de trabalhador com qualificação média ou alta
	Disponibilidade de trabalho	T1. Menos da metade dos membros da família em idade ativa encontram-se ocupados
Acesso ao trabalho	Qualidade do posto de trabalho	T3. Ausência de ocupação no setor formal

		T4. Ausência de ocupação em atividade não agrícola
	Remuneração	T5. Ausência de ocupação com rendimento superior a 01 salário mínimo
		T6. Ausência de ocupação com rendimento superior a dois salários mínimos
Escassez de recursos	Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de extrema pobreza
	Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza
	Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências
	Trabalho precoce	D1. Presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando
		D2. Presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando
		D3. Presença de ao menos uma criança de 0-6 anos fora da escola
Desenvolvimento Infanto-juvenil	Acesso à escola	D4. Presença de ao menos uma criança de 7-14 anos fora da escola
		D5. Presença de ao menos uma criança de 7-17 anos fora da escola
		D6. Presença de ao menos uma criança de 14 anos com mais de dois anos de atraso
	Progresso escolar	D7. Presença de ao menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto
		D8. Presença de ao menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto
	Mortalidade infantil	D9. Presença de ao menos uma mãe que tenha algum filho que já tenha morrido
		D10. Presença de mais de uma mãe que tenha algum filho que tenha morrido
		D11. Presença de mãe que já tenha filho nascido morto

Condições habitacionais	Propriedade	H1. Domicílio não é próprio
		H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido
	Deficit habitacional	H3. Densidade de dois ou mais habitantes por dormitório
	Acesso a abastecimento de água	H5. Acesso inadequado à água
	Acesso a saneamento	H6. Esgotamento sanitário inadequado
	Acesso a coleta de lixo	H7. Lixo não coletado
	Acesso a eletricidade	H8. Sem acesso à eletricidade
		H9. Não tem geladeira
	Acesso a bens duráveis	H10. Não tem ao menos um dos itens: geladeira, televisão ou rádio
		H11. Não tem ao menos um dos itens: geladeira, televisão, rádio ou telefone
		H12. Não tem ao menos um dos itens: geladeira, televisão, rádio, telefone ou computador
	Mobilidade urbana	H13. Mobilidade: trabalha ou estuda em município diferente da residência
	Situação domiciliar	H14. Domicílio Improvisado

Fonte: FURTADO (2013). Org.: SILVEIRA, 2014.

Um ponto importante a se notar na construção do IVF são os *indicadores em cascata*. De acordo com Barros, Carvalho e Franco (2013), esse método permite colocar peso em determinado componente ou indicar sem alterar a base para a análise possibilitando a agregação dos dados do índice. Como exemplo, pode-se perceber esse método no componente Fecundidade, nos indicadores V1 e V2 onde o primeiro dá pontuação positiva na situação de mulher que não teve filho nascido vivo neste último ano e, o segundo, dá pontuação positiva na situação de mulher que não teve filho nascido vivo nos últimos dois anos. Assim, o indicador V1 é contado também no indicador V2, ocorrendo dupla contagem e dando peso maior a esse componente na somatória final da dimensão vulnerabilidade social e, conseqüentemente, no IVF.

Para esta pesquisa, não houve a possibilidade de se utilizar todos os indicadores construídos por Furtado (2013) e por Barros, Carvalho e Franco (2003) em função da fonte de dados principal, os questionários socioeconômicos do CRAS JK/Village do Lago, não possuir informações que os contemplassem. Todavia, o questionário possui todas as dimensões do IVF, como é possível perceber nas tabelas abaixo, onde foram feitos os cruzamentos das informações presentes na fonte de dados principal com os 48 indicadores do índice selecionado:

Tabela 03: IVF – Indicadores da componente vulnerabilidade social

Sigla	Indicador	Critérios	Relação no Questionário do Cras
V1	Alguma mulher teve filho nascido vivo neste último ano	Existência de filho nascido vivo no período de 12 meses anteriores	III – Composição Familiar e condição econômica: parte em que faz o cruzamento da data de nascimento com o grau de parentesco
			Gravidez precoce: dá para fazer uma relação pelo grau de parentesco da tabela “Composição Familiar e condição econômica”, mas com várias ponderações já que pode haver relações não confirmadas.
V2	Alguma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos	Idade do último filho tido nascido vivo	III – Composição Familiar e condição econômica: parte em que faz o cruzamento da data de nascimento com o grau de parentesco
			Gravidez precoce: dá para fazer uma relação pelo grau de parentesco da tabela “Composição Familiar e condição econômica”, mas com várias ponderações já que pode haver relações não confirmadas
V3	Presença de criança	Considera criança com 12 anos ou menos de idade	III – Composição Familiar e condição econômica: parte em que faz o cruzamento da data de nascimento com o grau de parentesco
V4	Presença de criança ou adolescente	Considera adolescente com 17 anos ou menos	III – Composição Familiar e condição econômica: parte em que faz o cruzamento da data de nascimento com o grau de parentesco
V5	Presença de criança, adolescente ou jovem	Considera jovem com idade igual ou inferior a 21 anos	III – Composição Familiar e condição econômica: parte em que faz o cruzamento da data de nascimento com o grau de parentesco

V6	Presença de idoso	Considera idoso com idade superior a 64 anos	III – Composição Familiar e condição econômica: parte em que faz o cruzamento da data de nascimento com o grau de parentesco ⁵⁰ Pergunta do questionário sobre a presença de idoso
V7	Ausência de cônjuge	No domicílio excluindo solteiros	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra o grau de parentesco
V8	Menos da metade dos membros encontram-se em idade ativa	Considera pessoas em idade ativa com 10 anos ou acima; dividido pelo total do domicílio (excluído empregados domésticos e familiares destes) é menor que meio	III – Composição Familiar e condição econômica: parte em que faz o cruzamento da data de nascimento com o grau de parentesco
V9	Presença de pessoas com dificuldade grande ou impossibilidade de caminhar, enxergar, ouvir ou com deficiência mental permanente		Pergunta sobre condições de saúde da família especificamente na parte sobre doença grave e uso de medicamentos controlados Pergunta sobre a presença de algum membro da família com deficiência.

⁵⁰ Esse indicador é melhor para identificar a presença de idoso pelo critério de idade já que se tem certeza desta pela data de nascimento e idade. Já a pergunta sobre a presença de idoso não informa qual a idade considerada para a classificação do indivíduo como idoso. (N.A.)

V10	Presença de criança no domicílio que não vive com a mãe	Ausência de cônjuge e no adulto masculino no domicílio	III – Composição Familiar e condição econômica: parte em que faz o cruzamento da data de nascimento com o grau de parentesco ⁵¹
-----	---	--	--

Fonte: BARROS, CARVALHO E FRANCO (2003), FURTADO (2013), Prefeitura Municipal de Montes Claros.
Org.: SILVEIRA, 2014.

⁵¹ Essa identificação será mais complicada. Nesse caso, só será possível a identificação quando a pessoa de referência for a mãe.
(N.A.)

Tabela 04: IVF – Indicadores da componente acesso ao conhecimento

Sigla	Indicador	Critérios	Relação no Questionário do Cras
C1	Presença de adulto analfabeto	Maior de 17 anos e “não sabe ler e escrever”	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a escolaridade. Se não houver escolaridade considera-se como analfabeto
C2	Presença de adulto analfabeto funcional	Maior de 17 anos e menos de 07 anos de estudo (fundamental incompleto)	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a escolaridade.
C3	Ausência de adulto com fundamental completo	Maior de 17 anos e fundamental completo	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a escolaridade.
C4	Ausência de adulto com secundário completo	Maior de 17 anos e considera ensino médio completo	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a escolaridade.
C5	Ausência de adulto com alguma educação superior	Maior de 17 anos e considera acima de 11 anos de estudo	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a escolaridade.
C6	Ausência de trabalhador com qualificação média ou alta	Classificações de ocupação equivalentes a 1, 2 e 3. Dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes e técnicos de nível médio (excluídos oficiais das forças armadas)	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a ocupação.

Fonte: BARROS, CARVALHO E FRANCO (2003), FURTADO (2013), Prefeitura Municipal de Montes Claros.

Org.: SILVEIRA, 2014.

Tabela 05: IVF – Indicadores da componente acesso ao trabalho

Sigla	Indicador	Critérios	Relação no Questionário do Cras
T1	Menos da metade dos membros da família em idade ativa encontram-se ocupados		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a profissão/ocupação e a renda.
T3	Ausência de ocupação no setor formal	Setor formal: empregado com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, exclui empregador e empregado por conta própria	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a profissão/ocupação.
T4	Ausência de ocupação em atividade não agrícola		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a profissão/ocupação.
T5	Ausência de ocupação com rendimento superior a 01 salário mínimo	Salário mínimo R\$ 510,00 (deflacionado IPCA 2010 para 2000, valor equivalente a R\$ 268,95) ⁵²	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a renda. ⁵³

⁵² Os valores para o salário mínimo (SM) foram considerados de acordo com os anos, ou seja, para os questionários de 2011 foi considerado o valor do SM para aquele período e assim sucessivamente. (N.A.)

			Pergunta sobre a participação em algum Programa do Governo Federal ou recebe algum benefício
T6	Ausência de ocupação com rendimento superior a dois salários mínimos	Salário mínimo R\$ 1020,00 (deflacionado IPCA para 2000, valor equivalente a R\$ 537,89 ⁵⁴	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a renda ⁵⁵ .
			Pergunta sobre a participação em algum Programa do Governo Federal ou recebe algum benefício

Fonte: BARROS, CARVALHO E FRANCO (2003), FURTADO (2013), Prefeitura Municipal de Montes Claros.
Org.: SILVEIRA, 2014.

⁵³ Esse indicador pode ser tendencioso já que pode haver uma somatória da renda dos programas sociais com a renda do trabalho. Desta forma, se houver a identificação do programa social em que o indivíduo é contemplado pode-se fazer uma subtração da sua renda. (N.A.)

⁵⁴ Os valores para o salário mínimo (SM) foram considerados de acordo com os anos, ou seja, para os questionários de 2011 foi considerado o valor do SM para aquele período e assim sucessivamente. (N.A.)

⁵⁵ Esse indicador pode ser tendencioso já que pode existir uma somatória da renda dos programas sociais com a renda do trabalho. Desta forma, se houver a identificação do programa social em que o indivíduo é contemplado pode-se fazer uma subtração desta da sua renda. (N.A.)

Tabela 06: IVF – Indicadores da componente escassez de recursos:

Sigla	Indicador	Crítérios	Relação no Questionário do Cras
R1	Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de extrema pobreza	Considerada como sendo $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, <i>i. é</i> , R\$ 127,50 (para 2000 R\$ 67,24) ⁵⁶	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a renda. Nesta situação será calculada a renda <i>per capita</i> média da família e posteriormente a análise
R2	Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza	Considerada como sendo $\frac{1}{2}$ do salário mínimo, <i>i. é</i> , R\$ 255,00 (para 2000 R\$ 134,48) ⁵⁷	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a renda. Nesta situação será calculada a renda <i>per capita</i> média da família e posteriormente a análise
R3	Maior parte da renda familiar advém de transferências	Renda total menos renda trabalho maior que renda do trabalho	III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a renda. Pergunta sobre a participação em algum Programa do Governo Federal ou recebe algum benefício ⁵⁸

Fonte: BARROS, CARVALHO E FRANCO (2003), FURTADO (2013), Prefeitura Municipal de Montes Claros.
Org.: SILVEIRA, 2014.

⁵⁶ Necessidade de atualização de valores para o ano em que serão colhidas as informações. (N.A.)

⁵⁷ Necessidade de atualização de valores para o ano em que serão colhidas as informações. (N.A.)

⁵⁸ Identificar quais são os programas sociais em que o indivíduo é contemplado e fazer o cálculo do valor dos mesmos. (N.A.)

Tabela 07: IVF – Indicadores da componente desenvolvimento infanto-juvenil

Sigla	Indicador	Crerios	Relação no Questionário do Cras
D1	Presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a idade e a renda. Pergunta sobre a participação em algum Programa do Governo Federal ou recebe algum benefício
D2	Presença de ao menos uma criança com menos de 16 anos trabalhando		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a idade e a renda. Pergunta sobre a participação em algum Programa do Governo Federal ou recebe algum benefício
D3	Presença de ao menos uma criança de 0-6 anos fora da escola		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a idade e a escolaridade. Este item pode trazer informações incorretas ou incoerentes já que não se tem no questionário uma pergunta sobre a presença de membros da família na escola
D4	Presença de ao menos uma criança de 7-14 anos fora da escola		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a idade e a escolaridade. Este item pode trazer informações incorretas ou incoerentes já que não se tem no questionário uma pergunta sobre a presença de membros da família na escola
D5	Presença de ao menos uma criança de 7-17 anos fora da escola		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a idade e a escolaridade. Este item pode trazer informações incorretas ou incoerentes já que não se tem no questionário uma pergunta sobre a presença de membros da família na escola

D6	Presença de ao menos uma criança de 14 anos com mais de dois anos de atraso		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a idade e a escolaridade.
D7	Presença de ao menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a idade e a escolaridade. Esse item pode trazer dúvidas já que a escolaridade não é o único fator determinante de analfabetismo. Pode-se ter situações em que o indivíduo tem poucos anos de estudo, mas saber ler e escrever.
D8	Presença de ao menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto		III – Composição Familiar e condição econômica: parte que mostra a idade e a escolaridade. Esse item pode trazer dúvidas já que a escolaridade não é o único fator determinante de analfabetismo. Pode-se ter situações em que o indivíduo tem poucos anos de estudo, mas saber ler e escrever.
D9	Presença de ao menos uma mãe que tenha um filho que já tenha morrido	Considerados filhos e filhas (filhos nascidos vivos maior que filhos ainda vivos)	Não há como se identificar no questionário do CRAS
D10	Presença de mais de uma mãe que tenha algum filho que tenha morrido		Não há como se identificar no questionário do CRAS
D11	Presença de mãe que já tenha filho nascido morto		Não há como se identificar no questionário do CRAS

Fonte: BARROS, CARVALHO E FRANCO (2003), FURTADO (2013), Prefeitura Municipal de Montes Claros.
Org.: SILVEIRA, 2014.

Tabela 08: IVF – Indicadores da componente condições de habitação:

Sigla	Indicador	Critérios	Relação no Questionário do Cras
H1	Domicílio não é próprio	Pago ou pagando	Questionário do Cras na parte de Situação Habitacional
H2	Domicílio não é nem próprio nem cedido	É alugado ou outra condição	Questionário do Cras na parte de Situação Habitacional
H3	Densidade de dois ou mais habitantes por dormitório	Maior ou igual	Questionário do Cras na parte de Situação habitacional
H5	Acesso inadequado à água	Considera que não tem água canalizada em pelo menos um dos cômodos	Questionário do Cras na parte de situação Habitacional. É importante fazer uma ressalva para esse indicador já que o questionário faz referência a origem da água, mas não considera que em todos os cômodos da residência há água
H6	Esgotamento sanitário inadequado	Considera fossa rudimentar, vala, direto no rio ou lago, ou outra forma	Questionário do Cras na parte de Situação Habitacional
H7	Lixo não coletado	Nem direta, nem indiretamente	Questionário do Cras na parte de Situação Habitacional
H8	Sem acesso à eletricidade	Considerada somente elétrica	Questionário do Cras na parte de Situação Habitacional
H9	Não tem geladeira		Não há como se identificar no questionário do CRAS
H10	Não tem ao menos um dos		Não há como se identificar no questionário do

	itens: geladeira, televisão ou rádio		CRAS
H11	Não tem ao menos um dos itens: geladeira, televisão, rádio ou telefone	Considera telefone fixo	Não há como se identificar no questionário do CRAS
H12	Não tem ao menos um dos itens: geladeira, televisão, rádio, telefone ou computador		Não há como se identificar no questionário do CRAS
H13	Mobilidade: trabalha ou estuda em município diferente da residência		Não há como se identificar no questionário do CRAS
H14	Domicílio Improvisado		Questionário do Cras na parte de Situação Habitacional

Fonte: BARROS, CARVALHO E FRANCO (2003), FURTADO (2013), Prefeitura Municipal de Montes Claros.
Org.: SILVEIRA, 2014.

Após a averiguação de quais indicadores poderiam ser mensurados com os dados dos questionários, foi feita a tabulação dos mesmos e posterior agregação. Para a agregação foram utilizados os critérios trabalhos por Furtado (2013), porém com adaptações. As fórmulas utilizadas para agregação podem ser vistas na tabela 07.

Tabela 07: Agregação do IVF

Dimensão	Agregação
Vulnerabilidade de Social (DVS)	$DVS = \frac{(V1 + V2) + (V3 + V4 + V5) + V6 + (V7 + V8) + V9}{6}$
Acesso ao conhecimento (DAC)	$DAC = \frac{(C1 + C2) + (C3 + C4 + C5) + C6}{3}$
Acesso ao trabalho (DAT)	$DAT = \frac{T1 + (T3 + T4) + (T5 + T6)}{3}$
Escassez de recursos (DER)	$DER = \frac{R1 + R2 + R3}{3}$
Desenvolvimento infantil (DDI)	$DDI = \frac{(D1 + D2) + (D3 + D4 + D5) + (D6 + D7 + D8)}{3}$
Condições habitacionais (DCH)	$DCH = \frac{(H1 + H2) + H3 + H5 + H6 + H7 + H8 + H14}{7}$
Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF)	$IVF = \frac{DVS + DAC + DAT + DER + DDI + DCH}{6}$

Fonte: FURTADO, 2013.

Adaptação: Silveira, 2014.

É importante destacar que o IVF varia de 0 a 1 onde, quanto mais próximo a 1 mais vulnerável é a família e quanto mais próximo a 0 menos vulnerável é a família. Essa mesma interpretação pode ser usada para as dimensões de acordo com o que cada uma avalia.

Após essa exposição da metodologia, na seção 04 são abordadas as características de crescimento de Montes Claros e a sua influência na

infraestrutura urbana, especificamente dos bairros em estudo. Na seção 05 é abordada a caracterização da amostra além das análises estatísticas dos dados da pesquisa, dando ênfase à construção do IVF e de suas dimensões visando uma comparação entre os bairros em estudo.

4. FORMAÇÃO DA CIDADE DE MONTES CLAROS

A cidade de Montes Claros foi fundada em 1857. Esta cidade foi formada pela chegada de bandeiras paulistas e a expansão dos currais de gado vindos do nordeste brasileiro (FRANÇA, 2012). Desde a sua origem, a cidade se caracterizou como uma área de passagem de tropeiros e comércio fazendo a interligação entre o interior nordestino e o sudeste brasileiro (CARDOSO, 2000). De acordo com Fonseca (2010), a base da economia da cidade, até meados do século XX, era a pecuária de corte e, em menor escala, a leiteira, além de atividades agrícolas, principalmente, nas áreas de chapadas e várzeas. Essas atividades se beneficiaram do trânsito de tropas que cruzavam a região e do fato de a cidade se caracterizar como entreposto comercial promovendo a expansão da economia (FONSECA, 2010). Assim, Montes Claros começou a distribuir seus produtos para novos mercados localizados ao sul⁵⁹. É necessário destacar que essa expansão permitiu uma acumulação primitiva de capitais que, mais tarde, fomentaram o início da industrialização local. Com relação a essa acumulação de capitais, é importante salientar, de acordo com França (2012), que havia na cidade uma elite urbana empreendedora.

No caso de Montes Claros, a elite empreendedora tem a sua origem vinculada às atividades mercantis que desenvolviam o comércio regional e local, juntamente com os proprietários fundiários, senhores de terras e escravos. (FRANÇA, 2012, p. 105)

A autora destaca, utilizando as ideias de Corrêa (2007), que essas elites foram responsáveis pelo adensamento das atividades econômicas. Nesse caso, para Montes Claros, as elites foram responsáveis pela expansão da atividade comercial e, inclusive, a partir do final do século XIX, a instalação de pequenas fábricas.

Em 1926, houve a chegada da Rede Ferroviária Federal que foi um marco municipal já que, gozando naquele momento de um tipo de transporte relativamente eficiente e rápido para a época, a produção regional foi escoada com maior eficiência além de facilitar a importação

⁵⁹ De acordo com Silveira (2003), o principal mercado era da região de Belo Horizonte (MG), todavia, existia comércio com São Paulo e Rio de Janeiro, além de outros estados brasileiros. (N.A.)

de produtos. Todos esses fatores, de acordo com Leite e Pereira (2008), proporcionaram um aumento populacional local com pessoas originárias da zona rural do próprio município e de outras cidades da região. Todavia destaca-se que a maior parte da população ainda residia na zona rural (FONSECA, 2010).

Outra característica importante da época e que perdura até os dias atuais, é a concentração fundiária, porém não só para Montes Claros, mas em todo o Norte de Minas Gerais. Assim:

É importante destacar que os municípios do Norte de Minas obtiveram um povoamento marcado por grandes extensões de terras pouco populosas, devido ao próprio caráter exportador que exigia grandes porções fundiárias e pouca mão de obra. Diante disso, a distribuição assimétrica que compunha a estrutura fundiária levou a uma concentração de terras. (FONSECA, 2010, p. 90).

Essa organização fundiária acabou por incentivar as migrações intrarregionais e interregionais. No caso do primeiro tipo de migração, a cidade que mais atraiu imigrantes foi Montes Claros pelas suas características de infraestrutura e atividades econômicas (FRANÇA, 2012).

As décadas de 1960, 1970 e 1980 são importantes para o contexto regional e principalmente o montesclarenses. Isso se explica pela intervenção dos Governos Federal e Estadual no Norte de Minas, primeiramente com a inserção dessa região na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A Sudene beneficiou a região especialmente pelas renúncias fiscais e financiamentos a juros subsidiados, o que incentivou o desenvolvimento econômico regional⁶⁰, com destaque para a atividade industrial e agropecuária (OLIVEIRA e SILVEIRA, 2005).

Na década de 1970, a região é beneficiada pelos dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's)⁶¹. Dessa forma, de acordo com

⁶⁰ Oliveira e Silveira (2005) fazem uma síntese da atuação da Sudene especialmente no Norte de Minas Gerais e destacam que os investimentos desta autarquia foram direcionados principalmente para pequenos empresários e/ou produtores. (N.A.)

⁶¹ Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) foram dois planos econômicos lançados pelos Governos Militares com o intuito de preparar o Brasil para o desenvolvimento que viria nas décadas seguintes. Os principais

Fonseca (2010), a região passou por transformações estruturais em sua economia sendo adaptada a dinâmica que direcionava a urbanização das principais cidades da região Sudeste do Brasil. Assim, Montes Claros se consolidou como núcleo urbano regional e, de acordo com Silveira (2003), como polo regional⁶². Sob essa ótica, Fonseca (2010, p. 86) ainda afirma que:

[...] o quadro urbano na região de Montes Claros agrega os valores concebidos pela lógica industrial e formata uma urbanização orientada pelo processo de industrialização, que se intensifica com a inclusão da cidade na área de atuação da SUDENE. O urbano-industrial que se constitui através das intervenções estatais alterando a estrutura econômica de Montes Claros, ‘(...) não foi um fato isolado, pois se insere no contexto econômico nacional, onde houve grandes transformações (...)’. (LEITE; PEREIRA, 2008, p. 47). [...] Montes Claros seguindo uma tendência nacional configura o processo industrial como um pressuposto ao desenvolvimento econômico da região.

Ainda, de acordo com Fonseca (2010), o planejamento do desenvolvimento direcionado para Montes Claros visava o crescimento econômico através de um parque industrial que, para sua instalação, necessitaria de fortes investimentos infraestruturais aliados a impactos nos sistemas político, econômico e social. Todavia a autora entende que a ampliação dos serviços públicos essenciais não acompanhou o ritmo de crescimento econômico e industrial. Nesse panorama, como enfatiza o Plano de Desenvolvimento de Montes Claros (PDMC) de 1991, ocorreu:

investimentos foram em transporte, produção de energia, bens de capital e alimentos. Houve também linhas de crédito subsidiada visando incentivar o aumento da produção interna do Brasil (PEREIRA, 1997). (N.A.)

⁶² Silveira (2003) entende cidade polo ou cidade polarizadora como aquela que concentra uma diversidade de serviços urbanos, tanto públicos como privados, além de concentração de capitais de forma a influenciar as cidades do seu entorno. Dessa forma, os municípios polarizados não detêm essa concentração de capitais e serviços ou os possui em quantidade incipiente. (N.A.)

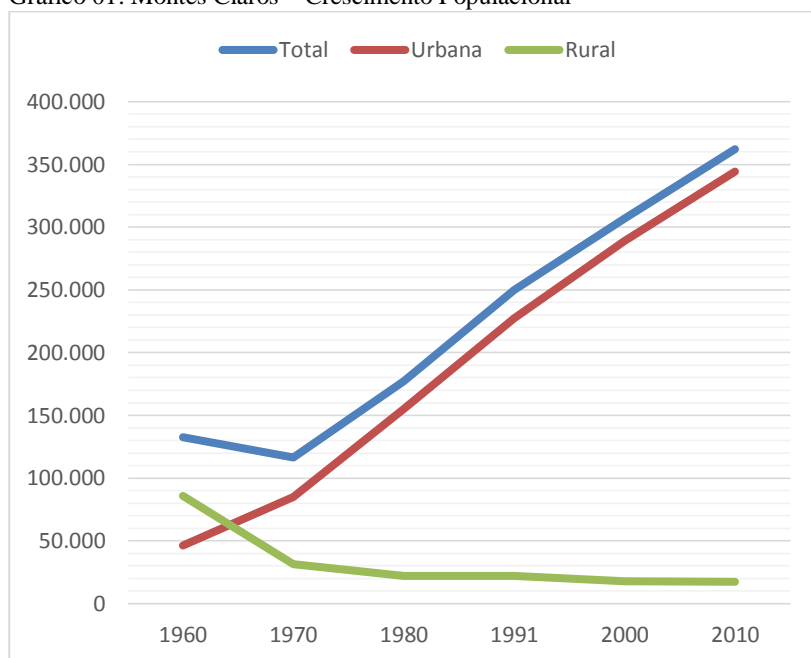
[...] um processo de concentração fundiária que determina a desestruturação e, até mesmo, o desaparecimento da pequena produção, determinando a expulsão do homem do campo e um intenso fluxo migratório, com uma parcela considerável da população regional concentrando-se em Montes Claros e pressionando a demanda por equipamentos e serviços básicos. (PDMC, 1991, p. 09).

Assim, houve um crescimento da economia da cidade, entretanto não acompanhado pela melhoria das condições de vida da população, principalmente na questão dos equipamentos urbanos e serviços básicos uma vez que os fluxos migratórios atraíram uma quantidade considerável de pessoas para a cidade. Sobre esse aspecto, Fonseca afirma que:

Na medida em que a cidade aparece como ‘centro de coleta e distribuição da produção regional e de atração de população e de capitais’ (PECPM, 1980, p. 01), evidencia-se um processo desordenado do deslocamento de um contingente populacional, ‘uma vez que esta se tornou desaparelhada para receber o crescente fluxo migratório e de população (PECPM, 1980, p. 01). (FONSECA, 2010, p. 86).

No gráfico abaixo é possível observar o crescimento populacional de Montes Claros no período de 1960 a 2010.

Gráfico 01: Montes Claros – Crescimento Populacional



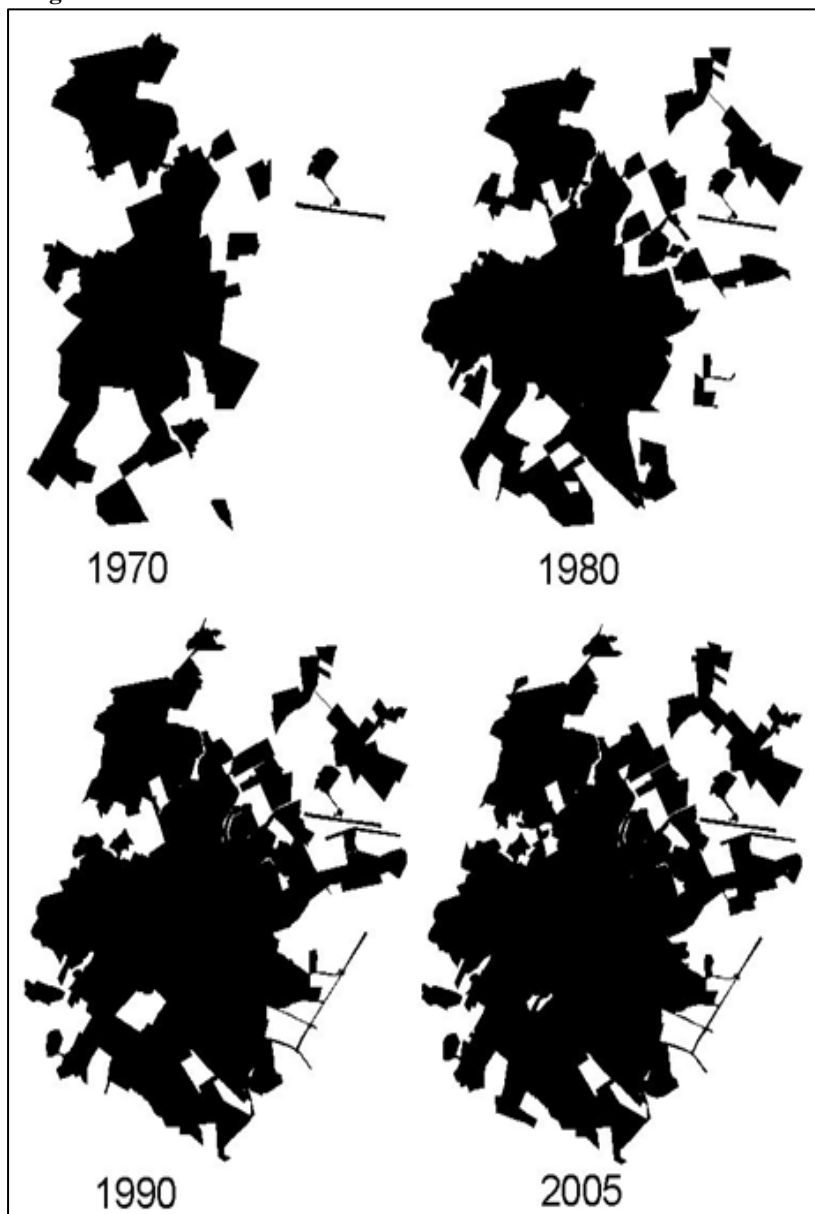
Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
Organização: Silveira, 2014.

Esse crescimento pode ser considerado relevante, sendo importante destacar que no período de 1960 a 1970 houve decréscimo de 12% justificado pela migração de população rural para outras cidades do país, principalmente para as capitais do Sudeste. Todavia, a partir de 1970 observam-se acréscimos populacionais assim distribuídos: de 1970 a 1980, este foi de 52%, de 1980 a 1991 de 41%, de 1991 a 2000 de 23%, e de 18% de 2000 a 2010, justificando as afirmações de Fonseca (2010) e do PDMC (1991) sobre o aumento intenso da demanda pelos serviços básicos e equipamentos urbanos. Leite (2011) ainda acrescenta que foi a partir de 1970, com a industrialização, que se iniciou o processo de urbanização da cidade já que, naquele momento, a população urbana começa a crescer mais do que a população rural. Esses argumentos são complementados por Nahas (2010) quando, ao discutir qualidade de vida urbana, afirma que um dos pontos fundamentais para a melhoria dessa é o acesso aos bens de cidadania. Acrescenta-se ainda

que em cidades maiores esse acesso deve ser ponderado pelo deslocamento do demandante até o local onde este bem é ofertado.

Na imagem 01 visualiza-se o crescimento da mancha urbana da cidade de Montes Claros de 1970 a 2005.

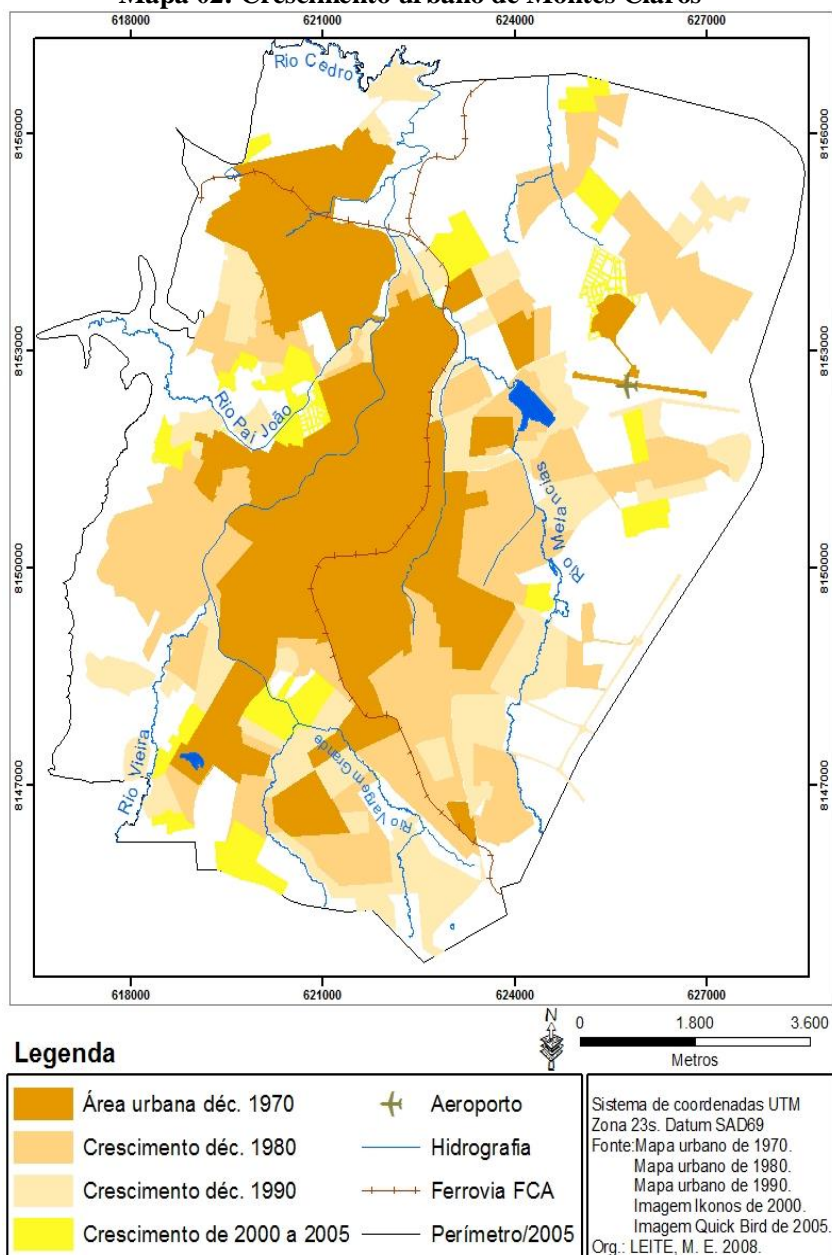
Imagem 01: Crescimento urbano de Montes Claros.



Fonte: LEITE, 2011.

A sequência dos mapas da Imagem 01, mostra de maneira geral que houve um crescimento urbano considerável entre os anos de 1970 e 2005 na cidade, porém, no Mapa 01, organizado por Leite (2011), pode-se visualizar com maiores detalhes esse processo, já que nele foi feita uma sobreposição da ampliação da mancha urbana das décadas de 1970, 1980, 1990 do século XX e dos cinco primeiros anos do século XXI.

Mapa 02: Crescimento urbano de Montes Claros



A partir desse último mapa, é possível notar que o crescimento da mancha urbana foi mais intenso entre as décadas de 1970 e 1980. Isso se explica pela inserção da cidade na área de atuação da Sudene, quando recebeu maciços investimentos, além dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (FONSECA, 2010; LEITE, 2011). Ressalta-se que o maior avanço ocorreu na região norte e oeste da cidade. Leite (2011) destaca que o crescimento foi marcado pela atração de população de baixa renda de outros municípios e da zona rural, caracterizando a formação de bairros e loteamentos, boa parte ilegais ou irregulares, com baixas condições habitacionais e pouca densidade de serviços públicos e outros equipamentos urbanos.

Outro fator a se destacar é a questão dos tipos de indústrias que se instalaram na cidade. A maior parte das plantas industriais possui estruturas intensivas em capitais que exigem pouca mão de obra relativamente especializada. O PDMC (1991, p. 09) afirma que:

A industrialização recente do Município, baseada em unidades produtivas intensas em capital e, portanto, pouco absorvedoras de mão de obra existente, proporciona a marginalização de um considerável contingente populacional do processo industrial, forçando para baixo o nível de salários. Ao mesmo tempo, seu crescimento determina uma gradativa reversão da base econômica do Município, até então assentada na agropecuária.

Corroborando com as colocações do PDMC (1991), Leite (2011) e Fonseca (2010) mostram que boa parte da população migrante que veio para Montes Claros acabou sendo direcionada para o setor terciário, sobressaindo-se a informalidade como majoritária para essa mão de obra. Assim, a prestação de serviços que exigia baixa qualificação e, consequentemente baixa remuneração, teve predominância, além do comércio informal.

Com base nas ideias desses autores, pode-se iniciar uma análise da formação de Montes Claros e a questão dos equipamentos urbanos, centrando-se nos bairros Village do Lago I e II, Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte.

4.1. A formação dos Bairros

4.1.1. Qualificação dos informantes

Esta seção foi construída com base em informações extraídas de referencial bibliográfico, repassadas pela Prefeitura Municipal de Montes Claros (PMMC), por moradores dos bairros e por alguns informantes considerados estratégicos para a formatação da história local, além de observações *in loco*. Especificamente com relação aos informantes, estes foram escolhidos baseados na necessidade de construção da história das localidades e pelo tipo de trabalho e/ou ação desenvolvida pelos mesmos como pode ser visualizado na tabela 08.

Tabela 08: Qualificação dos Informantes

Informante	Importância Histórica	Importância pelo tipo de trabalho ou ação
Informante A	<ul style="list-style-type: none"> Um dos proprietários do terreno que foi loteado e deu origem aos bairros Village do Lago I e II. 	Não tem
Informante B	<ul style="list-style-type: none"> Funcionário do Informante A desde a época da criação dos bairros Village do Lago I e II; Morador do bairro Village do Lago I desde a sua fundação. 	<ul style="list-style-type: none"> Ex-membro da associação de moradores do Village do Lago I; Um dos executores das obras de infraestrutura do Village do Lago I e II durante o seu loteamento.
Informante C	<ul style="list-style-type: none"> Moradora do Village do Lago I desde 1985. 	<ul style="list-style-type: none"> Servidora da Escola Municipal Du Narciso.
Informante D	<ul style="list-style-type: none"> Filho do Informante C; Moradora do Village do Lago I. 	<ul style="list-style-type: none"> Docente do IFNMG-<i>Campus</i> Montes Claros; Coordenou de vários projetos de extensão que contemplaram a região.
Informante E	<ul style="list-style-type: none"> Proprietário do terreno que deu origem aos bairros Jaraguá I e II; Morador da região desde 1960. 	
Informante F	<ul style="list-style-type: none"> Moradora da região desde 1960; Conjuge do Informante E. 	<ul style="list-style-type: none"> Um dos coordenadores das ações da diocese local.
Informante G	<ul style="list-style-type: none"> Funcionário da Prefeitura Municipal de Montes Claros desde 1980; 	<ul style="list-style-type: none"> Atualmente trabalha na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

	<ul style="list-style-type: none">• Trabalhou na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos durante a formação dos quatro bairros em estudo.	
Informante H		<ul style="list-style-type: none">• Funcionário da Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros (MCTrans)

Fonte: Silveira, 2014.

Faz-se necessário esclarecer acerca das entrevistas, que estas foram realizadas no formato de bate-papo, sendo direcionadas as necessidades de informações para o presente estudo. Dessa forma, nas entrevistas realizadas com os informantes A, B, C, D, E e F, o objetivo principal foi fazer o levantamento da formação histórica dos bairros buscando entender como se deu a chegada dos moradores, a origem das áreas loteadas, como foram feitos os loteamentos e a dotação de infraestrutura. Já a entrevista realizada com o Informante G, teve como objetivo entender como foi a dinâmica de organização interna da Prefeitura Municipal de Montes Claros para a distribuição dos lotes principalmente nos bairros Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte. A última entrevista, realizada com o Informante H, objetivou levantar as informações sobre o sistema de transporte coletivo urbano que atende Montes Claros e os bairros em estudo. Assim, para facilitar a redação dos próximos tópicos, os informantes que colaboraram de forma direta para o levantamento da formação histórica dos bairros, buscando entender como se deu a chegada dos moradores, a origem das áreas loteadas, como foi feito os loteamentos e a dotação de infraestrutura, serão chamados de informantes de colaboração histórica. Os demais serão nomeados como Informantes G e H.

4.1.2. A formação dos bairros

4.1.2.1. Os bairros Village do Lago I e II

Os quatro bairros estudados neste trabalho se localizam na porção nordeste da cidade, próximo ao distrito industrial, e se formaram entre as décadas de 1980 e 2000. De acordo com os informantes de colaboração histórica, essa área se formou a partir de um loteamento privado e três loteamentos administrados pelo poder público municipal.

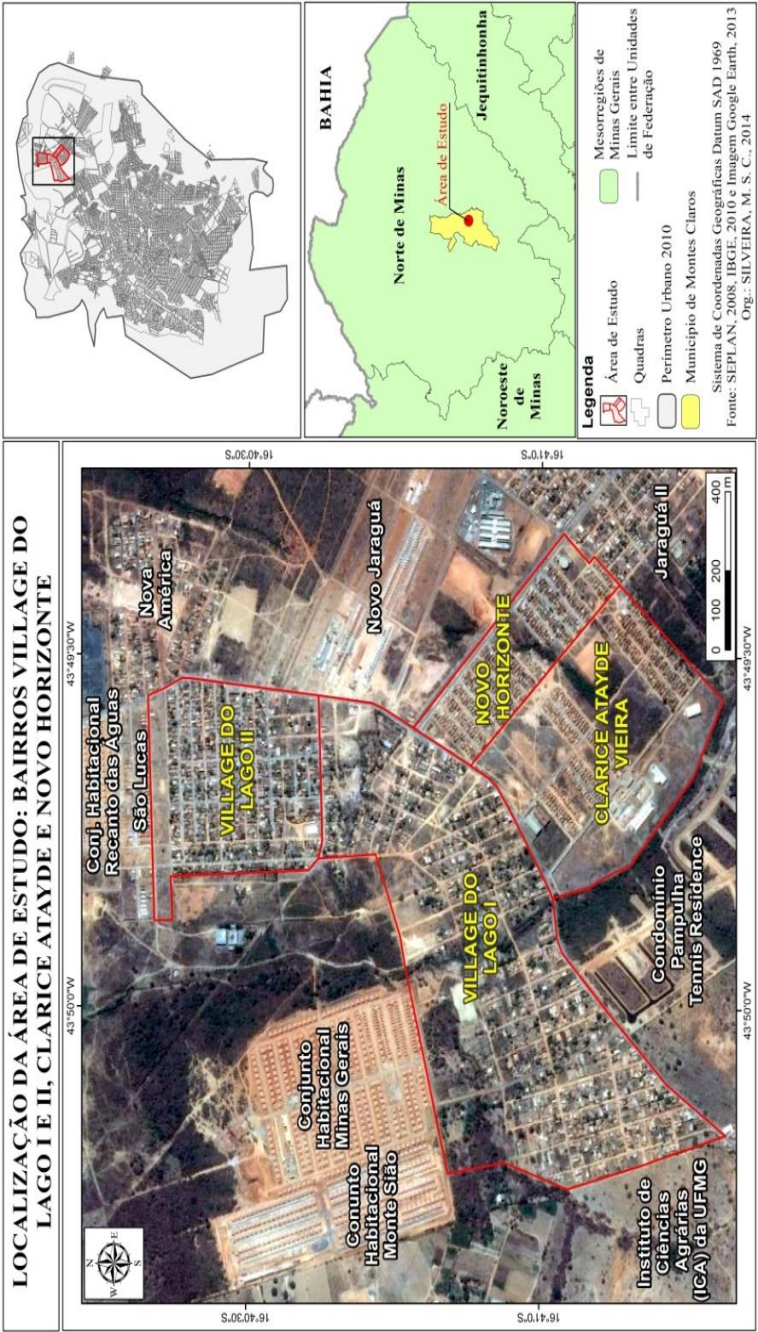
Os bairros Village do Lago I e II se originaram do loteamento de uma área rural adquirida pelo informante A e seu irmão, na região nordeste da zona urbana de Montes Claros no final da década de 1970. É importante frisar que, naquele momento, a mancha urbana da cidade ainda não havia chegado a essa área, embora se localizasse bem próxima. Outro fato importante, é a presença da antiga Escola Agrícola da Universidade Federal de Minas Gerais, hoje Instituto de Ciência

Agrárias (ICA)⁶³. Dessa forma, de acordo com o Informante A, vislumbrando o crescimento da mancha urbana naquela direção, ele e seu irmão resolveram transformar a fazenda em um loteamento dando origem aos bairros Village do Lago I e II.

⁶³ Num primeiro momento a UFMG ofertava em Montes Claros somente cursos técnicos integrados ligados às atividades agropecuárias. Nos últimos anos, com a expansão da rede federal de ensino técnico, a universidade implantou cursos superiores e parou de ofertar cursos técnicos. (N.A.)

Mapa 03:

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: BAIRROS VILLAGE DO LAGO I E II, CLARICE ATAYDE E NOVO HORIZONTE



O Village do Lago I foi um loteamento regular aprovado pelo poder público municipal na década de 1980 onde a maioria dos lotes foi comercializada. Em consulta aos documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Montes Claros, constatou-se a existência de várias plantas do loteamento⁶⁴. Os Informantes A e B esclareceram que o loteamento foi feito por etapas e que isso talvez justificasse essa questão. Outro fato levantado foi que uma parte do Village do Lago I não está averbada na PMMC e ainda consta como área rural. O informante A destacou que, durante o planejamento do loteamento, foi dividido o que era dele e de seu irmão, sendo que a parte dele foi regularizada junto à Prefeitura, mas não acontecendo a mesma coisa com a área pertencente ao irmão⁶⁵.

Ainda com relação ao Village do Lago I, a área foi loteada de modo que uma parte dos lotes tivesse a metragem de 450m², outra de 360m² e outra de 300m². Dessa forma, de acordo com os Informantes E e F, isso permitiu que houvesse a construção de mais de uma casa por lote. Os mesmos relataram a situação de uma família acompanhada pela Diocese local que, em um mesmo lote, moram os pais e mais três filhos casados em suas próprias casas.

O Village do Lago II surgiu de uma negociação de dívidas com a PMMC. De acordo com o Informante A, a legalização de toda a área loteada gerou custos e impostos. Dessa forma, para não haver descapitalização, foi repassada uma parte dos lotes ao poder público local, terrenos que posteriormente vieram a constituir o Village do Lago II. Esses lotes foram doados à população de baixa renda. De acordo com os informantes de colaboração histórica, não existiu um critério por parte da PMMC para a distribuição dos lotes, ou seja, não foi realizado um cadastro ou avaliação dos beneficiados com a posse dos terrenos. Assim, vieram para a região pessoas de várias partes da cidade, da zona rural e de outros municípios. O Informante F relatou que os lotes eram doados com fins políticos, ou seja, o bairro foi dividido entre os vereadores da situação onde cada um escolhia as pessoas que iriam receber os lotes. Essa situação gerou a vitória na disputa pelo segundo mandato do então Prefeito Luiz Tadeu Leite, de acordo com os informantes. A informante F ainda afirmou que, no momento da ocupação do bairro, o que se via eram lotes cercados com arame e com

⁶⁴ Na Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Montes Claros foram localizadas quatro plantas dos bairros Village do Lago I e II com datas de vistoria e provação pelos técnicos da referida secretaria de 1982 e 1983. Uma das plantas teve revalidação em 1986. (N.A.)

⁶⁵ Essa área está em destaque no Mapa 08. (N.A.)

placas feitas de pedaços de madeira ou mesmo papelão informando que já havia dono. Entretanto, mesmo com essa informação, lotes já doados, porém ainda não ocupados, eram invadidos por outras pessoas⁶⁶ ou mesmo doados novamente pelo vereador que controlava a área. Isso forçou uma ocupação rápida e desordenada da região. Os informantes de colaboração histórica relataram que as pessoas que receberam e/ou ocuparam lotes do Village do Lago II eram de baixa renda e não possuíam recursos para construção de residências de alvenaria. Assim, durante os primeiros anos da década de 1980, momento em que a área foi ocupada, houve mendicância por parte dessas pessoas.

Foi relatado que, buscando ajudar essa comunidade, os moradores do Village do Lago I e de outros bairros próximos, junto com a Diocese local, fizeram campanhas para arrecadação de alimentos, roupas, material de construção, lonas, outros. Outra ação descrita foi a interferência da prefeitura fazendo doação de lonas e alimentos. Todavia, mesmo com essas ações, a descrição feita pelos informantes de colaboração histórica do bairro naquela época, era de uma área marcada pela presença de barracos de lona e pouquíssimas construções de alvenaria, população desmobilizada e de baixo poder aquisitivo que passava por “mazelas gravíssimas”.

Conforme os entrevistados, algumas considerações devem ser feitas sobre a formação do Village do Lago II:

1. Alteração do planejamento inicial do loteamento: de acordo com os informantes A e B, após os lotes serem repassados à PMMC, o planejamento inicial foi alterado diminuindo a área dos lotes e, conseqüentemente, aumentando o número destes. Dessa forma, a média de tamanho dos lotes do bairro saiu de 300m² para 150m²;
2. Houve a ocupação desordenada de áreas principalmente nas margens da voçoroca⁶⁷ que existe no local. Assim, mudou-se o

⁶⁶ De acordo com o informante G, havia naquele momento na cidade de Montes Claros, um grupo que invadia loteamentos administrados pela PMMC. Após invadido, o lote era ou vendido para terceiros ou era cobrado do proprietário um valor para que o mesmo fosse desocupado sem maiores problemas. Ainda de acordo com o informante, essas invasões geraram nos bairros de periferia muitas mortes pela disputa dos terrenos. (N.A.)

⁶⁷ Guerra e Guerra (2001, p. 637) entende que voçoroca é uma “escavação ou rasgão no solo ou em rocha decomposta ocasionada pela erosão do lençol de escoamento superficial”. Essa situação é visível na região dos bairros pesquisados e bem provavelmente foi intensificada pela retirada da vegetação

traçado inicial das vias do bairro onde se nota a presença de vielas e becos, e residências na margem de declives acentuados, características de ocupação desordenada (esse tema será tratado com mais detalhes na seção Reflexões sobre a formação dos bairros e a chegada de equipamentos urbanos)⁶⁸;

3. A doação dos lotes promoveu a atração de pessoas que eram parentes ou conhecidos dos beneficiados. Esses vinham em busca de melhores condições de trabalho e estudo e acabavam morando nas casas dos parentes ou conhecidos aumentando a concentração de pessoas. Semelhante ao que ocorreu no Village do Lago I, é notada a presença em um mesmo lote de mais de uma residência em função desse processo, porém em um espaço menor;
4. A vinda de pessoas de várias áreas da cidade, da zona rural e de outros municípios criou uma situação classificada pelo informante F como “difícil”. De acordo com a informante, havia pessoas de “culturas diferentes” residindo em uma mesma área promovendo sérios problemas de mobilização interna. Uma das consequências foi a demora na organização da Associação de Moradores do Bairro, entidade que tem participação importante nos dias atuais no que tange a reivindicação de melhorias para a comunidade junto ao poder público e à iniciativa privada.

Com base no que foi exposto, pode-se tecer alguns comentários sobre os serviços públicos que atendiam os bairros naquele período. Na década de 1980, começou a vigorar na cidade o Projeto Especial Cidade de Porte Médio: subprojeto de Montes Claros (PECPM) de 1980, executado pela Prefeitura Municipal e Governo Estadual com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse projeto tinha como objetivo melhorar a infraestrutura das cidades que possuíam entre 100 e 500 mil habitantes, assim como atenuar os problemas sociais como a falta de moradia (LEITE, 2011, FONSECA, 2010). O projeto, de acordo com Leite (2011), beneficiou várias regiões de Montes Claros e, principalmente, a região norte pelo problema da saturação urbana trazendo a construção de um conjunto habitacional (Conjunto Tabajara) que recebeu moradores das favelas da região, bem como a melhoria da

nativa e da alta declividade que se verifica nas vertentes nas margens dos corpos d'água que drenam a área. (N.A.)

⁶⁸ Para visualização da ocupação das áreas de voçoroca vide apêndices 03 e 04.

infraestrutura de vários bairros (asfaltamento de ruas, instalação e ampliação da rede de saneamento básico e distribuição de energia elétrica e a legalização da posse de vários lotes).

O referido projeto trouxe impactos sobre os bairros Village do Lago I e II que eram carentes de serviços públicos e outros equipamentos urbanos. Entretanto, mesmo com o projeto, esses bairros ainda passavam por várias deficiências. De acordo com os informantes B e C, os serviços eram de baixa qualidade. Quanto ao fornecimento de água, este era feito, até o final da década de 1980, a partir de dois poços tubulares que abasteciam uma caixa d'água suspensa em frente à Escola Municipal Du Narciso, no Village do Lago I⁶⁹. Dessa caixa, saía uma adutora que percorria toda a extensão da Rua O e cada morador fazia a ligação de água para sua casa com a ajuda da Associação de Moradores. Todavia, o informante C ressaltou que só tinha abastecimento de água em um período na parte da manhã. A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) assumiu o abastecimento dos bairros no início da década de 1990 e aproveitou a infraestrutura já instalada incorporando também a coleta de esgoto.

Com relação aos serviços de transporte, até meados da década de 1990, não haviam vias pavimentadas nos bairros, sendo a mais próxima delas a Avenida Osmane Barbosa que liga a Avenida Governador Magalhães Pinto à antiga Escola Agrícola da UFMG e onde passava a única linha de ônibus que atendia a região. O percurso dos bairros até essa avenida era feito, na maioria das vezes, à pé e a distância média percorrida variava de 1,47 km a 3,17 km.

Os serviços educacionais e de saúde eram ofertados somente no Bairro JK, que fica na margem da Avenida Osmane Barbosa. Essa situação trazia dificuldades aos moradores dos bairros principalmente relacionados ao deslocamento.

4.1.2.1. Os bairros Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte

Os bairros Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte se originaram na década de 2000 e acabaram sendo beneficiados com a infraestrutura que veio em função dos bairros citados anteriormente. Os informantes B e C afirmaram que a atuação das associações de bairro foi muito importante para reivindicar do governo municipal melhorias para

⁶⁹ Os informantes B e C esclareceram que essa infraestrutura foi montada pelo Informante A quando iniciou a venda dos lotes do Village do Lago I. (N.A.)

a região. Entretanto, como o Clarice Athayde Vieira e o Novo Horizonte são conjuntos habitacionais, no momento da construção das residências, houve a necessidade de dotá-las com infraestrutura de serviços. Dessa forma, pavimentou-se boa parte da antiga Avenida Perimetral, hoje Rui de Albuquerque, melhorou-se o serviço de abastecimento de água, construção de escolas na região⁷⁰ e a ampliação da malha telefônica, também beneficiando os bairros circunvizinhos. Essas melhorias, somadas ao aumento da população, atraíram pequenas atividades comerciais para a área.

Ao mesmo tempo, chegaram à região dos bairros outros serviços que geraram uma quantidade considerável de postos de trabalho. Destaca-se o Makro Atacadista, que se localiza na Avenida Governador Magalhães Pinto, as Faculdades Santo Agostinho e as Faculdades Integradas do Norte de Minas (FUNORTE), que se localizam na Avenida Osmane Barbosa, e o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – *Campus* Montes Claros, que se localiza à rua Dois no Clarice Athayde Vieira. Houve também, a ampliação do Instituto de Ciência Agrárias da UFMG. Ressalta-se que essas atividades originaram empregos tanto diretos como indiretos. No caso dos serviços educacionais, boa parte dos seus usuários buscaram moradias mais próximas, aumentando o povoamento da região e incentivando a criação de atividades que dão suporte a essa população.

Especificamente sobre os dois últimos bairros, de acordo com os informantes de colaboração histórica, eles tiveram origem a partir da doação de um terreno à prefeitura municipal pela família Balesteiros no final da década de 1980. Entretanto, destaca-se que os informantes não souberam explicar se essa doação ocorreu em consequência de dívida com o fisco municipal. Nos documentos oficiais da PMMC constam que os loteamentos foram aprovados em 1999 e 2000. Porém, a partir dos relatos dos moradores e também dos informantes, sabe-se que o Clarice Athayde Vieira foi inaugurado no segundo mandato do Prefeito Jairo Ataíde Vieira, entre 2001 e 2004, e o Novo Horizonte no mandato de Athos Avelino Pereira, entre 2005 e 2008. De acordo com informações coletadas junto ao informante G, funcionário da Secretaria da Ação Social da Prefeitura Municipal de Montes Claros, o Clarice Athayde Vieira foi construído com recursos oriundos de emendas parlamentares. A seleção dos beneficiados se deu a partir de cadastro, ou seja, todos os

⁷⁰ Nos bairros se localizam as Escolas Municipais João Valle Maurício e Du Narciso. (N.A.)

interessados em receber uma habitação popular faziam o cadastro na Divisão de Habitação da PMMC que, a partir de um corpo técnico, executava a seleção. As residências foram entregues em três etapas, sendo a primeira no ano de 2000, e a última no ano de 2001.

O Novo Horizonte, por sua vez, foi construído a partir de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Montes Claros e a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG). Um pouco diferente do Clarice Athayde Vieira, a inscrição dos interessados foi realizada na Secretaria de Ação Social que selecionou os beneficiários. Todas as residências desse conjunto foram entregues no ano de 2005.

É importante fazer alguns destaques com relação aos dois conjuntos habitacionais. De acordo com o informante G, uma característica desses conjuntos era a exigência de renda para seleção do beneficiário⁷¹. Isso se justificava pelo fato de a Prefeitura, no caso do primeiro conjunto, e a COHAB-MG, no caso do segundo, cobrarem um valor mensal como prestação pelo imóvel. Assim, havia um subsídio sobre a maior parte do valor do imóvel ficando o restante sob a responsabilidade do beneficiário. Dessa forma, percebe-se especificidades para a seleção dos moradores já que os mesmos possuíam níveis de renda mais elevados.

Outro destaque é a organização interna das comunidades. O informante F destacou que as comunidades têm grandes dificuldades de organização e mobilização. Essa característica gera a falta de uma representação interna forte. Um dos motivos para esse problema, de acordo com a informante, é a vinda de pessoas de várias partes da cidade para ocupação dos bairros, fato que ocorreu de modo semelhante no Village do Lago I e II. Outro fato que pode explicar também essa desmobilização é a grande rotatividade de pessoas que são obrigadas a se mudarem por vencimento de contrato de aluguel. Esse fato foi relatado pelas técnicas do CRAS JK/Village do Lago explicando que os proprietários dos imóveis só poderiam locá-los se estes já estivessem quitados. Todavia, vários proprietários ainda não quitaram suas casas, mas, da mesma forma, fazem a locação, ainda que ilegal. O informante G fez uma consideração que pode justificar também o motivo para a existência de imóveis para aluguel. Segundo ele, durante o processo de seleção das pessoas que seriam beneficiadas com os conjuntos habitacionais, fez-se uma consulta sobre o registro de imóveis em nome

⁷¹ Essa renda deveria ser de, pelo menos, um salário mínimo. (N.A.)

delas⁷². Entretanto, segundo o informante, várias pessoas possuíam propriedades ainda sem registro ou mesmo registradas em nome de terceiros, situação que os enquadravam para recebimento de uma casa popular. Ou seja, existiam pessoas que possuíam mais de um imóvel.

Um terceiro destaque relaciona-se à presença de aquecimento solar de água. Ainda de acordo com o informante G, a instalação do aquecedor solar de água se tornou uma norma para conjuntos habitacionais. Sendo assim, esse equipamento está presente em boa parte das residências dos dois conjuntos referenciados. Questionado sobre o porquê de parte das residências não possuírem o equipamento, o informante explicou que na época da construção do Clarice Athayde Vieira essa norma ainda não vigorava. Outra questão também levantada é sobre a presença do logotipo da Companhia de Energética de Minas Gerais (CEMIG) nas caixas d'água dos equipamentos⁷³. O informante não soube responder, mas de acordo com os moradores, a referida companhia recebeu uma penalização que foi revertida para compra dos aquecedores para os conjuntos habitacionais em estudo. É importante frisar que toda a manutenção do equipamento é feita por técnicos da CEMIG sem custo nenhum para os moradores.

Um quarto destaque refere-se ao pagamento das prestações das casas. Segundo o informante G, o Clarice Athayde Vieira, que foi construído com verbas de emendas parlamentares, teve como órgão executor a PMMC⁷⁴. Nesse sentido, algumas pessoas foram beneficiadas com o perdão de dívida ou mesmo isenção do pagamento da prestação. Já no Novo Horizonte, que foi um convênio entre a Prefeitura Municipal e a COHAB-MG, não houve esse tipo de benefício.

O quinto e último destaque está relacionado com a divisão dos conjuntos habitacionais. De acordo com o mapa urbano e de divisão de bairros fornecido pela Secretaria de Serviços Urbanos da PMMC, os dois bairros se dividem na Avenida Agenor José de Moraes, antiga Avenida 200. No entanto, em conversa com os moradores e também com o informante G, percebeu-se que esses entendem que a divisão entre os bairros é feita pelas casas onde foram instalados os aquecedores solares de água, ou seja, as casas que possuem o equipamento fazem

⁷² Esse registro deveria ser em cartório. É importante frisar que uma das exigências para a pessoa ser beneficiada com uma casa popular é não possuir outro imóvel. (N.A.)

⁷³ Vide imagens nos apêndices 06 e 07.

⁷⁴ A Prefeitura Municipal de Montes Claros fez todo o trâmite deste conjunto habitacional desde a seleção dos beneficiados até a construção das casas.

parte do Novo Horizonte e as que não possuem referem-se ao Clarice Athayde Vieira. Essa dúvida foi discutida com as técnicas do CRAS JK/Village do Lago e, para este trabalho, resolveu-se usar a divisão utilizada pela Secretaria de Serviços Urbanos, já que retrata de maneira mais fiel a distribuição dos endereços dos questionários socioeconômicos utilizados como fonte de dados (isso explica o porquê, nos apêndices 06 e 07, de ver-se a presença de equipamentos de aquecimento solar em residências do Clarice Athayde Vieira).

Diante do exposto, entende-se que a formação dos bairros em estudo se deu, em um primeiro momento, de maneira planejada, todavia, com o aumento da população, esse planejamento se tornou insuficiente. Essa ideia pode ser comprovada nas afirmações de Leite (2011) que entende que o processo de ocupação da região norte de Montes Claros foi tão intenso que gerou a saturação da área. Ao mesmo tempo, não há um ritmo de crescimento dos serviços e equipamento urbanos para atender aos novos cidadãos. Então, a consequência foi a geração de uma série de problemas, destacando-se a deficiência nos serviços de fornecimento de água, telecomunicações, saneamento básico e o transporte urbano.

Com base no que foi relatado, no próximo tópico é feita a análise da distribuição dos serviços e equipamentos urbanos na cidade de Montes Claros, com ênfase para os bairros em estudo.

4.2. Reflexões acerca da formação dos bairros e a chegada de equipamentos urbanos

A partir da exposição anterior, é possível fazer a ligação entre a formação dos bairros e os apontamentos de Forattini (1991). Este entende que a ocupação e formação de áreas urbanas afasta o homem do contato com o ambiente natural resultante da transformação do meio pela ação antrópica, além de que o adensamento demográfico pode aumentar o impacto ao meio ambiente pelos fluxos de energia que ele produz⁷⁵. Por sua vez, Santos e Martins (2002) compreendem que a rarefação de serviços e outros equipamentos urbanos pode comprometer a qualidade de vida da população. Já Mendonça (2006) faz uma análise

⁷⁵ Forattini (1991) afirma que o meio urbano consegue impactar áreas cada vez mais distantes devido aos fluxos maciços de energia, compostos por combustíveis de forma geral, energia elétrica, alimentos, outros. Estas energias são captadas em locais cada vez mais distantes e trazidas para o meio urbano que, depois de utilizá-las, gera resíduos que são lançados no ambiente. (N.A.)

mais aprofundada e afirma que a prioridade na discussão da qualidade de vida passa pela equidade na distribuição dos serviços e recursos urbanos.

Apoiando-se nessas discussões, é feita a análise da presença dos equipamentos urbanos nos bairros em estudo. O conceito de equipamento urbano, base deste trabalho, é o dado pela NBR⁷⁶ 9284/86, sendo entendido como “todos os bens públicos e privados, de utilização pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p. 01). Esta norma técnica ainda classifica os equipamentos urbanos em categorias e subcategorias sendo de:

1. Circulação e transporte;
2. Cultura e religião;
3. Esporte e lazer;
4. Infraestrutura;
 - a. Sistema de Comunicação;
 - b. Sistema de Energia;
 - c. Sistema de Iluminação Pública;
 - d. Sistema de Saneamento;
5. Segurança pública e proteção;
6. Abastecimento;
7. Administração Pública;
8. Assistência Social;
9. Educação;
10. Saúde.

Baseando nesta norma técnica, pode-se considerar que os bairros Village do Lago I e II, Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte possuem os seguintes equipamentos urbanos: serviços educacionais, serviços de saúde e de assistência social, presídio, ruas e avenidas, rede de iluminação, transporte, telecomunicações, saneamento básico, energia, atividades comerciais variadas, etc. Com efeito, apoiando-se no trabalho de Leite (2011) intitulado “Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e a dinâmica de favelas em cidade média: o caso de Montes Claros”, em observações *in loco* e nas informações repassadas pelos informantes e moradores dos bairros, foram analisados os serviços educacionais, de saúde e atividades comerciais nos três bairros. Foram feitas, ainda, algumas considerações

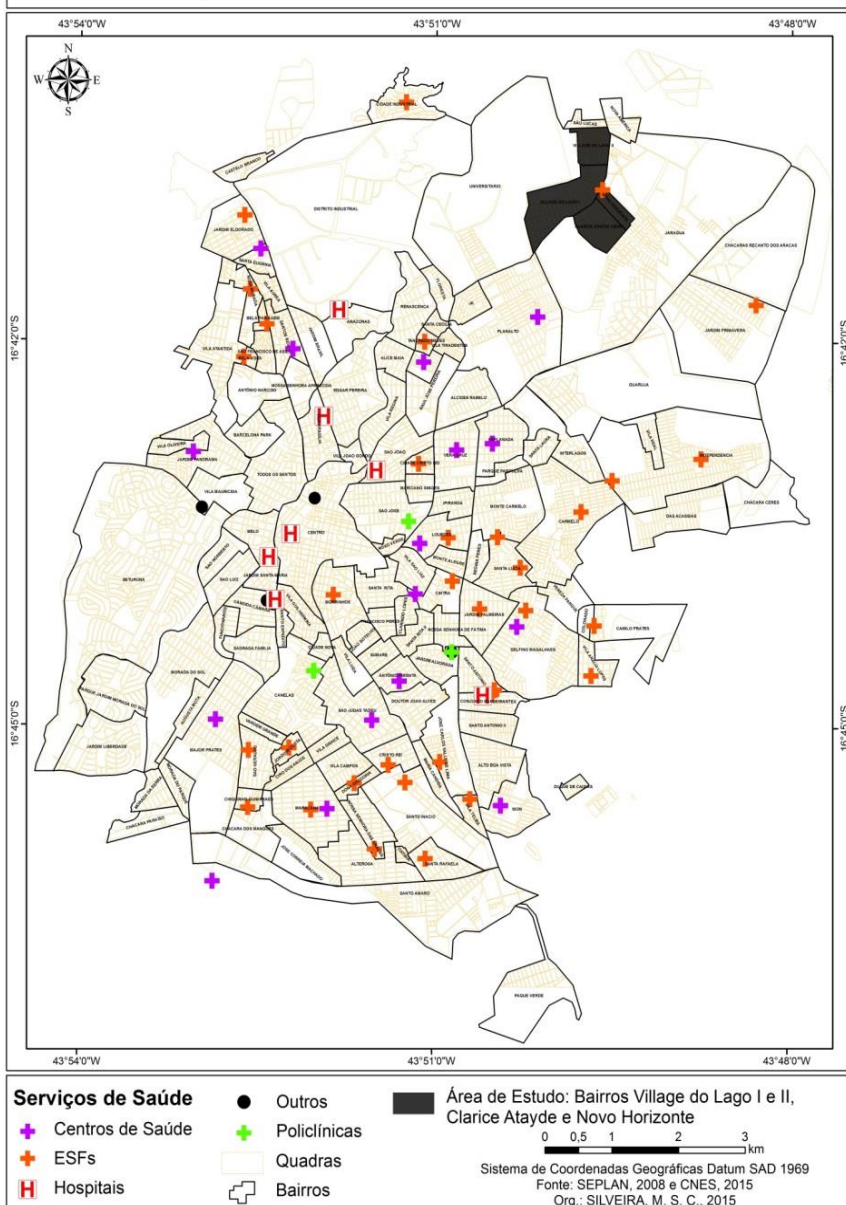
⁷⁶ Norma Técnica Brasileira. (N.A.)

acerca da questão habitacional, de transporte e das condições ambientais.

O mapa 03 mostra a distribuição dos serviços de saúde no município de Montes Claros.

Mapa 04:

SERVIÇOS DE SAÚDE DA CIDADE DE MONTES CLAROS



A partir da leitura do mapa 03, percebe-se que as unidades de saúde concentram-se na região central e na porção sul da cidade. A periferia possui carência desse tipo de serviço⁷⁷, especialmente as porções leste e nordeste que, de acordo com Leite (2011), são áreas onde se encontram bairros densamente povoados com população de baixa renda. Nota-se que, na região nordeste, em específico, encontram-se apenas três equipes da Estratégia Saúde da Família que atendem todos os bairros do entorno da unidade. Destaca-se que nos últimos cinco anos foram criados na região cinco conjuntos habitacionais aumentando consideravelmente a população local. Logo, como relatam os moradores da região, o atendimento básico foi, em grande maioria, direcionado para o Centro de Saúde do bairro Planalto. Apesar disso, foi relatado que esse centro de saúde não tem conseguido atender de forma eficiente em função da grande demanda, direcionando parte dos usuários para policlínicas e hospitais da cidade.

O mapa 04 mostra a distribuição dos serviços educacionais em Montes Claros.

⁷⁷ Com relação à distribuição dos serviços de saúde da cidade de Montes Claros, Leite (2011) afirma, com base nos estudos de Pereira e Leite (2008), que essa distribuição na área urbana é recente, datada da década de 1990 em função de uma nova política pública de saúde implantada no município. Outra questão levantada pelo autor é com relação à quantidade de unidades de saúde enfatizando que os oito hospitais presentes em Montes Claros são justificados pela atração de pacientes de outras cidades do Norte de Minas Gerais e do Sul da Bahia, já que o município concentra grande oferta de serviços de saúde em todos os níveis de complexidade. (N.A.)

Mapa 05:

SERVIÇOS EDUCACIONAIS DA CIDADE DE MONTES CLAROS

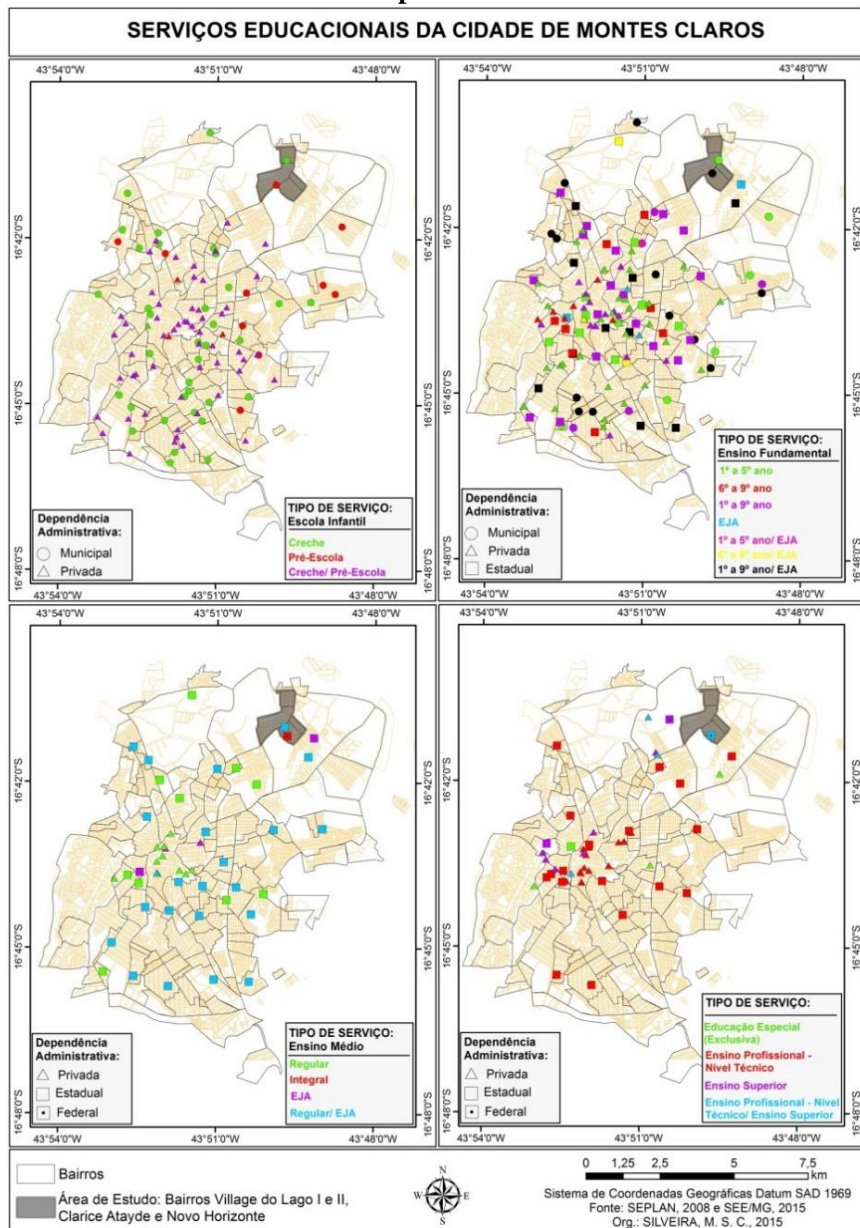


Tabela 09 – Serviços Educacionais que Atendem a Região Nordeste de Montes Claros

Nome da Escola	Dependência Administrativa	Bairro	Ed. Infantil - Creche	Ed. Infantil - Pré-Escola	Ens. Fundamental-Anos Iniciais	Ens. Fundamental-Anos Finais	Ens. Médio Regular	Ens. Médio Integrado	Ed. Profissional-Nível Técnico	EJA	Ed. Especial (Exclusiva)	Ens. Superior
CEMEI PAULO FREIRE	MUNICIPAL	V. DO LAGO II	X	X								
CENTRO MUNICIPAL DE CONVÍVIO ELOIM LOPES DE SOUZA	MUNICIPAL	V. LAGO I		X								
ESCOLA ESTADUAL AMÉRICO MARTINS	ESTADUAL	JARAGUÁ I			X	X	X		X	X		
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	ESTADUAL	JARAGUÁ II								X		
ESCOLA ESTADUAL GUTENBERG TEODORO PENHA	ESTADUAL	V. DO LAGO II					X			X		
ESCOLA MUNICIPAL AURORA MONTEIRO	MUNICIPAL	JARAGUÁ II			X							
ESCOLA MUNICIPAL DU NARCISO	MUNICIPAL	V. DO LAGO II			X							
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO VALLE MAURÍCIO	MUNICIPAL	V. DO LAGO II			X	X				X		
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS MONTES CLAROS	FEDERAL	CLARICE ATHAYDE VIEIRA						X	X			X
NÚCLEO EDUCACIONAL EXPANSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL	PRIVADA	JARAGUÁ I									X	

Fonte: SEE-MG, 2015. Organização: Silveira, M. S. C.

Além da saúde, os serviços educacionais merecem atenção uma vez que a cidade de Montes Claros, no ano de 2011, possuía 88 escolas de ensino fundamental e médio, dois Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), que eram utilizados para o oferecimento de cursos preparatórios, pré-vestibulares e técnicos pela Prefeitura Municipal, além de instituições de ensino superior (Leite, 2011). Salienta-se que a maior parte dos serviços de educação da cidade são ofertados pelos poderes públicos municipal e estadual.

A distribuição das escolas públicas está concentrada na região centro-sul. As demais áreas apresentam esses serviços, mas de forma escassa. Na região nordeste vê-se oito escolas públicas, sendo três municipais, quatro estaduais e uma federal, além de um centro de convívio e um Centro de Educação Municipal Infantil (CEMEI). Destaca-se ainda uma escola de educação especial. Com efeito, como demonstram o mapa 04 e a tabela 09, os bairros em estudo e as áreas circunvizinhas possuem baixa oferta de serviços educacionais considerando a densidade populacional, o que compromete a qualidade de vida da comunidade e, conseqüentemente, a possibilidade de aumento de renda⁷⁸. É importante frisar que alguns moradores relataram que há ônibus da Secretaria de Educação da PMMC fazendo o transporte de alunos da região para outras escolas da cidade, haja vista que as da localidade já se encontram na capacidade máxima de atendimento. O Informante C, que trabalha na Escola Municipal Du Narciso, relatou que a chegada dos novos conjuntos habitacionais trouxe aumento da demanda pelos serviços de educação. Essa situação tem forçado vários estudantes a procurarem escolas em outros bairros, principalmente nos mais próximos como o Planalto e JK, onde as escolas locais igualmente já se encontram em capacidade máxima.

Um comentário importante é a presença de um dos *campi* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais na região dos bairros. Esta instituição de ensino deveria atender principalmente às áreas do seu entorno, entretanto, em levantamento realizado nos registros escolares e acadêmicos, verificou-se que a maior parte dos alunos do ensino técnico integrado ao ensino médio, ensino técnico de nível médio subsequente e concomitante e do ensino superior não moram nos bairros circunvizinhos,

⁷⁸ Amartya Sen (2010), em sua teoria sobre o desenvolvimento e capacidades humanas, afirma que há a necessidade do indivíduo ter acesso aos serviços públicos, com destaque para a educação, em busca das liberdades. O referido autor ainda acrescenta que o aumento das capacidades repercute, normalmente, em aumento da produtividade e da renda. (N.A.)

como mostra a tabela 10. Essa situação contrasta com os documentos que norteiam a ação do referido *campus*, já que eles enfatizam o atendimento das áreas na sua margem.

Tabela 10 – Bairros de Moradia dos Discentes do IFNMG – *Campus* Montes Claros

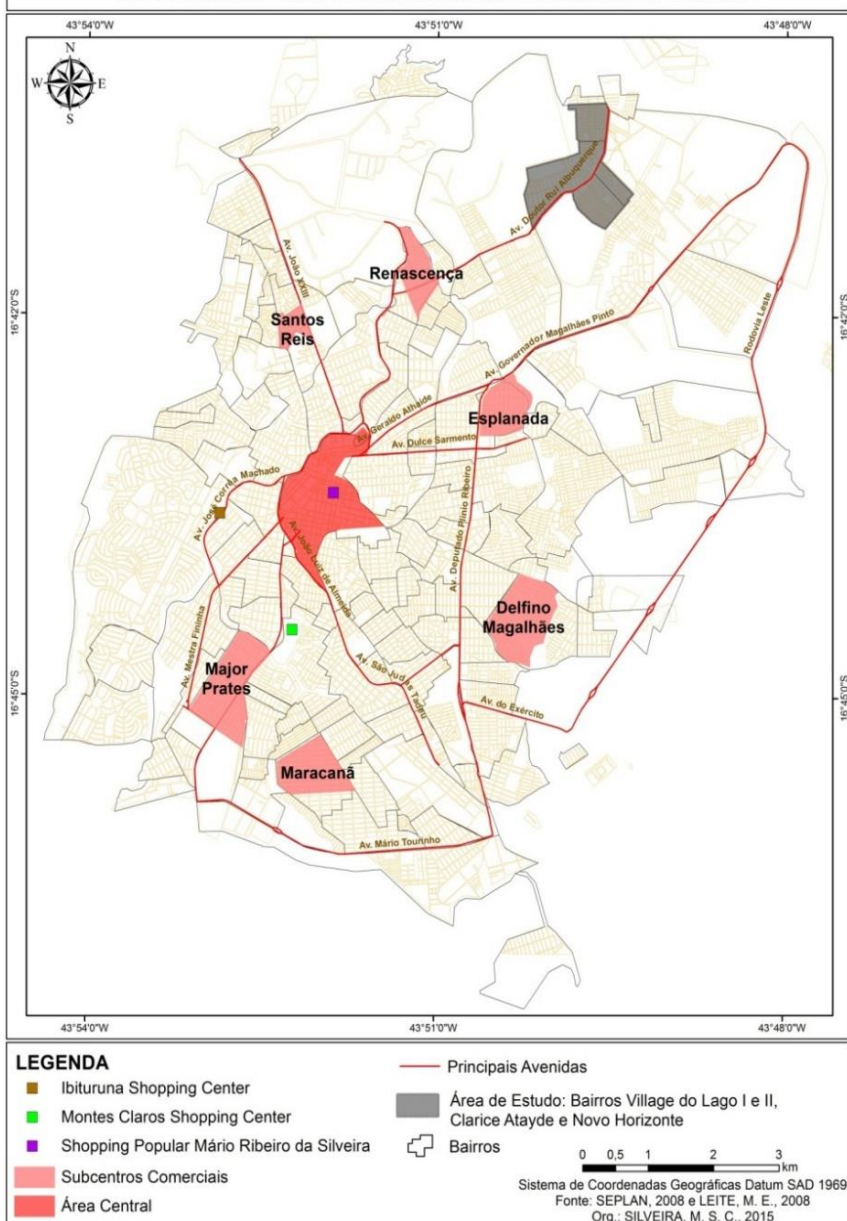
		Nível de Ensino			Total
		Superior	Técnico de Nível Médio Concomitante e Subsequente	Técnico Integrado ao Ensino Médio	
Bairro do Estudante	Village do Lago I	2	6	0	8
	Village do Lago II	2	14	0	16
	Clarice Athayde Vieira	0	7	3	10
	Novo Horizonte	0	6	1	7
	Outro bairro ou outra cidade	204	711	212	1127
Total		208	744	216	1168

Fonte: Coordenação de Registros Escolares e Acadêmicos do IFNMG – *Campus* Montes Claros, 2014.Organização: Silveira, M. S. C.

O mapa 05 mostra a distribuição dos centros comerciais da cidade especificando o centro, os sub-centros e os *shopping centers*. Leite (2011) e França (2012) entendem que o comércio é uma das principais atividades polarizadoras da cidade, concentrando-se na região central. Entretanto, os referidos autores apontam para o surgimento de sub-centros comerciais em função do crescimento horizontal da malha urbana. Leite (2011) ainda afirma que dos três *shopping centers* da cidade, dois estão localizados em regiões que concentram população de renda média-alta, concluindo que a atividade comercial desse empreendimento destina-se a essa parcela da população, desconsiderando as demais.

Mapa 06:

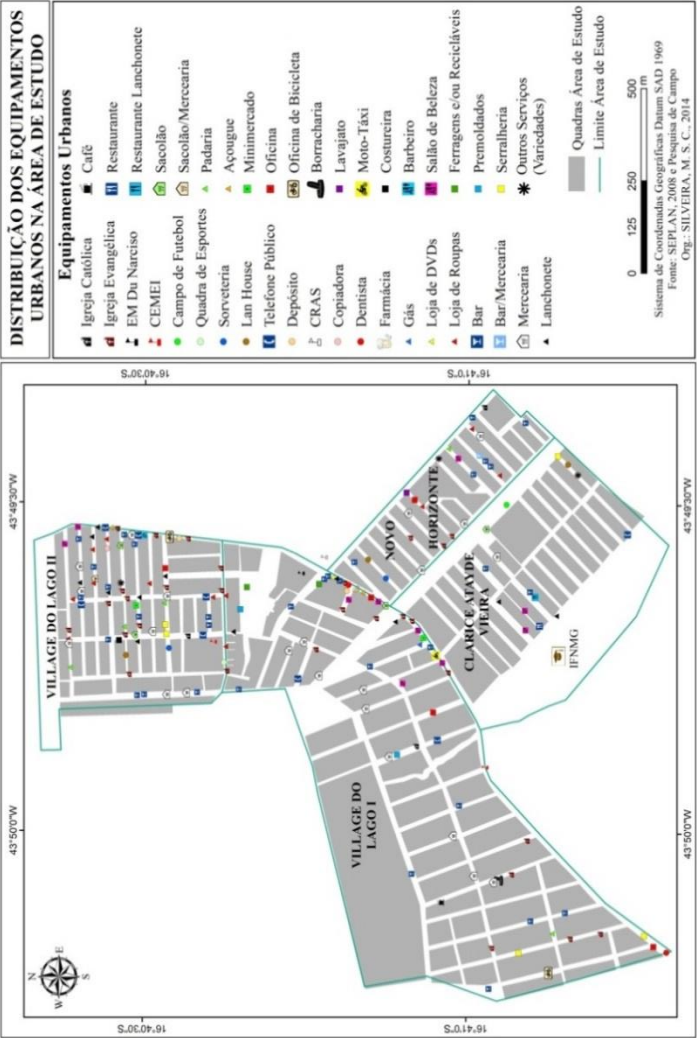
SUBCENTROS COMERCIAIS DA CIDADE DE MONTES CLAROS



Analisando-se a situação dos bairros em estudo com relação às atividades comerciais, nota-se que eles estão prejudicados pela distância do centro e dos sub-centros da cidade. Considerando o grande crescimento horizontal da cidade nos últimos anos, as distâncias entre as periferias e os centros comerciais aumentaram. Somam-se a isso as péssimas condições das vias de tráfego e as deficiências do sistema de transporte urbano, dificultando o acesso dessa população às regiões comerciais e também ao emprego já que, como enfatizou Fonseca (2010), a maior parte da população que imigrou para a cidade acabou sendo direcionada para o setor terciário em função da baixa qualificação. Assim, pode-se incorrer em comprometimento da qualidade de vida dos moradores do Village do Lago I, II, Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte.

Buscando-se analisar a questão dos equipamentos urbanos e, principalmente, atividades comerciais, foi feito um levantamento nos bairros em estudo elaborando-se o mapa 06. Nesse levantamento, foi possível perceber que a maior parte das atividades comerciais que atendem a região é de pequeno porte e, de acordo com a Informante C, foram instaladas há pouco tempo. Elas se concentram na Avenida Rui de Albuquerque, na região de divisa entre os bairros Novo Horizonte, Clarice Athayde Vieira, o Village do Lago I e nas margens da mesma avenida, porém no Village do Lago II. Uma das características verificadas é a grande quantidade de igrejas evangélicas e também de bares. De acordo com as técnicas do CRAS JK/Village do Lago, a concentração de bares é explicada pelo elevado consumo de bebidas alcoólicas pela população local. Com relação à concentração de igrejas evangélicas, de acordo com o informante F, é justificada por problemas internos em igrejas pré-existentes que provocam a saída de membros, estes que, por sua vez, formam outras igrejas.

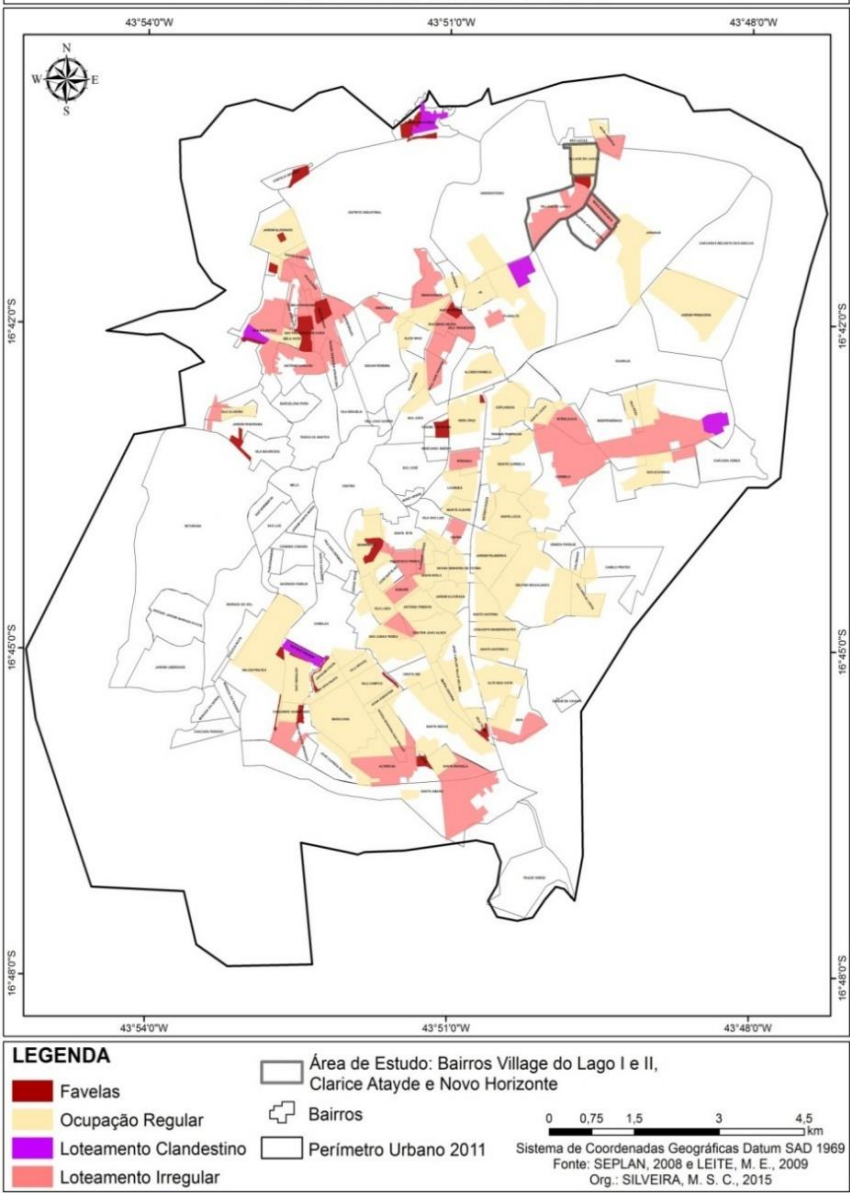
Mapa 07:



O mapa 07 mostra a situação das ocupações em Montes Claros, com destaque para a área em estudo.

Mapa 08:

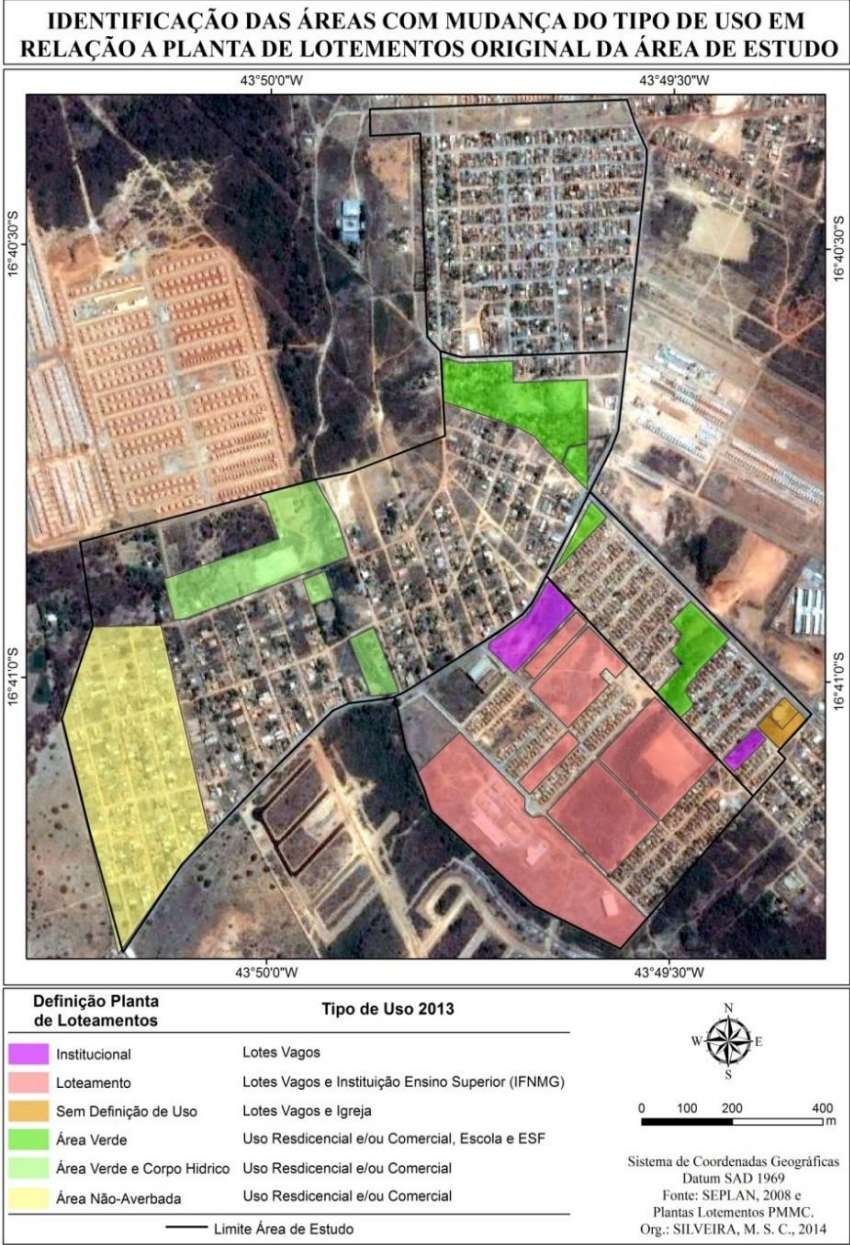
**FORMAS DE OCUPAÇÕES ILEGAIS DE BAIXA RENDA
DA CIDADE DE MONTES CLAROS**



A partir da análise do mapa, pode-se perceber que boa parte dos terrenos dos bairros em destaque está em situação irregular, ilegal ou são favelas⁷⁹. Por conseguinte, como afirma Mendonça (2006, p. 16), “a posse ou uso legalizado do imóvel residencial (seja qual for o tipo de reconhecimento) implica segurança, muitas vezes lastro que permite endividamento, outras vezes signo de mobilidade social ascendente”. Assim, sem a segurança de um local para residir (pelo menos de forma totalmente legal), o indivíduo passa por fortes impactos em sua qualidade de vida. No mapa 08 é possível perceber as modificações no planejamento inicial para os bairros uma vez que ele foi construído fazendo-se uma sobreposição das plantas originais dos loteamentos que estão arquivadas na PMMC, com a imagem de satélite da região. Pode-se notar, ainda, que várias partes foram ocupadas de forma ilegal, como é o caso das margens dos corpos hídricos e áreas verdes (em verde no mapa), outras de forma ilegal ou irregular como é o caso da área não averbada (em amarelo no mapa), ou mesmo não estão ocupadas. É notada a presença considerável de lotes vagos nas regiões dos bairros Novo Horizonte e Clarice Athayde Vieira. Deve-se frisar que das três áreas verdes em destaque nesse mapa, duas possuem grande declividade formando voçorocas como é possível ver com maiores detalhes no mapa 09 e na imagem 07.

⁷⁹ Áreas ilegais são aquelas ocupadas, mas sem autorização pelo poder público. Áreas irregulares são as que foram ocupadas, todavia ainda apresentam pendências. Já as favelas, de acordo com Leite (2011) utilizando as ideias de Grostein (2002), Santos (1981), Souza (2003) e Carvalho (2001), são a ocupação de terra pública ou particular, com barracos frequentemente em áreas não requisitadas pelo mercado imobiliário tendo como característica localizar-se em terrenos de baixo valor, impróprios para a construção e de estarem em regiões periféricas e longe dos centros da aglomeração. (N.A.)

Mapa 09:



A declividade influi de forma direta na qualidade das habitações. Leite (2011) afirma que uma grande porcentagem das residências da região nordeste de Montes Claros está localizada em áreas de alta declividade ou na margem de cursos d'água. Essa situação pode trazer riscos, sendo justificada pelo tipo climático da região caracterizado por precipitações concentradas no verão e em grande volume. Desse modo, edificações localizadas nessas regiões podem sofrer avarias pela ação das enxurradas e aquelas que estão nas margens de cursos d'água correm o risco de serem inundadas. Em conversa com moradores dos bairros, os mesmos relataram problemas com inundações durante eventos chuvosos intensos. É comum observar nas residências próximas a esse corpo hídrico, a presença de muretas de proteção contra inundações. Algumas causas desse problema podem ser citadas, como a presença de edificações construídas na área da vazante do rio ou a poucos metros dela, deposição de lixo e entulho nas vias perpendiculares ao curso d'água que são carregados para o seu leito gerando a obstrução total ou parcial do mesmo, diminuição da infiltração da água pluvial em função da compactação do solo pelo tráfego de veículos, asfaltamento, diminuição da cobertura vegetal e falta de rede de drenagem⁸⁰.

⁸⁰ Vide apêndices 08 a 12.

Mapa 10:

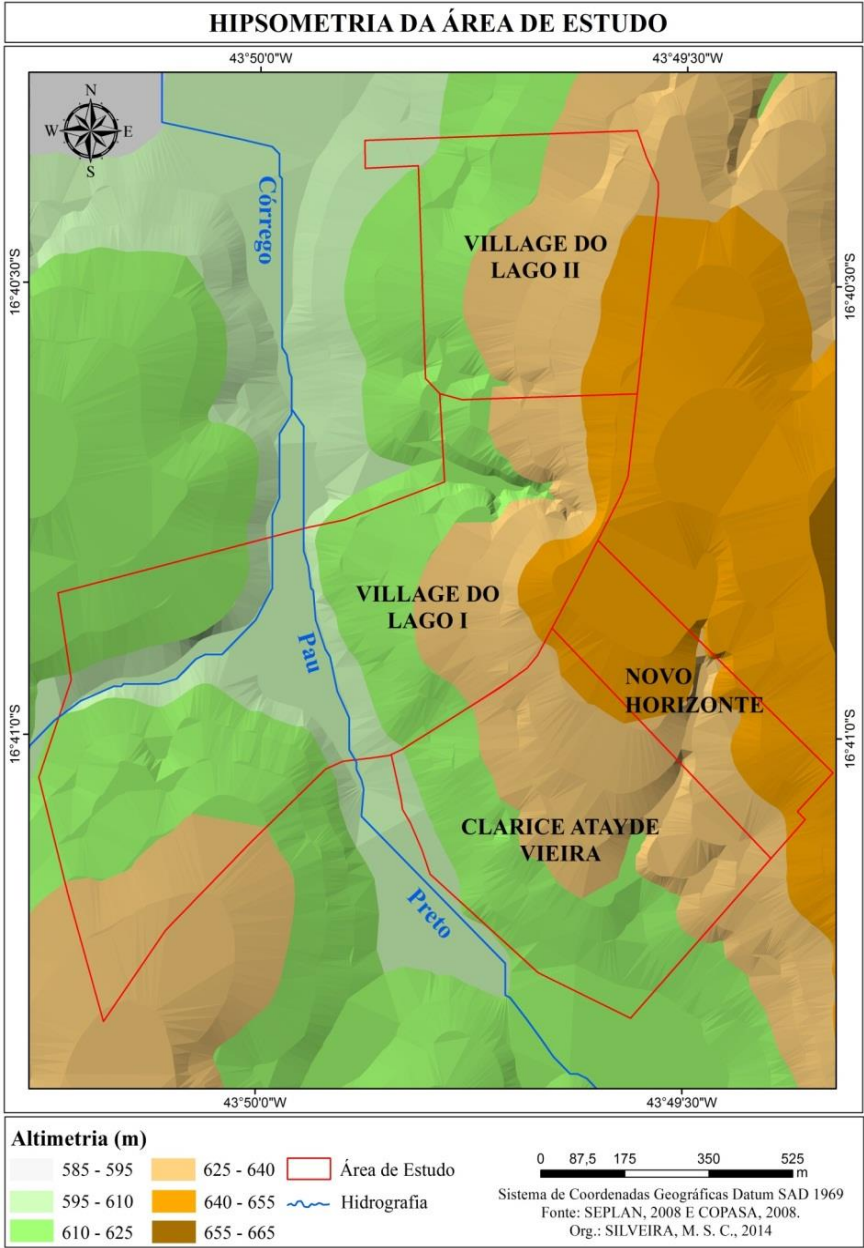
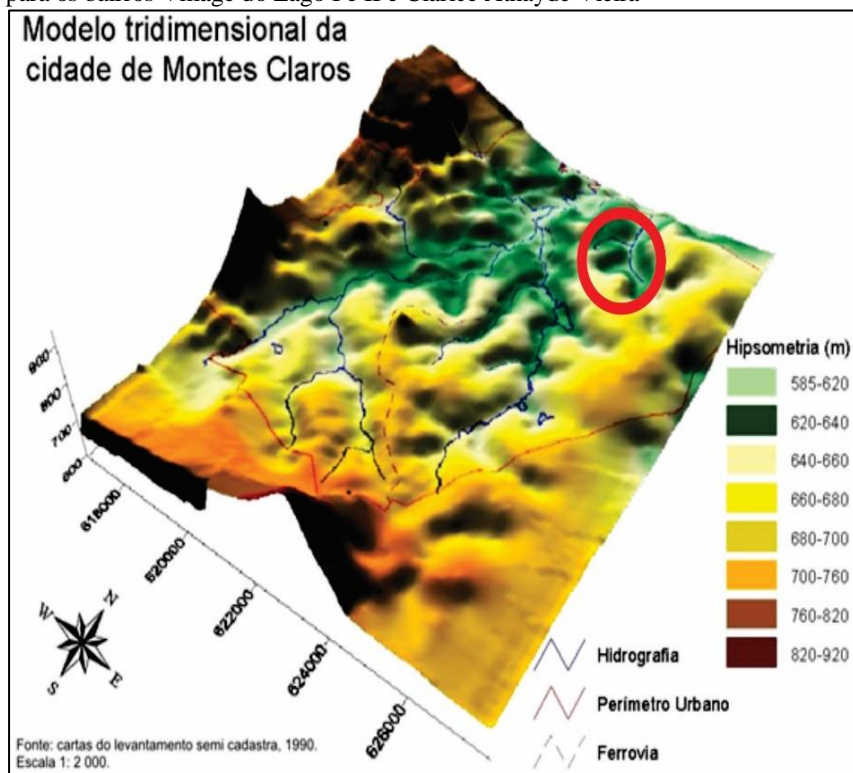


Imagem 02: Modelo tridimensional da cidade de Montes Claros com destaque para os bairros Village do Lago I e II e Clarice Athayde Vieira



Fonte: Leite, 2011.

Adaptação: Silveira, 2014.

Com relação às voçorocas, houve a ocupação das áreas do seu entorno. Essa situação, que é ilegal por se tratarem de áreas verdes, promoveu a rarefação da vegetação e, como consequência, o aumento do processo erosivo. Dessa forma, para conter tal processo, a população local começou a aterrá-las. De acordo com o Senhor Eustáquio, que reside ao lado da voçoroca entre os bairros Village do Lago I e II, ela já foi mais profunda, se encontrando atualmente mais rasa. O informante afirmou que o aterramento iniciou-se aproximadamente há vinte anos e que, no princípio, era feito somente pelos moradores com o descarte de

lixo, restos de poda de quintais, animais mortos e outros⁸¹. Atualmente, uma empresa que coleta restos de construção na cidade utiliza o local para o descarte de materiais. Mesmo com a diminuição da profundidade dessa voçoroca, algumas casas que ficam no seu entorno correm risco de desmoronamento e são consideradas áreas de risco pela defesa civil local.

A outra voçoroca localiza-se nos bairros Novo Horizonte e Clarice Athayde Vieira. Mesmo sendo um espaço destinado a dois conjuntos habitacionais onde, observando-se o planejamento inicial, seria uma área verde, percebe-se que ainda não houve um processo de paisagismo e urbanização. De acordo com os moradores, o local é utilizado para o descarte de lixo, restos de construção, animais mortos e outros, o que vem promovendo a diminuição da sua profundidade. Mesmo assim, a profundidade ainda é grande, já que o local mais profundo em comparação com as vertentes do entorno chega a 18 metros. Além desse problema, existem invasões e construção de residências nas proximidades das vertentes, áreas consideradas de risco pela defesa civil⁸².

A declividade influencia diretamente o sistema de drenagem. Nesse sentido, Mendonça (2006, p. 17) afirma que:

A drenagem requer tanto a avaliação da qualidade da macrodrenagem (tipo de tratamento dos fundos de vale – canalização *versus* preservação do leito e de vegetação marginal; presença de assoreamentos; presença de voçorocas) quanto a qualificação da microdrenagem (presença de esgoto doméstico na rede pluvial).

As afirmações de Mendonça confirmam um problema constante na região dos bairros que é o extravasamento de esgoto da rede coletora da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa)⁸³ durante o período de chuvas. Durante conversa, um funcionário da empresa afirmou que esse extravasamento acontece já que os moradores da

⁸¹ Segundo o senhor Eustáquio, o local já foi usado também para o descarte de corpos de pessoas assassinadas na região no momento da doação dos lotes do Village do Lago II. (N.A.)

⁸² Vide apêndice 13.

⁸³ A referida companhia é a responsável pelo tratamento e fornecimento de água e também pelo recolhimento e tratamento do esgoto doméstico. (N.A.)

região, ao fazer as ligações residenciais, jogam na rede de esgoto também a água pluvial promovendo a sobrecarga do sistema.

Além da drenagem, a declividade tem influência também na qualidade das vias. Foi feito um levantamento para este trabalho, no mês de outubro de 2014, sobre a qualidade da malha viária que atende os bairros em estudo. Esse levantamento baseou-se em direcionamentos feitos pelo senhor Geraldo Viegas Vargas, engenheiro civil, funcionário do IFNMG – *Campus* Montes Claros e conhecedor da região. Dessa forma, elaborou-se uma tabela de gradação de qualificação das vias de trânsito que foi usada para as pavimentadas e não pavimentadas como se visualiza na tabela 11.

Tabela 11: Tabela de Qualificação das Vias de Trânsito

Qualificação das vias de trânsito
100% com buracos
100% irregular
100% regular
25% irregular 75% com buracos
25% regular 75% com buracos
25% regular 75% irregular
50% irregular 50% com buracos
50% regular 50% com buracos
50% regular 50% irregular

Fonte: Silveira, 2015.

A partir desse levantamento, construiu-se as tabelas 12 e 13.

Tabela 12: Levantamento da qualidade das vias não pavimentadas dos bairros em estudo

	Bairros							Total
	Village do Lago I	Village do Lago II	Novo Horizonte	Clarice Athayde Vieira	Clarice Ataíde Vieira/Novo Horizonte	Clarice Athayde Vieira/Novo Horizonte/Village do Lago I	Village do Lago I/Village do Lago II	
100% com buracos	0	0	0	0	0	0	0	0
100% irregular	0	0	0	2	0	0	0	2
100% regular	0	0	0	0	0	0	0	0
25% irregular 75% com buracos	1	1	0	0	0	0	1	3
25% regular 75% com buracos	0	0	0	0	0	0	0	0
25% regular 75% irregular	4	0	0	3	0	0	0	7
50% irregular 50% com buracos	1	7	0	1	0	2	1	12
50% regular 50% com buracos	3	0	0	0	0	0	0	3
50% regular 50% irregular	13	4	4	5	1	0	0	27
Total	22	12	4	11	1	2	2	54

Fonte: Silveira, 2014.

Tabela 13: Levantamento da qualidade das vias pavimentadas dos bairros em estudo

	Bairros						Total
	Village do Lago I	Village do Lago II	Clarice Athayde Vieira	Clarice Ataíde Vieira/Novo Horizonte/Village do Lago I	Village do Lago II	Village do Lago I/Village do Lago II/Novo Horizonte	
100% com buracos	0	0	0	0	0	0	0
100% irregular	0	0	0	0	0	0	0
100% regular	0	0	0	0	0	0	0
25% irregular 75% com buracos	0	0	0	0	0	0	0
25% regular 75% com buracos	0	0	0	0	0	0	0
25% regular 75% irregular	0	0	0	0	0	0	0
50% irregular 50% com buracos	0	2	1	1	0	0	4
50% regular 50% com buracos	1	4	4	1	1	0	11
50% regular 50% irregular	0	0	0	0	0	1	1
Total	1	6	5	2	1	1	16

Fonte: Silveira, 2014.

A partir das tabelas, nota-se que uma pequena porção da malha viária dos bairros é pavimentada sendo que, em maioria, as vias pavimentadas são as de acesso às localidades. Das vias não pavimentadas, 27 delas foram classificadas como 50% regular e 50% irregular, 12 como 50% regular e 50% com buracos e 7 como 25% regular e 75% irregular, correspondendo a 85% do total de vias. Pode-se inferir que a qualidade está abaixo do ideal, porém nenhuma via foi considerada intransitável.

Já para as vias pavimentadas, 11 foram classificadas como 50% regular e 50% irregular, uma como 100% irregular e 4 como 100% regular. Essas vias, em comparação com as não pavimentadas, encontram-se em melhor estado de conservação. Entretanto, observa-se que grande parte da extensão delas está em locais com menor declividade, fato que justifica o melhor estado de conservação⁸⁴.

Deve-se tecer algumas considerações sobre a questão das vias de tráfego:

1. Tipo de pavimentação: o tipo de pavimento utilizado para a região foi o asfalto;
2. Período em que se realizou o levantamento: o levantamento foi realizado em período de estiagem. De acordo com os moradores, se esse fosse feito em período chuvoso haveria uma alteração negativa com relação à qualidade das vias;
3. Traçado das vias: existem vias que seguem o mesmo sentido da declividade e outras em sentido paralelo. Assim, nos bairros Village do Lago I e Clarice Athayde Vieira, onde a maior parte das vias tem o mesmo sentido da declividade, uma porcentagem considerável da extensão das mesmas foi classificada como irregulares ou com buracos. Destaca-se que no bairro Novo Horizonte nota-se que a maior parte das ruas possuem o mesmo sentido da declividade, todavia estão em melhor estado de conservação do que a dos outros bairros referenciados. Deve-se isso ao fato do bairro se encontrar no início da vertente possuindo uma declividade menor, o que traz menores prejuízos às vias de trânsito;
4. Ausência de rede de coleta de água pluvial: percebe-se que em nenhum dos bairros há a presença de rede coletora de água pluvial. Essa situação aumenta o volume de água que escorre superficialmente causando avarias à malha viária. Nas vias não

⁸⁴ Vide apêndice 14.

pavimentadas é comum se perceber a formação de sulcos e buracos. Nas vias pavimentadas há a formação desse tipo de evento, porém em menor proporção⁸⁵.

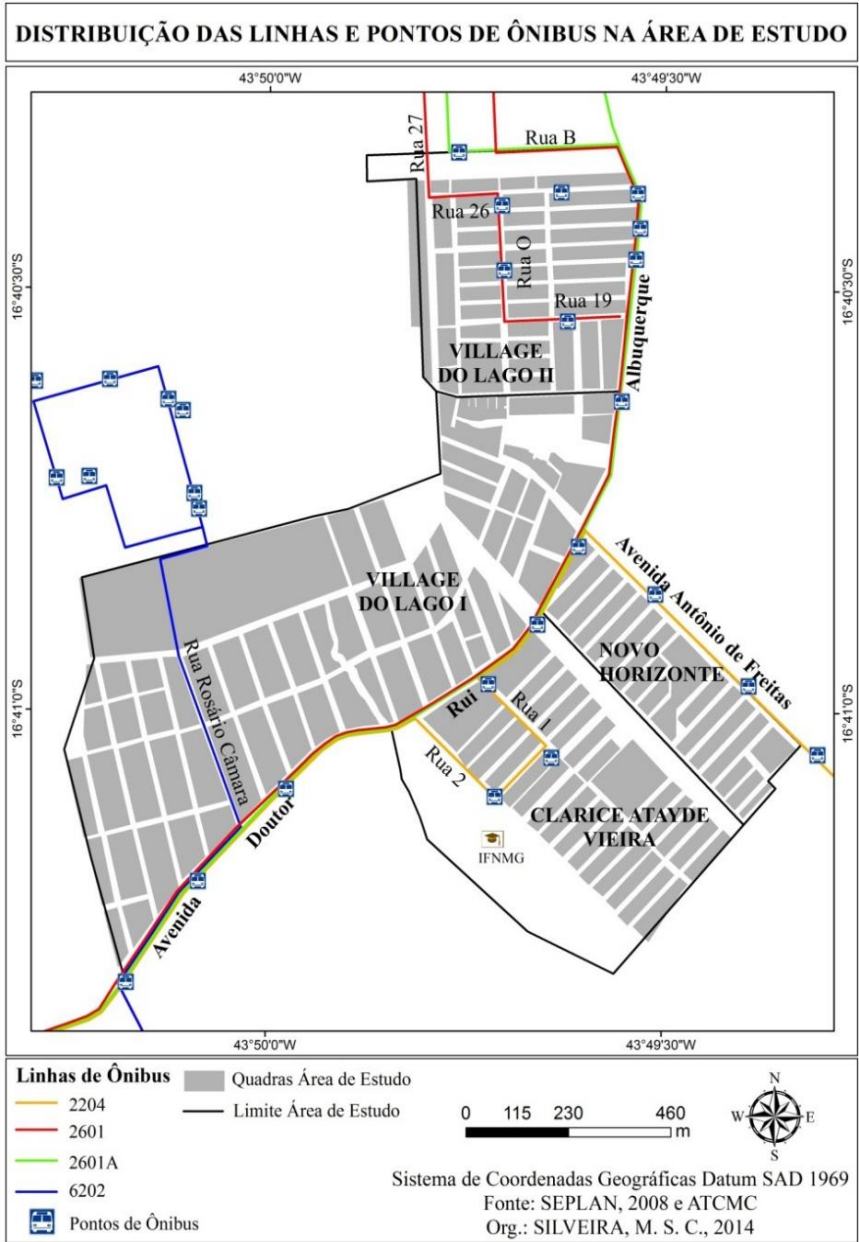
Após essas considerações, pode-se fazer uma análise entre os bairros. Na área em estudo, a qualidade da malha viária está diretamente vinculada à declividade. Assim, dos quatro bairros, o que possui a melhor qualidade das vias de tráfego é o Novo Horizonte seguido pelo Village do Lago II, já que possuem uma declividade menor comparando-se com o Clarice Athayde Vieira e o Village do Lago I. Em segundo plano vê-se o traçado das vias. No Village do Lago I e no Clarice Athayde Vieira, a maior parte das ruas foi construída no mesmo sentido da declividade causando prejuízo à qualidade. Essa situação se repete também em parte do Village do Lago II e em todo o Novo Horizonte, mas esses bairros são menos prejudicados pela presença de uma declividade menor.

As questões relativas à malha viária afetam os transportes públicos nos bairros. Hoje os bairros são servidos por quatro linhas de ônibus, sendo que todas ligam a região ao centro, seguindo para a rodoviária ou demais bairros que ficam em outros extremos da cidade⁸⁶ de acordo com o informante H, funcionário da Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros (MCTrans). O mapa 10 abaixo mostra as linhas e os pontos de parada dos ônibus nos bairros em estudo.

⁸⁵ Vide apêndices 15 e 16.

⁸⁶ A maior parte das linhas de ônibus urbanos que atendem a cidade de Montes Claros são classificadas em circulares e radiais. As circulares são aquelas que fazem rotas circulares em volta do centro da cidade. As radiais são aquelas que fazem rotas ligando bairros que ficam nos extremos da cidade. É importante lembrar que a determinação das linhas é feita pela Empresa Municipal de Transportes e Trânsito de Montes Claros (MCTrans) em parceria com as empresas que possuem a concessão para a exploração desse serviço. (N.A.)

Mapa 11:



A frota utilizada em cada uma das linhas para dias úteis, sábados, domingos e feriados está descrita na tabela 14.

Tabela 14: Frota das linhas de ônibus que atendem aos bairros em estudo para dias úteis, sábados, domingos e feriados

Número da Linha	Turno	Número de veículos em dias úteis	Número médio de viagens	Número de veículos aos Sábado	Número médio de viagens	Número de veículos aos Domingos e Feriados	Número médio de viagens
6202	Manhã	04	33	04	26	02	19
	Tarde	04		02		02	
2601A	Manhã	07	50	06	19	03	25
	Tarde	07		0		03	
2601	Manhã	07	47	06	49	04	35
	Tarde	07		06		04	
2204	Manhã	04	29	03	22	01	11
	Tarde	04		02		01	

Fonte: MCTrans, Agosto de 2014.

Organização: Silveira, 2014.

Após expor os dados sobre as linhas de ônibus que atendem a região, pode-se fazer algumas observações relativas ao atendimento desse tipo de serviço. Lendo-se o mapa 09, nota-se que apenas as linhas 2601 e 2204 tem percurso por dentro dos bairros. Lembra-se que esta última linha tem percurso pelo bairro Clarice Athayde Vieira somente em alguns períodos do dia. As demais linhas passam nas principais vias de acesso que margeiam as localidades. Assim, de acordo com relatos dos moradores, um dos principais problemas é a distância entre os pontos extremos dos bairros e as paradas dos ônibus, principalmente no período chuvoso quando a situação das ruas não pavimentadas piora. De acordo com o informante H, as linhas de ônibus só transitam em vias asfaltadas⁸⁷, o que justifica a escassez de linhas nas ruas internas dos bairros. Fazendo-se a medição da distância dos pontos mais extremos dos bairros aos pontos de parada dos ônibus vê-se uma média de 350 metros. Ainda de acordo com o referido senhor, essa distância é considerada pequena.

Outra reclamação dos moradores refere-se à questão da demora em relação ao tempo de viagem dos bairros ao centro da cidade ou outra região. O informante H afirmou que esse problema existe em função da falta de estrutura das vias de tráfego para a quantidade de veículos que transitam na cidade de Montes Claros. Essa falta de estrutura refere-se à qualidade da pavimentação e também à largura das vias onde há áreas críticas, principalmente na região central da cidade. Os moradores questionaram também sobre o tamanho da frota que atende as linhas e foi argumentado pelo funcionário da MCTrans que a quantidade foi recentemente ampliada e que esse problema já havia sido resolvido.

Outra questão levantada pelos moradores relaciona-se a integração entre as linhas de ônibus. Essa integração é feita entre linhas que fazem a ligação dos bairros ao centro onde o passageiro tem a oportunidade de pagar uma única tarifa. Entretanto, essa possibilidade, segundo os moradores, não estava sendo feita. Sobre esse problema, o informante H esclareceu que pode ser explicado pela falta de informação dos usuários sobre o sistema de transporte urbano ou mesmo pelo fato de ter existido atraso ou demora da viagem entre o bairro e o centro da cidade.

Considerando o que já foi tratado quanto à declividade, malha viária e transporte urbano, fez-se algumas observações sobre as questões

⁸⁷ Essa condição foi determinada pelo último contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo urbano da cidade. (N.A.)

ambientais da região. A qualidade ambiental pode estar comprometida em função da grande quantidade de ruas não pavimentadas, o que pode gerar, além de outras consequências, o aumento de partículas em suspensão no ar e a depreciação da questão estética das ruas e quarteirões uma vez que a declividade do local aumenta o sulcos e as ravinas nas vias de tráfego (LEITE, 2011). Outra questão importante diz respeito ao corpo hídrico que corta os bairros, o Córrego Pau Preto que é tributário do Rio Vieiras. Esse recebe descargas ilegais de esgotos e deposição de lixo nas suas margens e seu leito. Assim, existe o risco de inundação como também mau cheiro pela deterioração da matéria orgânica dentro do corpo hídrico, proliferação de animais peçonhentos, vetores e reservatórios de doenças (MENDONÇA, 2006). Lembra-se também que na área ainda há a prática da queima de resíduos nas residências, que gera a poluição do ar.

Assim, acrescenta-se a fala de Mendonça (2006, p. 17) que entende que:

[...] o controle da emissão de poluentes é também aspecto fundamental a ser medido na avaliação de vida urbana. Aspectos de poluição do solo da área urbana, bem como recursos hídricos, são observados na avaliação do saneamento básico, particularmente no que se refere à coleta, disposição e tratamento de esgotos domésticos e industriais, bem como dos resíduos sólidos. É importante ainda considerar os aspectos referentes à poluição do ar (tanto por emissores de origem industrial como por veículos automotores) e a poluição sonora (presença de agentes poluidores; existência de canais de denúncia e fiscalização).

A questão da favelização⁸⁸ presente na região, de acordo com os escritos de Leite (2011), pode trazer problemas e estigmas. O autor afirma, ao falar das favelas, que:

É necessário entender que a sociedade urbana entende a favela como um vizinho indesejável, que traz a violência. Além disso, a favela contraria a ideia do direito à propriedade privada, ou seja, a

⁸⁸ De acordo com Leite (2011), boa parte do Village do Lago II é classificado como favela. (N.A.)

sociedade transfere a responsabilidade da desordem social para a favela. (LEITE, 2011, p. 209).

Diante dessa argumentação, conclui-se que a presença de uma favela na área pode trazer uma sensação de insegurança para os cidadãos locais.

O último ponto a ser levantado refere-se às características específicas de cada bairro. Como apresentado, o bairro Village do Lago II é classificado como favela (LEITE, 2011). O Village do Lago I surgiu a partir de loteamento privado, todavia ainda existem pendências, considerando que parte do bairro se encontra irregular. Por sua vez, o Clarice Athayde Vieira e o Novo Horizonte surgiram a partir da construção de dois conjuntos habitacionais na década de 1990. Entende-se que essas diferenciações também trazem alterações no nível de qualidade de vida dos bairros, já que a qualidade da habitação é um dos principais fatores para a medição da qualidade de vida de acordo com Mendonça (2006). Nota-se que, com exceção do Clarice Athayde Vieira e do Novo Horizonte, os outros bairros sofreram um processo de obsolescência do seu projeto, o que prejudicou o planejamento⁸⁹ e a dotação de equipamentos urbanos.

A partir das características de formação dos bairros e, como considerações parciais, pode-se inserir as discussões de Forattini (1991), Santos e Martins (2002) e de Mendonça (2006) sobre a qualidade de vida urbana. Para o primeiro autor, o espaço urbano é intensamente transformado pela ação antrópica resultando em influências na paisagem, na comunidade, nos estados psicológico e físico dos habitantes, além de darem origem a fatores culturais, políticos e econômicos que isolada ou coletivamente determinam a qualidade de vida da população. O autor cita, de maneira genérica, “as características do ambiente urbano” sendo: “1) asfaltamento e ausência de contato com o meio natural; 2) concentração e elevada densidade populacional, em espaço limitado; 3) predominância de atividade industrial e prestação de serviço” (FORATTINI, 1991, p. 77).

⁸⁹ Esse planejamento iniciou-se com o Projeto Cidades de Porte Médio: Sub-projeto Montes Claros de 1980. Nos anos seguintes as administrações municipais fizeram mutirões para efetivação de zoneamento do espaço urbano em alguns bairros (Leite, 2011). Entende-se como zoneamento aquele que organiza a ocupação do espaço urbano fazendo o planejamento do crescimento da cidade e da infraestrutura necessária. (N.A.)

Santos e Martins (2002, p.06) afirmam que as necessidades dos indivíduos estão diretamente relacionadas com “o contexto social, político e cultural em que vivem”, variando de lugar para lugar e ao longo do tempo. Os autores ainda afirmam que a qualidade de vida é medida também a partir da existência, acessibilidade e facilidade de utilização de bens e serviços e que a avaliação do nível de satisfação dos usuários desses serviços será um fator importante a ser considerado em uma mensuração da QV.

Utilizando as ideias de Nahas (2004, *apud* MENDONÇA, 2006, p. 14), Mendonça (2006) entende que o primeiro ponto para se discutir sobre a noção de qualidade de vida é o “dimensionamento da equidade na distribuição espacial e no acesso social a determinados serviços e recursos” e que estes precisam ter qualidade.

Após a exposição dessas ideias, entende-se que os bairros em estudo ainda não se encontram em uma situação extrema quando se pensa na questão de contato com o meio natural⁹⁰. Boa parte das residências possuem quintais com a presença de árvores frutíferas, hortas, outros. Comparativamente a outros bairros, a região possui uma maior cobertura vegetal. Além disso, por ser uma área que está na parte extrema da mancha urbana, a proximidade com o meio rural é pequena, situação que traz influência. Em síntese, a característica de “selva de pedra” visível em grandes cidades e em algumas áreas de Montes Claros, ou seja, grande quantidade de edificações, alta compactação do solo, verticalização, asfaltamento, baixa cobertura vegetal, dentre outros, ainda não acontece de maneira tão visível na porção estudada do espaço do município.

Outra questão que se pode levantar é a influência dos impactos ambientais locais com a qualidade de vida. Como a área ainda tem uma quantidade grande de lotes vagos, uma parcela destes acaba sendo usada para descarte de lixo, restos de construção e outros materiais. Assim, como parte desses lotes não são cercados, esse material acaba sendo dispersado pela ação do vento e, nos períodos de chuva, pela água. São também focos de vetores além de causarem mal cheiro e poluição visual. Esses materiais também são descartados nas margens dos corpos d’água que drenam a região provocando, além da poluição visual, entupimento da calha de escoamento dos rios e risco de enchentes/inundações. Essas

⁹⁰ Argumento utilizado por Forattini relacionado à qualidade de vida urbana. (N.A.)

questões, de acordo com os informantes e moradores, interferem diretamente na qualidade de vida.

Quando se analisa o acesso aos equipamentos urbanos percebe-se que a situação dos bairros é crítica. Mendonça e de Santos e Martins consideram que o principal fator para se medir a qualidade de vida urbana é o acesso aos bens e serviços. No caso estudado, entende-se, como já exposto, que os bairros possuem baixo nível de acesso aos bens e serviços, principalmente serviços públicos.

A partir desses diagnósticos, entende-se que os bairros não possuem um nível de qualidade de vida urbana elevado em função dos problemas ambientais e do acesso aos bens e serviços. Ao mesmo tempo, pelas características de contato com o meio natural e influência da ruralidade, o nível de qualidade de vida não pode ser classificado como baixo. Com base nessa análise, percebe-se que não foi possível fazer, com precisão, uma classificação da qualidade de vida dos bairros nesta porção do estudo, uma vez que os dados avaliados possuem grande influência de fatores subjetivos.

Buscando elucidar parte desse problema e também aprofundar na mensuração da qualidade de vida da área em estudo, o próximo tópico deste trabalho apresenta uma análise estatística, utilizando os dados dos questionários socioeconômicos do CRAS JK/Village do Lago a partir do Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF) e enfatizando a comparação entre os bairros.

5. A ANÁLISE DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS

Esta seção dedica-se aos questionários socioeconômicos do CRAS JK/Village do Lago a partir de duas análises estatísticas, a saber: análise geral de dados e análise de variância Kruskal-Wallis. Para melhor entendimento das análises, fez-se uma parte introdutória constituída pela caracterização da amostra e por alguns apontamentos com relação à análise geral de dados e ao IVF.

5.1. Caracterização da Amostra

O universo desta amostra corresponde a aproximadamente 2500 famílias de acordo com informações dos técnicos do CRAS do JK/Village do Lago. Todavia somente as famílias que estão ou estiveram em situação de vulnerabilidade, e necessitaram de atendimento socioassistencial, foram averiguadas com base nos questionários socioeconômicos do referido CRAS. Dessa forma, foram tabulados e analisados todos os questionários de 2011 a setembro de 2014 distribuídos entre os bairros Village do Lago I, Village do Lago II, Novo Horizonte e Clarice Athayde Vieira, totalizando 567 casos. O questionário socioeconômico é um instrumento usado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Montes Claros visando o cadastramento de todas as pessoas que necessitam de algum atendimento ou benefício fornecidos pelos CRAS⁹¹. No questionário são listadas:

- Todas as pessoas integrantes ou não da família que vivem na mesma residência;
- Situação estrutural do imóvel;
- Questões financeiro-econômica, educacional, psicológica, dentre outras.

Os indivíduos que preencheram o questionário socioeconômico ou que foram listados no preenchimento do mesmo são chamadas de referenciados. Na tabela 15 está listada a distribuição da amostra por ano de referenciamento e por bairro.

⁹¹ O CRAS oferta benefícios originários dos convênios com os governos Federal e Estadual e também aqueles financiados exclusivamente pelo poder público municipal. (N.A.)

Tabela 15 - Casos por Bairro e Ano

Bairros	Ano de Referenciamento				Total
	2011	2012	2013	2014	
Village do Lago I	19	33	59	20	131
Village do Lago II	37	51	105	57	250
Novo Horizonte	11	10	27	20	68
Clarice Athayde Vieira	21	27	44	26	118
Total	88	121	235	123	567

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

É importante frisar que mesmo fazendo a tabulação de todos os questionários para o período selecionado, entende-se que eles representam somente uma amostra. As pessoas que preencheram o questionário, ou foram listadas neles, estão passando, ou passaram, por situação de vulnerabilidade social. Entretanto, nem todas as pessoas dos bairros em estudo que estão ou estavam nessa situação preencheram ou foram listadas nos questionários. Conclui-se, então, que este estudo trabalha somente com uma amostra da população.

Outro ponto que deve ser destacado é em relação à escolha dos questionários como fonte de dados para esta seção do trabalho. Isso justifica-se em função dos seguintes fatores: 1) facilidade de acesso, 2) possibilidade de abordar somente os bairros que se pretendia estudar, e 3) possuir as informações necessárias para o cálculo do IVF. Pensou-se em usar os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Todavia, para esse Censo, o referido instituto utilizou de setores censitários. O setor censitário é:

A unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador. (IBGE, 2014).

Em Montes Claros, essas unidades territoriais englobavam mais de um bairro. Assim, não foi viável a utilização desses dados, já que impossibilitariam a comparação entre os bairros.

Com relação ao IVF e suas dimensões, verificou-se que as informações fornecidas pelos questionários não possuíam, de forma direta, todos os dados necessários para o cálculo do IVF e das suas

dimensões. Nesse sentido, com base no referido instrumento, criou-se variáveis secundárias. Além destas, buscando ampliar a análise, criou-se outras variáveis secundárias que foram usadas na análise geral dos dados⁹².

Para possibilitar a análise inferencial dessas variáveis foram utilizados testes estatísticos visando verificar a normalidade e também a significância estatística. Na parte de análise geral dos dados, o teste usado para verificar a normalidade da distribuição foi o Kolmogorov-smirnov e os utilizados para verificar a significância estatística foram o qui-quadrado, Teste T de Student e a Anova. Já com relação à análise do IVF, o teste de normalidade foi o Kolmogorov-smirnov e a Anova Kruskal-Wallis.

5.2. Análise Geral de Dados

Com base em dados coletados nos questionários socioeconômicos, fez-se algumas considerações sobre os bairros. Buscou-se ampliar, a partir de uma análise inferencial, os fundamentos para se fazer a comparação entre as áreas.

Sendo assim, com relação ao sexo dos referenciados, observou-se o predomínio do feminino, como mostra a tabela 16. Isso explica-se em função da grande quantidade de mulheres que, na constituição familiar, figuram como do lar ou que acumulam a função de provedora da casa e responsável pelas questões burocrático-legais dos membros da família⁹³.

Tabela 16: Sexo dos Referenciados por bairro

Bairro	Sexo		
	Mulher	Homem	Total
Village do Lago I	113	18	131
Village do Lago II	223	27	250
Novo Horizonte	62	6	68
Clarice Athayde Vieira	104	14	118
Total	502	65	567

Fonte: PMMC, 2014.

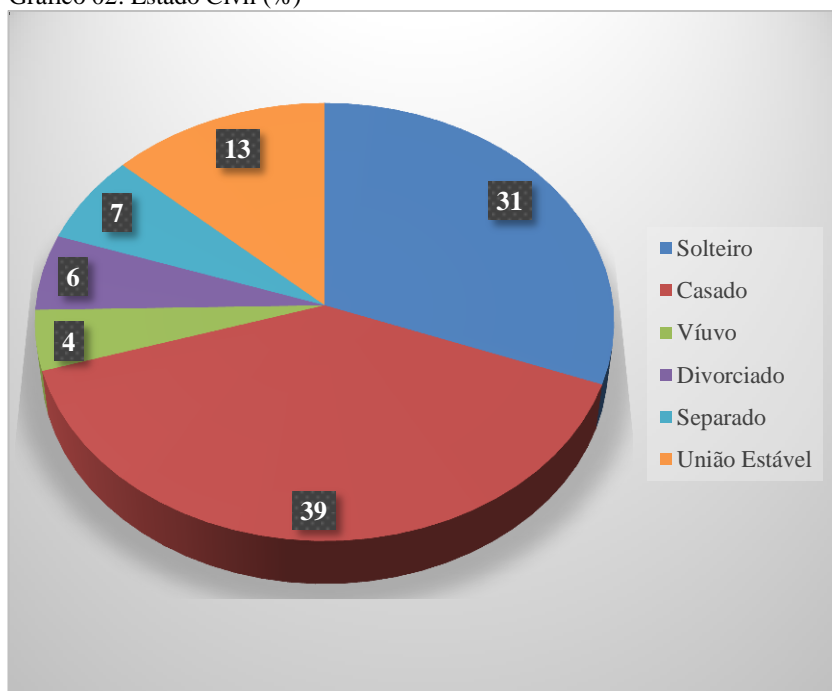
Org.: Silveira, 2014.

⁹² Uma tabela com as variáveis secundárias que foram criadas para esse trabalho encontra-se no apêndice 23. (N.A.)

⁹³ Essa verificação foi possível a partir da análise dos questionários socioeconômicos. (N.A.)

O estado civil dos referenciados tem um predomínio de casados (39%), todavia há uma porcentagem considerável que se declara solteira (31%) e em união estável (13%), como mostra o gráfico 02. Mesmo com essa informação, é importante considerar que a composição familiar dos referenciados varia consideravelmente já que, de acordo com as técnicas do CRAS, a rotatividade de parceiros entre aqueles que se declaram em união estável e solteiros é grande.

Gráfico 02: Estado Civil (%)



Fonte: PMMC, 2014.

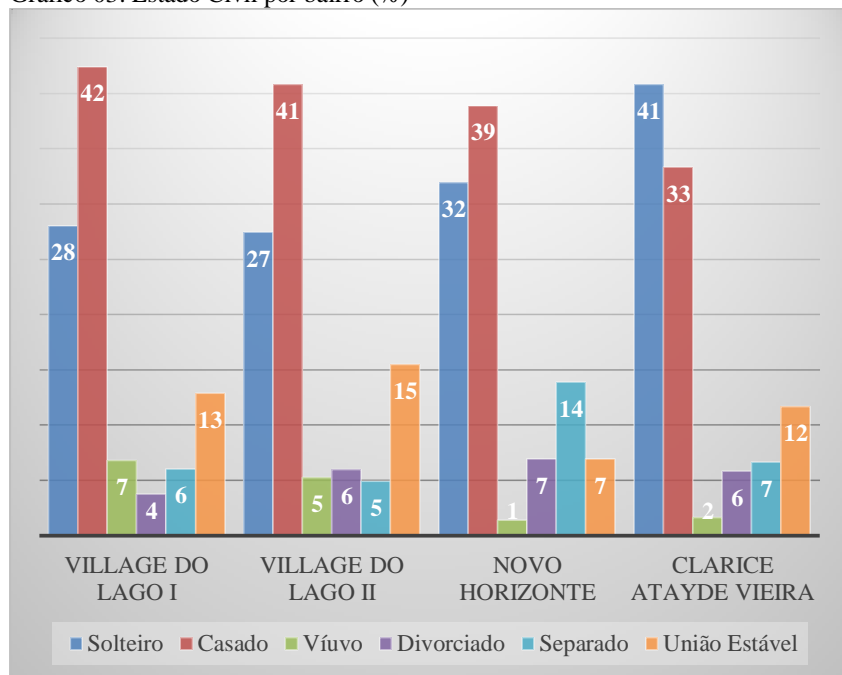
Org.: Silveira, 2014.

N=608

Quando se compara as diferenças entre os bairros, como mostra o gráfico 03, nota-se que o Clarice Athayde Vieira possui a maior quantidade de pessoas solteiras proporcionalmente entre os demais tipos de estados civis, diferenciando-se dos demais bairros que possuem os casados como maioria. Nos quatro bairros a quantidade de pessoas que se designaram solteiras é considerável. Isso tem uma possível

explicação na migração. Os bairros, de acordo com as técnicas do CRAS JK/Village do Lago e também de acordo com as informações passadas pelo Informante C, recebem pessoas de outras cidades e da zona rural de Montes Claros que vem em busca de trabalho e melhores condições para qualificação. Assim, há um aumento na quantidade de solteiros dentro dos núcleos familiares estudados⁹⁴.

Gráfico 03: Estado Civil por bairro (%)⁹⁵



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=608

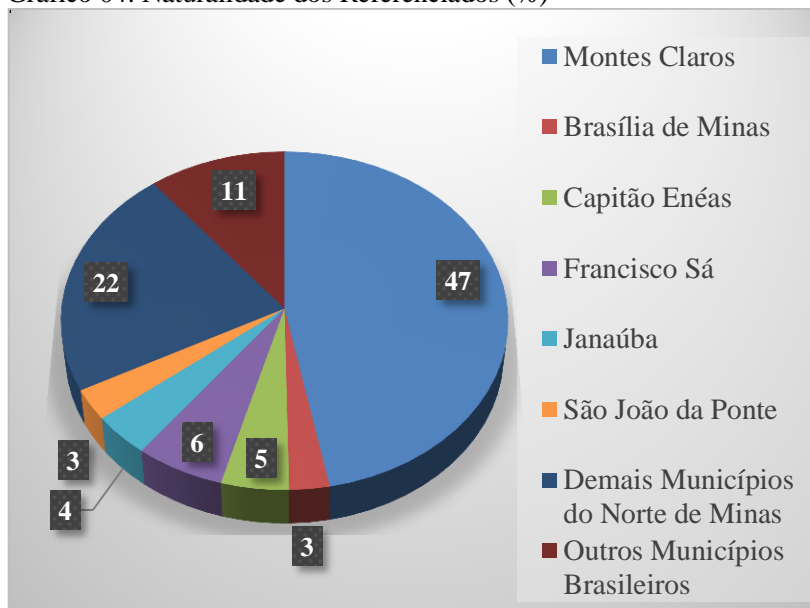
Com relação à naturalidade notou-se uma presença grande de montesclarenses (47%), como destaca o gráfico 04. Esse dado é ratificado com as informações passadas pelos informantes A, B, C e D,

⁹⁴ Lembrando que nos questionários socioeconômicos utilizados para a coleta de dados possui somente a origem dos responsáveis pelo preenchimento do mesmo. Assim, a naturalidade dos demais membros da família não é informada. (N.A.)

⁹⁵ A distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor=0,023. (N.A.)

onde verificou-se que a maior parte das pessoas que residem nos bairros são originárias da zona rural ou de outras localidades de Montes Claros. Os demais moradores são originários, em sua maioria, de municípios do Norte de Minas Gerais (42%) com destaque para Brasília de Minas, Capitão Enéas, Francisco Sá, Janaúba e São João da Ponte que respondem juntos por 20% dos residentes⁹⁶.

Gráfico 04: Naturalidade dos Referenciados (%)



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=479

Com relação às idades dos referenciados e familiares observou-se uma média de 29 anos. Como este estudo baseou-se, para construção do Índice de Vulnerabilidade da Família (IVF), nos trabalhos de Furtado (2012, 2013) e de Barros, Carvalho e Franco (2003), é utilizada a divisão de faixas consideradas por esses autores. A tabela 17 mostra essa divisão.

⁹⁶ Não foi feito o cruzamento da naturalidade por bairro já que não houve significância estatística (a distribuição é normal e o qui-quadrado p-valor=0,085). (N.A.)

Tabela 17: Faixas etárias consideradas

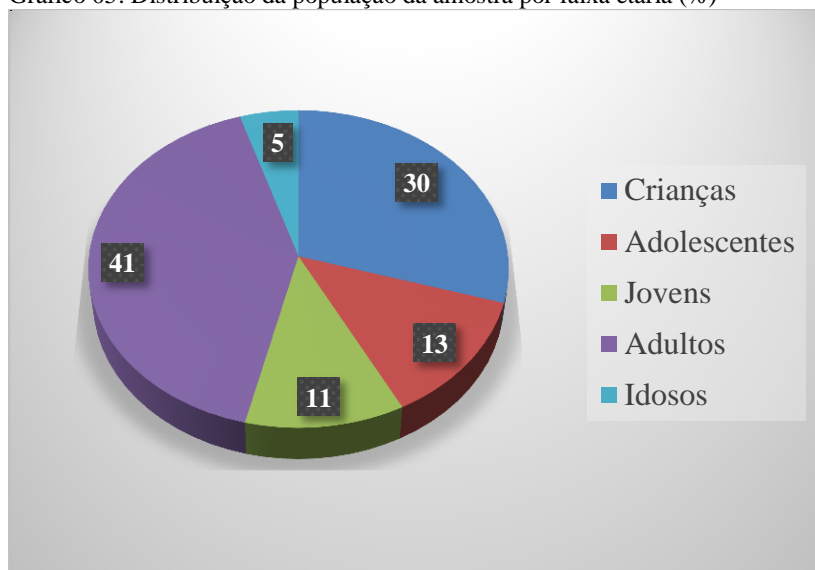
Faixa Etária	Idade
Crianças	De 0 a 12 anos
Adolescentes	De 13 a 17 anos
Jovens	De 18 a 21 anos
Adultos	De 21 a 64 anos
Idosos	Acima de 64 anos

Fonte: Furtado, 2013.

Organização: Silveira, 2014.

Com base na tabela 17, pode-se analisar a distribuição da população total desta amostra, presente no gráfico 05.

Gráfico 05: Distribuição da população da amostra por faixa etária (%)



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

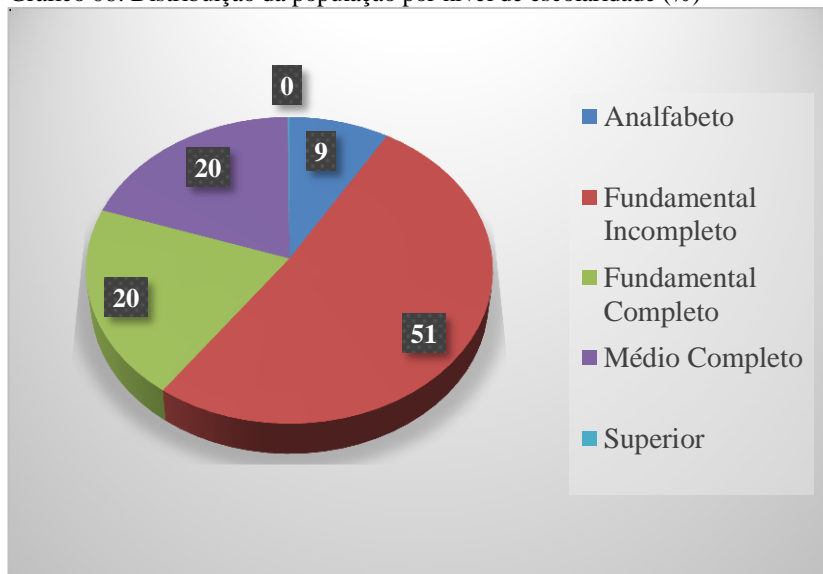
N=1149

A população de adultos é a maioria (41%), acompanhada pela população de crianças (30%), adolescentes (13%) e jovens (11%). A quantidade de idosos (5%) é pequena em relação à amostra e também

em relação às porcentagens médias nacional (7,4%), mineira (8,1%) e montesclarenses (6,1%)⁹⁷ para o ano de 2010⁹⁸.

A escolaridade da população é marcada pela maior número de pessoas com ensino fundamental incompleto (51%), como mostra o gráfico 06.

Gráfico 06: Distribuição da população por nível de escolaridade (%)



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=724

A porcentagem de moradores com ensino fundamental completo e médio completo, é praticamente igual condizendo com a concentração de serviços de ensino localizados na área de estudo (a maior parte das escolas que atendem a região, oferta até a nona série do ensino fundamental). Outro fator é que, das escolas que atendem aos bairros, somente duas estão dentro do perímetro desses moradores; as demais se

⁹⁷ IBGE, Censo Demográfico de 2010.

⁹⁸ Não foi feita o cruzamento das faixas etárias por bairro uma vez que teve significância estatística. A distribuição é normal e o Anova P-valor é para a faixa etária crianças é 0,369, para a faixa etária adolescentes é 0,654, para a faixa etária jovens é 0,153, para a faixa etária adultos é 0,134; e para a faixa etária idosos é 0,457. (N.A.)

localizam em bairros próximos e têm distâncias consideráveis com relação aos bairros em estudo, como mostra da tabela 18⁹⁹.

Tabela 18: Escolas nos bairros próximos que atendem região em estudo

Escola	Níveis de ensino ofertados	Distância aproximada do Posto de Saúde dos Bairros Village do Lago I e II, Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte (km)
Escola Estadual Helena Prates	1º ao 9º ano do ensino fundamental	2,87
	1º a 3º ano do ensino médio	
Escola Municipal Ruy Lage	1º ao 9º ano do ensino fundamental	1,99
Escola Estadual Américo Martins	1º ao 9º ano do ensino fundamental	1,92
	1º a 3º ano do ensino médio	
Escola Estadual Prof. Dilma Quadros	1º ao 9º ano do ensino fundamental	2,80
	1º a 3º ano do ensino médio	
	Educação Profissional – Nível Técnico	
Escola Municipal João Valle Maurício	1º ao 9º ano do ensino fundamental	0,44
Escola Municipal Du Narciso	1º ao 9º ano do ensino fundamental	0,1

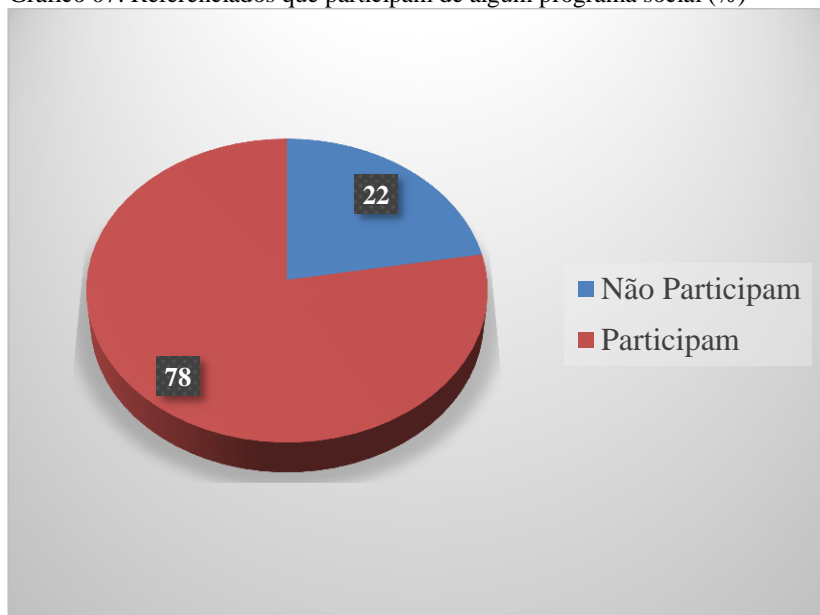
Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Lista de Escolas Ativas, 2014. Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros. Google Earth 7.1.1.1871. Organização: Silveira, 2014.

Outra questão que pode ser observada é a dependência de programas sociais. O gráfico 07 mostra a quantidade de referenciados que afirmam participar de algum programa social, onde percebe-se que a

⁹⁹ O cruzamento dos níveis de escolaridade com os bairros não foi feito já que foi estatisticamente não-significativo. A distribuição é normal e o Anova P-valor para o nível de escolaridade analfabetos é 0,662, para o nível fundamental incompleto é 0,112, para o nível fundamental completo é 0,949, para o nível médio completo é 0,363 e para o superior completo não foi calculado já que somente um dos referenciados possui ensino superior completo. (N.A.)

maior parte sinalizou positivamente à participação (78%). Esse fato demonstra que grande parte das famílias pesquisadas possui nos benefícios sociais uma fonte de renda, situação que demonstra a vulnerabilidade das localidades.

Gráfico 07: Referenciados que participam de algum programa social (%)¹⁰⁰



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

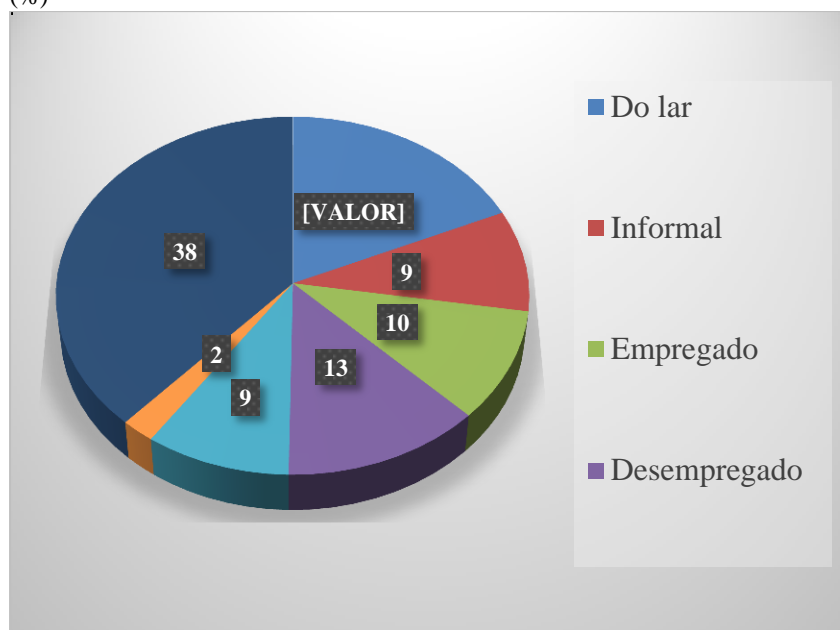
N=476

Com relação às ocupações, uma parcela dos pesquisados não informou a profissão ou ocupação, ou informou estar desempregado. Além disso, outros disseram simplesmente que estavam empregados ou eram informais, mas não destacando em que tipo de ocupação. Assim, desconsiderando aqueles que não informaram a situação com relação à ocupação, construiu-se o gráfico 08. Nele observa-se que a maior parte da população pesquisada está empregada (soma das porcentagens dos que informaram a ocupação e dos que informaram que estavam

¹⁰⁰ Não foi feito o cruzamento da participação em programas sociais por bairro já que não houve significância estatística (A distribuição é normal e o Teste T P-valor=0,67). (N.A.)

empregados). Considerando também aqueles que se designaram informais (9%)¹⁰¹, conclui-se que a porcentagem de pessoas com renda representa 67% da amostra (soma dos empregados, dos aposentados, pensionistas, deficientes e BPC, dos informais e dos que informaram ocupação). Já os que não possuem renda correspondem a 33% da amostra (soma dos desempregados, do lar e estudantes), situação considerada positiva, como mostra o gráfico 09.

Gráfico 08: Distribuição da população da amostra de acordo com a ocupação (%)¹⁰²



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014. N=742.

¹⁰¹ Considera-se que as pessoas que se declararam informais possuem renda mesmo que não seja fixa. (N.A.)

¹⁰² Não foi feito o cruzamento das ocupações por bairro já que não houve significância estatística (a distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor para do lar é uma constante, 0,851 para estudantes, 0,357 para aposentados, 0,171 para desempregados, 0,393 para empregados e 0,223 para informais). (N.A.)

Gráfico 09: Pessoas com e sem renda (%)¹⁰³

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=583.

No momento da coleta de dados encontrou-se uma dificuldade em função da grande quantidade de ocupações e profissões registradas. Nesse sentido, para simplificar a análise, fez-se uma categorização dessas profissões e ocupações de acordo com a Classificação Brasileira de Profissões (CBO).

De acordo com a Classificação Brasileira de Profissões (2010, p. 04),

A CBO é um documento normalizador do reconhecimento (no sentido classificatório), da nomeação e da condição dos títulos e conteúdos das ocupações no mercado de trabalho brasileiro.

¹⁰³ Não foi feito o cruzamento da somatória de pessoas com renda e sem renda por bairro já que não houve significância estatística (a distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor para a somatória de pessoas com renda é 0,224 e para a somatória de pessoas sem renda é 0,812). (N.A.)

[...] O documento possui ocupações organizadas e descritas por famílias. Cada família constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo do que aquele da ocupação.

A CBO faz uma classificação hierárquico-piramidal a partir de um conjunto de códigos e títulos em que, primeiro e mais abrangente, vêm os grandes grupos; em seguida os subgrupos principais, depois os subgrupos e, por último, os grupos de base ou famílias ocupacionais. É importante destacar que, dentro das famílias ocupacionais, encontram-se as ocupações e também os sinônimos que são nomes regionais referentes à determinada ocupação. Essa organização está disposta na tabela 19.

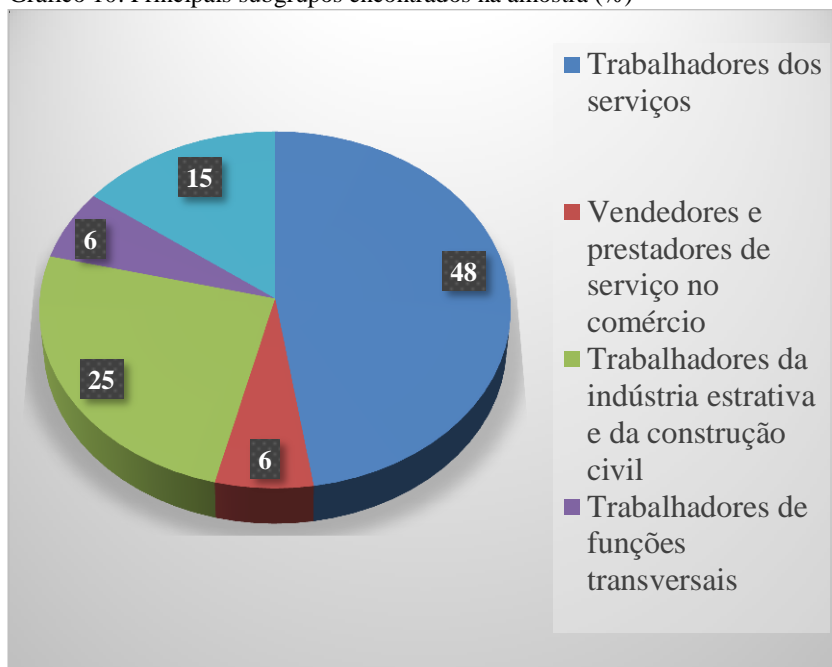
Tabela 19: Classificação hierárquico-piramidal utilizada pela CBO

Estrutura	Sigla	Quantidade
Grande Grupo	GG	10
Subgrupos Principais	SGP	48
Subgrupos	SG	192
Grupos de Base ou Famílias	GB	607
Ocupações	O	2511
Sinônimos	-	7419

Fonte: CBO, 2010.

Adaptação: Silveira, 2014.

Utilizando-se essa categorização, tendo como base para este trabalho os subgrupos principais, obteve-se os dados informados no gráfico 10.

Gráfico 10: Principais subgrupos encontrados na amostra (%)¹⁰⁴

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

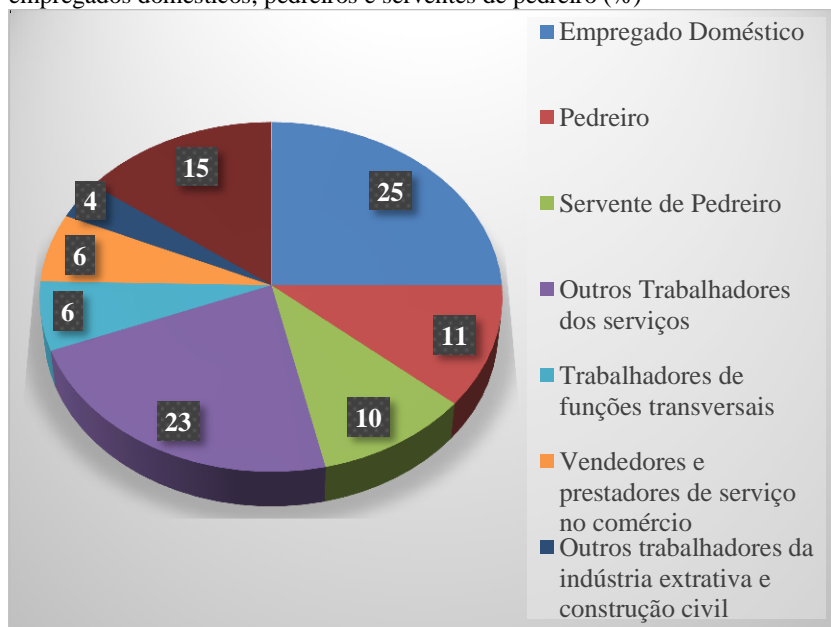
N=284.

Como é possível notar, a maior parte das profissões e ocupações informadas está dentro dos subgrupos principais Trabalhadores dos Serviços (48%) e Trabalhadores da Indústria Extrativa e da Construção Civil (25%). No primeiro destacam-se os empregados domésticos (empregadas domésticas, faxineiras, diaristas, babás, outros) correspondendo a 53% dos representantes desse subgrupo principal e 25% do total de pessoas que informaram ocupação/profissão. No segundo subgrupo principal destacam-se os pedreiros e serventes de

¹⁰⁴ Não foi feito o cruzamento dos subgrupos por bairro já que não houve significância estatística (a distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor para trabalhadores dos serviços é 0,341, para vendedores e prestadores de serviço no comércio é 0,283, para trabalhadores da indústria extrativa e construção civil é 0,724, para trabalhadores de funções transversais é 0,327 e para trabalhadores de outras ocupações é uma constante). (N.A.)

pedreiro representando, respectivamente, 45% e 41% desse subgrupo e, no total de pessoas que informaram as profissões, 11 e 10%. Esses dados estão expostos no gráfico 11.

Gráfico 11: Principais subgrupos encontrados na amostra com destaque para os empregados domésticos, pedreiros e serventes de pedreiro (%)¹⁰⁵



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=284.

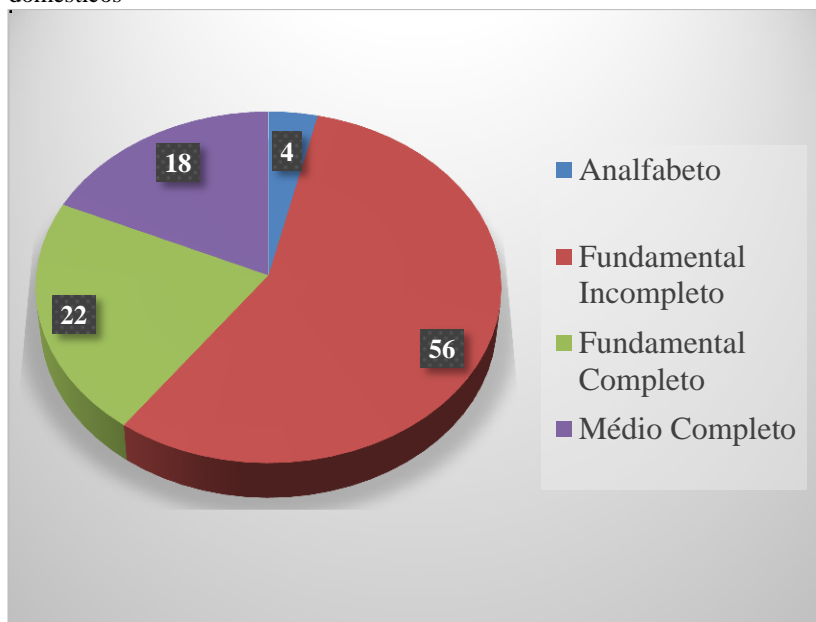
Com relação aos tipos de profissões, notou-se que a prevalência é para profissões que exigem menor grau de qualificação principalmente do setor de serviços. Isso pode ser explicado, em parte, pelo baixo nível

¹⁰⁵ Não foi feito o cruzamento entre os bairros já que não houve significância estatística (a distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor para vendedores e prestadores de serviço no comércio é 0,283, para trabalhadores de funções transversais é 0,327, para trabalhadores de outras ocupações é uma constante, para empregados domésticos é 0,627, para pedreiros é uma constante, para serventes de pedreiro é 0,185, para outros trabalhadores da indústria extrativa e construção civil é uma constante, e para outros trabalhadores dos serviços é 0,468). (N.A.)

de escolaridade da maior parte da população em estudo, como já referenciado.

Especificamente com relação aos empregados domésticos, o gráfico 12 exemplifica essa característica de baixa escolaridade onde a maior parte das pessoas que se denominaram empregados domésticos possuem ensino fundamental incompleto (56%) seguido por aqueles que possuem ensino fundamental completo (22%).

Gráfico 12: Escolaridade das Pessoas que se declararam empregados domésticos

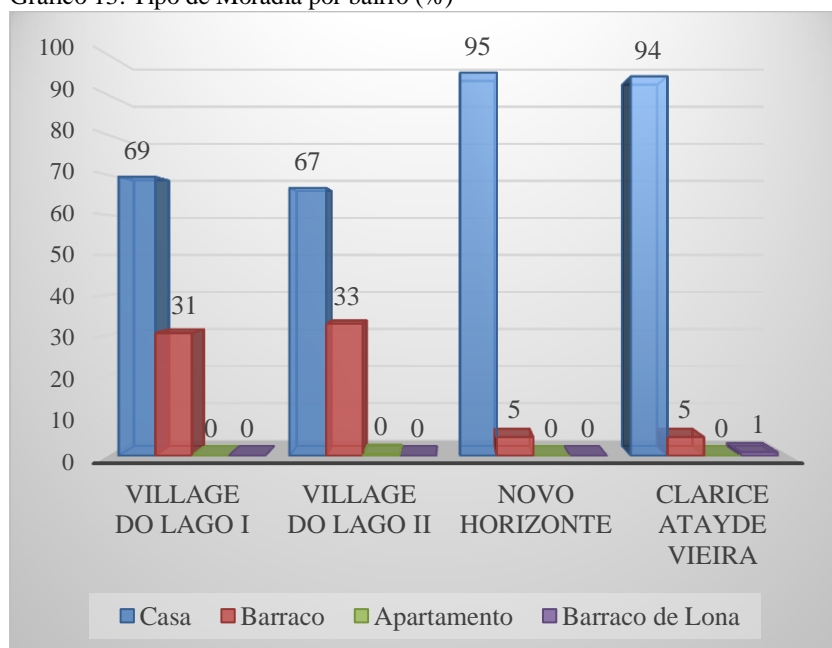


Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=55.

Com relação à situação habitacional, observou-se, como mostra os gráficos 13 e 14, que grande maioria das pessoas pesquisadas tem como tipo de moradia casas, e as mesmas são próprias.

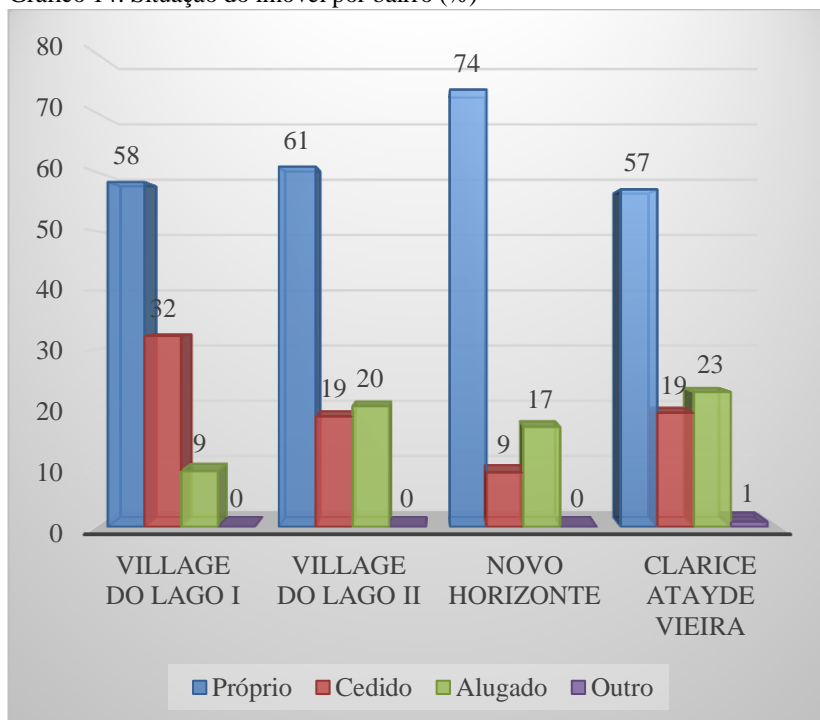
Gráfico 13: Tipo de Moradia por bairro (%)¹⁰⁶

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=522.

¹⁰⁶ A distribuição é normal e o Qui-quadrado p-valor=0,0001. (N.A.)

Gráfico 14: Situação do imóvel por bairro (%)¹⁰⁷

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=536.

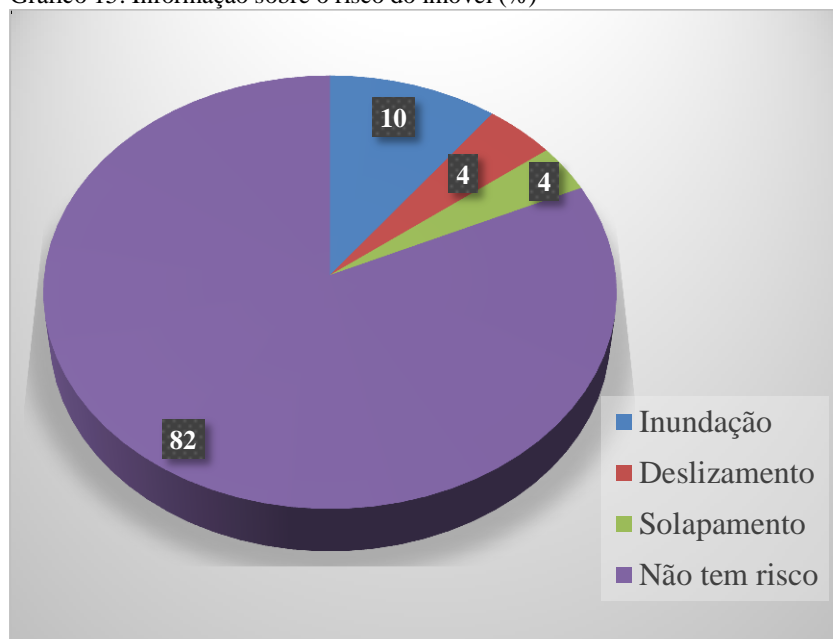
Comparando-se os bairros, nota-se que no Village do Lago I e II a quantidade de barracos é proporcionalmente maior sendo explicado pela origem das localidades. Um ponto importante a ser analisado é a quantidade de pesquisados que afirmaram que residem em imóveis cedidos ou alugados principalmente no Clarice Athayde Vieira e no Novo Horizonte. Como são conjuntos habitacionais, esses dois bairros deveriam ter, proporcionalmente, uma quantidade pequena de moradores nessa situação, todavia verifica-se que isso não ocorre, uma vez que a proporção entre os demais bairros é próxima. Essa situação pode ser explicada pela quantidade de pessoas que possuem mais de um

¹⁰⁷ A distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor=0,002. (N.A.)

imóvel, alugando ou cedendo o que se localiza nos bairros pesquisados¹⁰⁸.

Com relação ao risco dos imóveis, a maior parte dos pesquisados informou que não há risco, como mostra o gráfico 15. Todavia, é importante destacar que 10% dos pesquisados informaram que o imóvel possui risco de inundação, situação explicada pela geomorfologia da região com muitas vertentes e também drenada por corpos d'água encaixados.

Gráfico 15: Informação sobre o risco do imóvel (%)¹⁰⁹



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=397.

¹⁰⁸ Esse fato foi discutido no subtítulo Formação dos Bairros que faz parte da seção 3 deste trabalho. (N.A.)

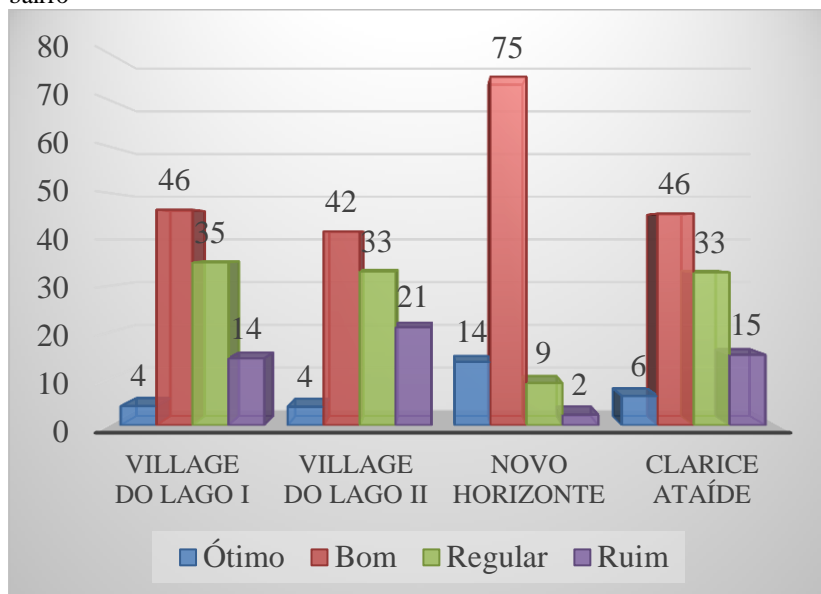
¹⁰⁹ Não foi feito o cruzamento da variável de risco do imóvel por bairro já que não houve significância estatística (a distribuição é normal e o Qui-quadrado p-valor=0,837). (N.A.)

O gráfico 16 mostra o estado de conservação das residências dos referenciados. Ao fazer a análise desse gráfico, ponderou-se primeiramente sobre a quantidade de referenciados que informaram como bom ou regular o estado de conservação das moradias. Na maioria dos bairros, com exceção do Novo Horizonte, essas duas classificações ultrapassam a que considera como ótimo o estado de conservação. Essa situação pode ser explicada, no Village do Lago I e II, pela formação desses bairros via autoconstrução e também pela baixa renda da população que os impediu, em grande parte, de construir residências com planejamento e acompanhamento técnico. Esse baixo nível de renda também dificulta e até pode impedir, em alguns momentos, a manutenção dos imóveis. Já os bairros Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte, formados a partir de conjuntos habitacionais, tem explicações semelhantes, porém com algumas diferenças principalmente porque esses imóveis foram construídos com planejamento e acompanhamento técnico. Todavia, como vários moradores afirmaram, a qualidade dos materiais usados para as construções foi baixa, o que aumenta o ritmo da depreciação. A questão da manutenção das moradias é semelhante aos dos outros dois bairros já comentados.

É importante destacar que, no ano de 2012, professores e alunos do curso técnico em eletrotécnica do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – *Campus* Montes Claros, executaram o Projeto de Assistência Técnica (PROAST)¹¹⁰ nos bairros Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte. O objetivo desse projeto era fazer um levantamento da situação da rede elétrica das residências e realizar os reparos necessários. Após conversar com alguns dos discentes que participaram do referido projeto, verificou-se que a maior parte dos imóveis vistoriados apresentava péssimas condições relativas à rede elétrica e, em algumas, ela deveria ser refeita. Os relatos dos discentes deixam evidente que nos bairros, mesmo em casas com poucos anos de uso como é o caso do Novo Horizonte, o processo de depreciação foi acelerado.

¹¹⁰ Projeto de extensão aprovado e financiado pelo IFNMG – *Campus* Montes Claros. (N.A.)

Gráfico 16: Estado de conservação das residências dos referenciados por bairro¹¹¹



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

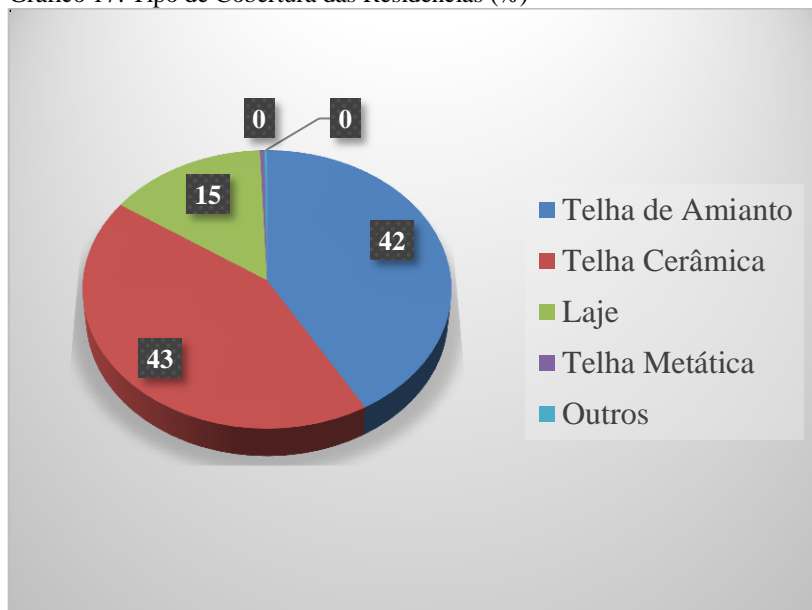
N=395.

Com relação às características gerais das residências, observou-se que a maioria possui paredes de alvenaria (99%). No tipo de cobertura, destaca-se a telha de cerâmica (43%), seguida pela telha de amianto (42%) e laje (15%) como se observa no gráfico 17. Comparando-se o tipo de cobertura entre os bairros (gráfico 18), notou-se que no Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte predomina a telha de cerâmica já que a maioria das residências é oriunda dos conjuntos habitacionais. Por sua vez, no Village do Lago I, há uma igualdade entre a telha de cerâmica e telha de amianto, seguidas de perto pela laje. No Village do Lago II há um predomínio de telha de amianto. Como já citado quando se expôs a questão da conservação dos imóveis, a população pesquisada é de baixa renda. Assim, no momento da construção das residências nos bairros Village do Lago I e II, pelo fato de ser um tipo de cobertura mais barata em função do menor gasto de madeiramento, a maior parte dos

¹¹¹ A distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor=0,0001. (N.A.)

moradores optou por telhas de amianto. Entretanto, essa opção não é recomendada para a região em função do tipo climático local¹¹². Desse modo, com o passar do tempo no bairro Village do Lago I, esse tipo de cobertura vem sendo substituído pelas telhas de cerâmica e/ou laje¹¹³. Já no Village do Lago II isso não aconteceu com tanta efetividade.

Gráfico 17: Tipo de Cobertura das Residências (%)



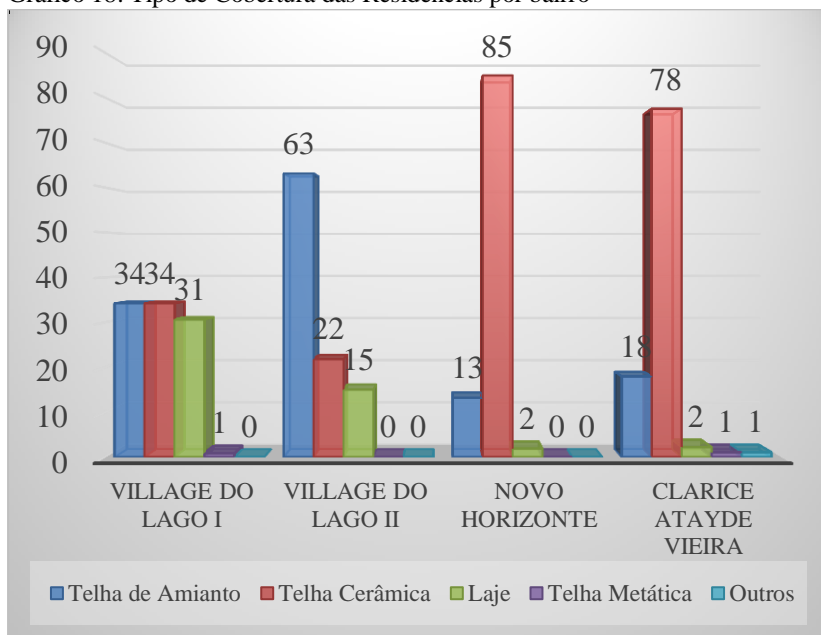
Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=459.

¹¹² A telha de amianto aumenta o aquecimento interno da residência e como a região em estudo possui como característica um clima quente, a consequência é a diminuição do conforto térmico das moradias. (N.A.)

¹¹³ Informação repassada pelos informantes B e C. (N.A.)

Gráfico 18: Tipo de Cobertura das Residências por bairro¹¹⁴

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=459.

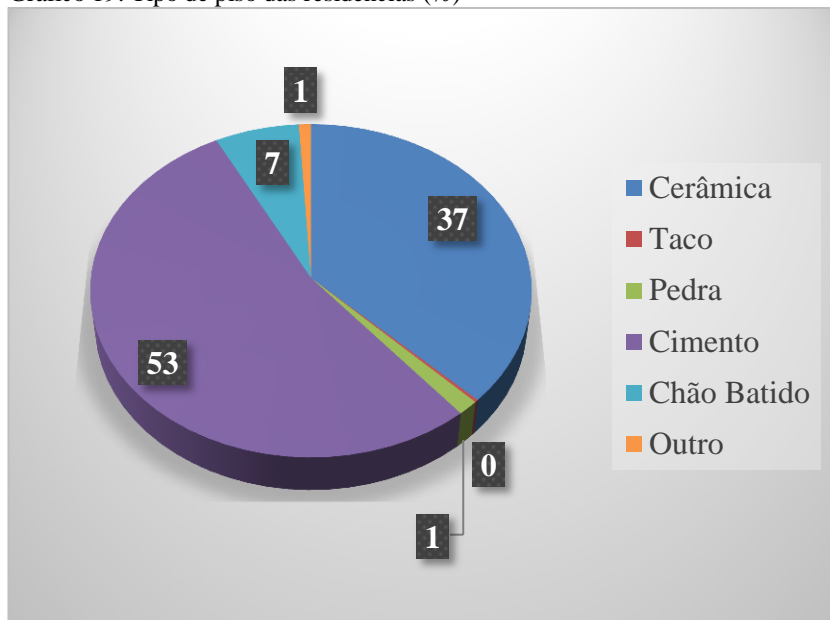
O tipo de piso utilizado na maior parte das casas é o cimento, tanto o grosso como o queimado¹¹⁵ seguido pelo revestimento cerâmico (gráfico 19). Ao se comparar os bairros observou-se que, com exceção do Novo Horizonte, os demais bairros possuem, mesmo com algumas diferenças, o piso de cimento como prevalente, seguido pelo revestimento cerâmico. O Novo Horizonte, por ser um conjunto habitacional mais novo em comparação com o Clarice Athayde

¹¹⁴ A distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor=0,0001. (N.A.)

¹¹⁵ O cimento queimado é um piso feito a partir de uma argamassa feita na obra com a mistura de cimento, areia e água. Já o piso de cimento grosso é uma camada fina de argamassa feita sobre o contra piso. Seu acabamento é menos rebuscado comparando-se com o piso de cimento queimado. É importante destacar que os dois tipos de piso são de baixo custo. (N.A.)

Vieira¹¹⁶, possui como predominância o revestimento cerâmico (gráfico 20).

Gráfico 19: Tipo de piso das residências (%)

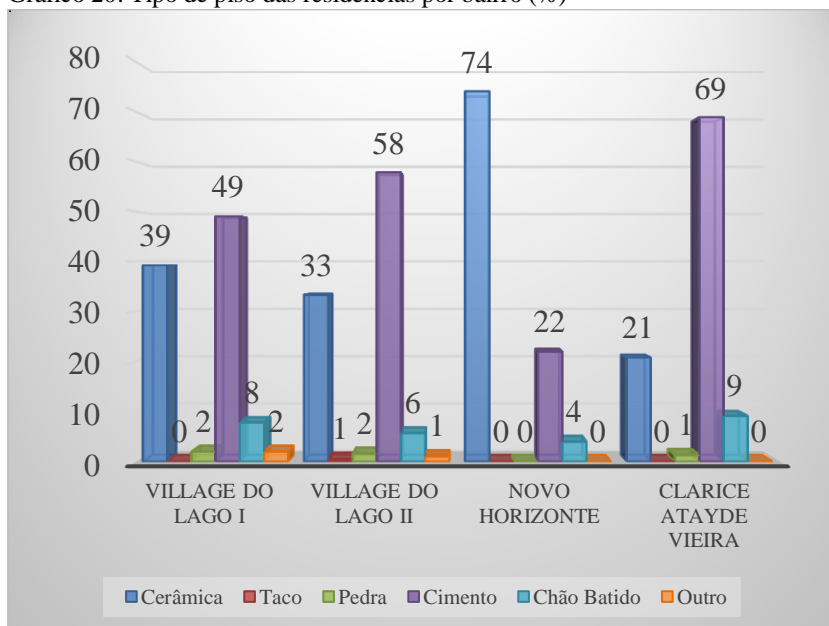


Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=421.

¹¹⁶ As regras para a construção de conjuntos habitacionais foram sendo alteradas nestes últimos anos. Assim, de acordo com o Informante G, no Novo Horizonte foi obrigatório para a construção a colocação de piso cerâmico, como também o sistema de aquecimento solar para água, dentre outros melhoramentos. (N.A.)

Gráfico 20: Tipo de piso das residências por bairro (%)¹¹⁷

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=421.

O abastecimento de água dos bairros é feito, majoritariamente, pela rede pública (98%) e, por isso, o tratamento é basicamente a cloração¹¹⁸ (91%). O escoamento sanitário tem como predominância a rede pública (95%) e 94% das residências possuem banheiro. O fornecimento de energia é feito pela Companhia de Energia de Minas Gerais (CEMIG) e 94% dos referenciados possuem relógio próprio. O destino do lixo da maior parte dos pesquisados é a coleta pública (97%). Todavia, é importante ressaltar que vários moradores relataram que queimam o lixo. Tudo indica que há uma parcela do lixo que não é destinada à coleta pública, já que é costume entre os moradores fazer a varrição dos quintais e a queima desse tipo de resíduo.

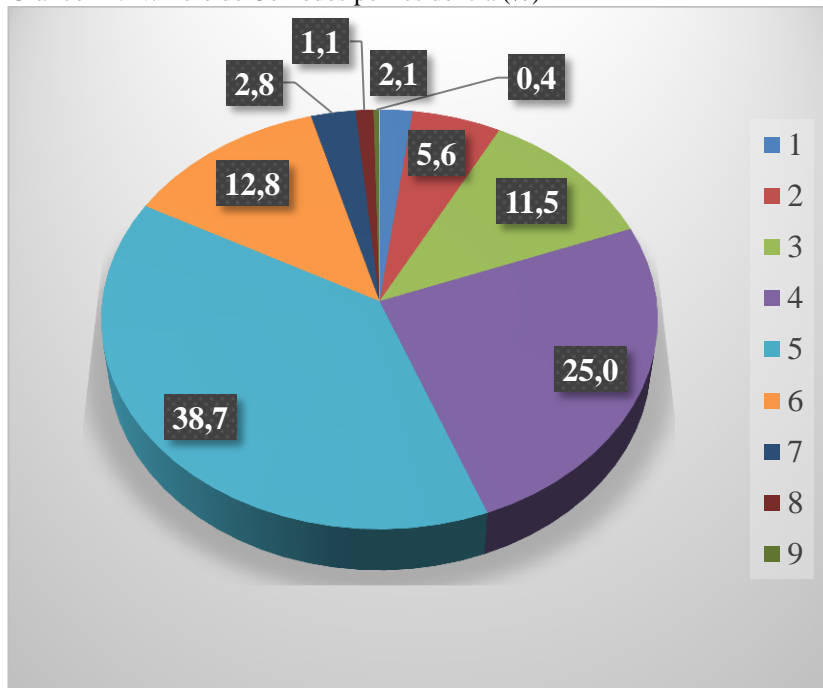
Com relação ao número de cômodos por residência (gráfico 21), observou-se que a maioria possui cinco cômodos (38,7%) seguido por

¹¹⁷ A distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor=0,0001. (N.A.)

¹¹⁸ Tratamento de água utilizado pela Copasa na cidade. (N.A.)

aquelas que possuem quatro cômodos (25%). Logo em seguida, porém com uma diferença considerável, vêm aquelas residências com seis (12,8%), com três (11,5%) e com dois cômodos (5,6%). Essa característica pode ser explicada pelos bairros Clarice Athayde Vieira e Novo Horizonte possuírem, em maioria, casas originárias de conjuntos habitacionais tendo, pelo menos, quatro cômodos. Assim, esses bairros acabam se beneficiando com melhores condições habitacionais em comparação com os demais. Além disso, o Village do Lago I e o II possuem uma porcentagem significativa de residências com um, dois e três cômodos, endossando a questão das piores condições habitacionais para esses últimos (gráfico 22).

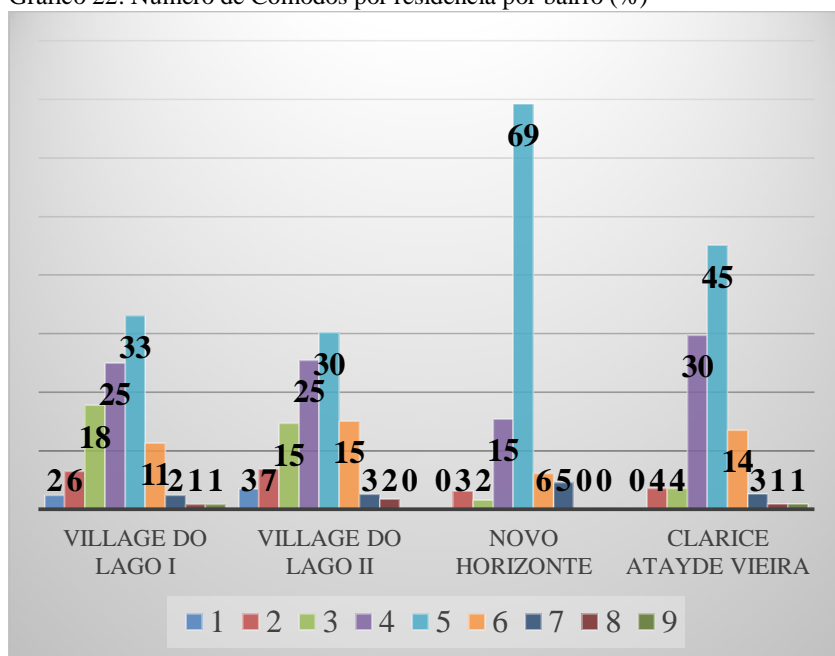
Gráfico 21: Número de Cômodos por residência (%)



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=532.

Gráfico 22: Número de Cômodos por residência por bairro (%)¹¹⁹

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

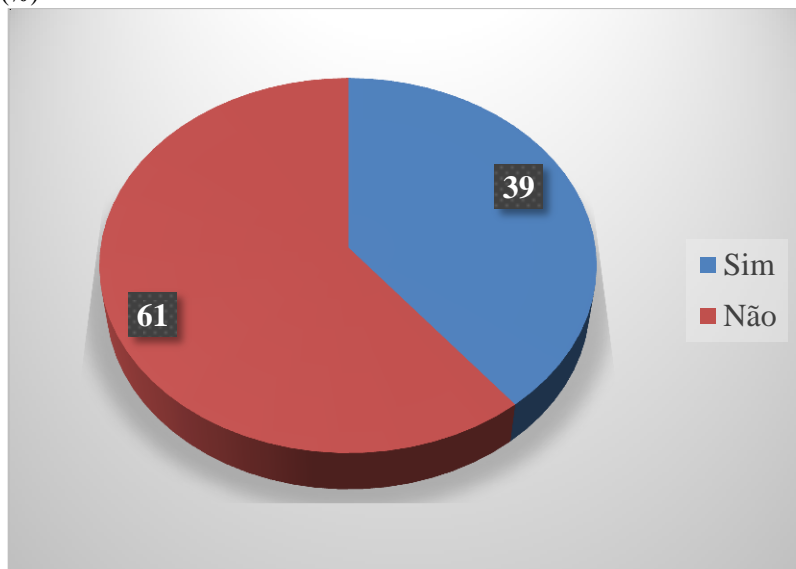
N=532.

Quando analisou-se o número de moradores por cômodo (gráfico 23), notou-se que 39% dos referenciados declararam que a residência tem mais de dois moradores por cômodo. Essa situação mostra que não há, na maior parte das residências, grande densidade de moradores, todavia, pensando-se na questão daquelas residências que possuem poucos cômodos, haver mais de um morador por cômodo promove uma queda da qualidade habitacional e, conseqüentemente, da qualidade de vida (gráfico 24). Isso é visualizado especialmente nos bairros Village do Lago I e II já que, ao se fazer o cruzamento do número de moradores por residência com a resposta da pergunta “Há mais de dois moradores

¹¹⁹ A distribuição foi normal e o Anova P-valor=0,002. (N.A.)

por cômodo”, observou-se que neles há uma grande inter-relação (gráficos 25 e 26)¹²⁰.

Gráfico 23: Resposta à pergunta: “Há mais de dois moradores por cômodo?” (%)



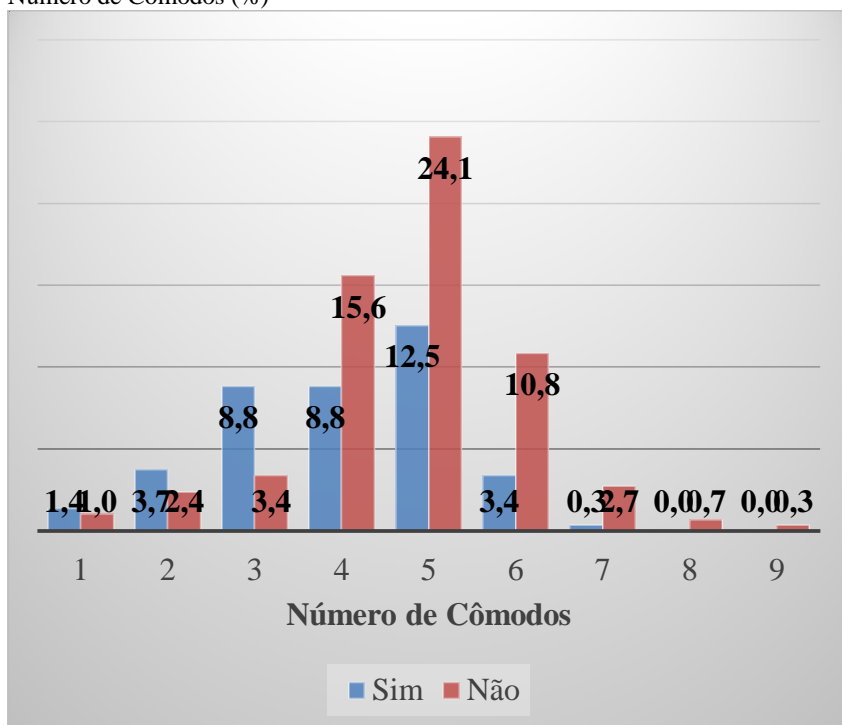
Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=303.

¹²⁰ Os gráficos contendo o cruzamento da pergunta “Há mais de dois moradores por cômodo?” X Número de Cômodos X Bairro estão nos apêndices 17 e 18 deste trabalho. Os mesmos não foram colocados no corpo do texto já que a inter-relação entre o número de cômodos e possuir mais de dois moradores por cômodo é pequena. (N.A.)

Gráfico 24: Resposta à pergunta: “Há mais de dois moradores por cômodo?” X Número de Cômodos (%)¹²¹



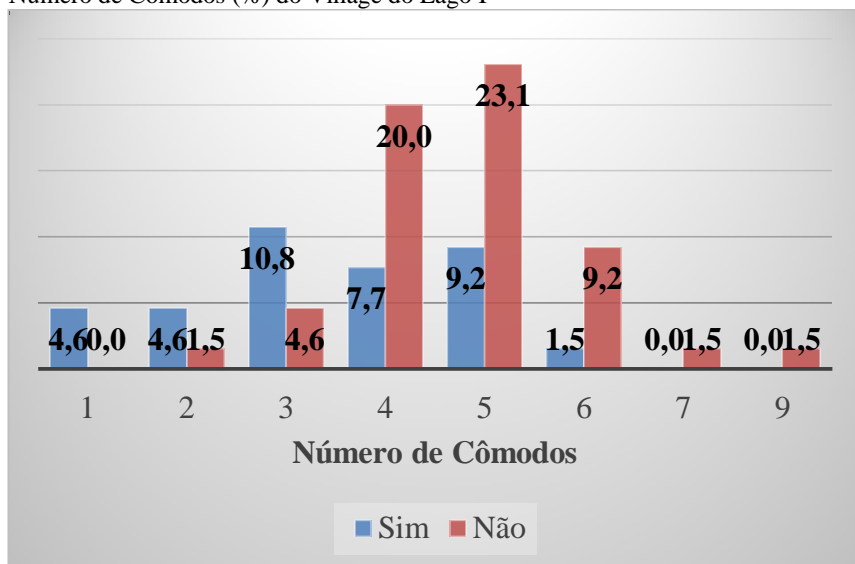
Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=295.

¹²¹ A distribuição é normal e o Anova P-valor=0,0001. (N.A.)

Gráfico 25: Resposta à pergunta: "Há mais de dois moradores por cômodo?" X Número de Cômodos (%) do Village do Lago I¹²²



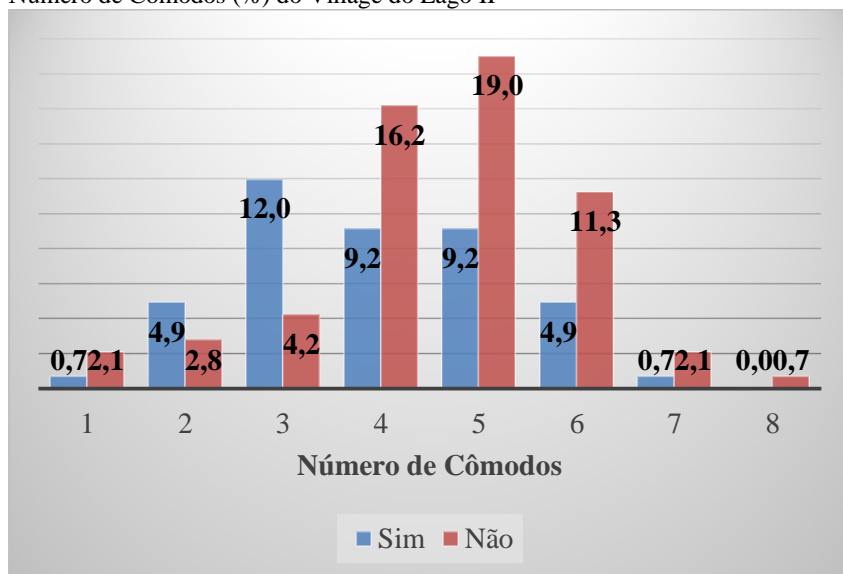
Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=65.

¹²² A distribuição é normal e o Anova P-valor=0,0001. (N.A.)

Gráfico 26: Resposta à pergunta: "Há mais de dois moradores por cômodo?" X Número de Cômodos (%) do Village do Lago II¹²³



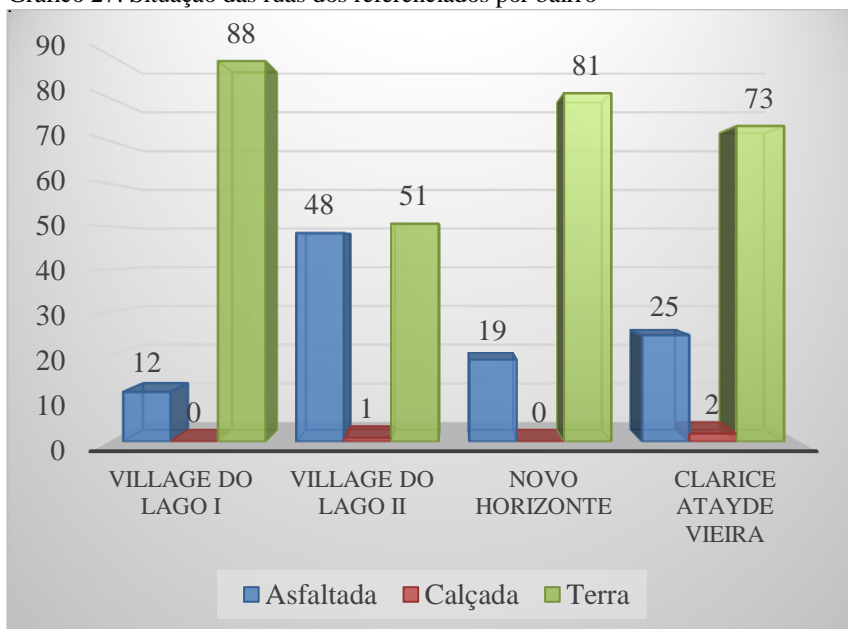
Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=142.

Já em relação à situação das ruas, a maioria as residências estão em vias de terra (68%), seguida por aquelas que estão em vias asfaltadas (31%). Na comparação entre os bairros, observa-se que o Village do Lago II é aquele que possui a maior parte de referenciados que afirmam morar em ruas asfaltadas, quase se igualando àqueles que informaram morarem em vias de terra. Os demais bairros têm, em predominância, residências em vias terra, como pode-se observar no gráfico 27.

¹²³ A distribuição é normal e o Anova P-valor=0,0001. (N.A.)

Gráfico 27: Situação das ruas dos referenciados por bairro¹²⁴

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=518.

Com relação às questões ligadas à saúde e aos cuidados sociofamiliares (tabela 20), percebeu-se que o número de residências onde há a presença de idosos, o número de pessoas que usam medicamentos controlados, que possuem doença grave, que fazem uso de drogas e/ou álcool e que possuem deficiência é consideravelmente pequeno entre os referenciados. Todavia, isso não significa uma quantidade menor de problemas. Como já destacado, todos os referenciados já passaram ou estão passando por situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, a presença de qualquer uma dessas situações é um fator que traz grande agravo ao núcleo familiar, prejudicando a qualidade de vida.

¹²⁴ A distribuição é normal e o Qui-quadrado P-valor=0,0001. (N.A.)

Tabela 20: Presença de pessoas que exigem cuidados de saúde e/ou sociofamiliares (%)¹²⁵

Grupo	Sim	Não
Pessoas com doença grave	31	69
Pessoas que usam medicamento controlado	44	56
Pessoas que fazem uso de drogas e/ou álcool	18	82
Pessoas com deficiência	6	94
Presença de idoso	9	91

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

Com base nesta exposição faz-se a seguinte síntese:

- Sexo: o sexo feminino como predominante;
- Estado civil: o casado é o maior com presença considerável dos estados civis solteiro e em união estável;
- Naturalidade: a maior parte da população é montesclarence ou de municípios do norte de Minas Gerais;
- Faixas etárias: a maior parte da população é adulta seguido por crianças, adolescentes e jovens;
- Nível de ensino: O ensino fundamental incompleto é o predominante seguido pelo ensino fundamental completo e pelo ensino médio completo;
- Participação em programas sociais: 78% da população da amostra participa de algum programa social;
- Ocupações: a maior parte da população da amostra possui ocupação possuindo renda. Tem-se destaque para

¹²⁵ O valor de N para “Pessoas com doença grave” é de 483, para “Pessoa que usam medicamento controlado” é de 448, para “Pessoas que usam álcool e/ou drogas” é de 283, para “Pessoa com deficiência” é de 554, e para “Presença de idoso” é de 555. A distribuição de todas as perguntas é normal e o Teste T P-valor para “Pessoas com doença grave” é 0,44, para “Pessoas que usam de medicamente controlado” é 0,655, para “Pessoas que usam álcool e/ou drogas” é 0,996, para “Pessoa com deficiência” é 0,272, e para “Presença de idoso” é 0,649. (N.A.)

os prestadores de serviço domésticos e os trabalhadores da construção civil;

- Tipo de moradia, situação e risco do imóvel: principalmente casas, próprias e sem riscos. Destaca-se a quantidade de referenciados que declararam morar em casas cedidas ou alugadas no Clarice Athayde Vieira e no Novo Horizonte;
- Estado de conservação: os imóveis estão em bom ou regular estado de conservação. Destaque para as dificuldades com relação à manutenção dos imóveis;
- Tipo de cobertura: primeiramente a telha cerâmica seguida pela telha de amianto. A laje possui uma porcentagem considerável. Viu-se que no Clarice Athayde Vieira e no Novo Horizonte destaca-se a telha cerâmica, no Village do Lago I tem-se empate entre a telha de amianto e telha cerâmica, seguidos de perto pela laje, e no Village do Lago II tem-se a telha de amianto como maioria;
- Tipo de piso: destaque para o piso de cimento. No Novo Horizonte tem-se destaque para o revestimento cerâmico, no Clarice Athayde Vieira para o piso de cimento, e no Village do Lago I e II para o piso de cimento seguido pelo revestimento cerâmico;
- Número de cômodos: a maioria das residências possuem 5 e 4 cômodos. No Novo Horizonte as residências possuem, na maioria, 5 cômodos, e no Clarice Athayde Vieira 5 e 4 cômodos. Já no Village do Lago I e no II tem-se uma distribuição mais próxima entre os imóveis com 1, 2, 3, 4 e 5 cômodos, sendo que a maior parte possui 5 cômodos;
- Número de moradores por cômodo e número de cômodos: observou-se que no Village do Lago I e II há uma maior parcela de residências com 2 e 3 cômodos que possuem mais de dois moradores por cômodo;
- Situação das ruas: a maior parte dos imóveis estão em ruas de terra. Destaca-se o Village do Lago II com quase igualdade entre os imóveis localizados em ruas de terra e aqueles localizados em ruas asfaltadas;
- Presença de pessoas que exigem cuidados de saúde e/ou sociofamiliares: a porcentagem de residências com

peessoas com deficiência e idosos é pequena. A porcentagem de residências com pessoas que usam medicamentos controlados, com doença grave e que fazem uso de drogas e/ou álcool é considerável.

Com base nessa síntese e nas demais informações fez-se algumas considerações. A primeira refere-se à relação entre o nível de escolaridade, tipos de ocupações e participação em programas sociais. Como o nível de escolaridade é baixo, há uma grande parcela da população que tem como ocupação profissões que exigem baixo nível de escolaridade e, conseqüentemente, cuja renda também é baixa. Assim a participação em programas sociais é alta.

Outra questão está relacionada com a diferenciação entre os bairros. Não se encontrou grandes diferenciações entre os bairros, com exceção da qualidade habitacional. Neste quesito, notou-se maior diferença entre os bairros que se originaram de conjuntos habitacionais e os demais destacando-se, como principais pontos, o tipo de moradia, o tipo de cobertura, o tipo de piso, o número de cômodos e o número de moradores por cômodo.

Considerando a dificuldade em se fazer a diferenciação entre os bairros, estão expostos no próximo tópico os resultados do IVF e de suas dimensões visando buscar maiores subsídios para essa comparação.

5.2.2. Análise de Variância e Anova Kruskal-Wallis

Após análise geral dos dados, nesta subseção executou-se a análise do IVF e suas dimensões. Dessa maneira, primeiro passo foi a verificação da distribuição da amostra buscando identificar se a mesma era normal. Utilizando-se do teste de Kolmogorov-smirnov, comprovou-se que a distribuição do IVF e das suas dimensões não eram normais¹²⁶.

O próximo passo foi a análise de variância das dimensões e do IVF para os bairros. Dessa forma, realizou-se uma Anova Kruskal-Wallis¹²⁷ identificando que o índice para todos os bairros, assim como

¹²⁶ O valor do p-valor para o IVF é 0,050 e para todas as dimensões o p-valor é menor que menor que 0,0001. (N.A.)

¹²⁷ O Teste de Kruskal-Wallis foi realizado buscando identificar em quais dos grupos (bairros) houve diferenciação estatística. O p-valor para o IVF foi de 0,380, para a Dimensão Vulnerabilidade Social 0,580, para a Dimensão Acesso ao Conhecimento 0,060, para a Dimensão Acesso ao Trabalho 0,075, para a

as suas dimensões, com exceção da Dimensão Condições Habitacionais, não tem diferenciações estatisticamente significativas. Concluiu-se que a região pesquisada é homogênea.

Com relação à Dimensão Condições Habitacionais, fez-se outra análise, já que foi a única com diferenças significativas. Sendo assim, utilizando, dos resultados da Anova Kruskal-Wallis, observou-se que o bairro com a pior situação é o Village do Lago II (Md=247,97), seguido pelo Village do Lago I (Md=240,34), Clarice Athayde Vieira (Md=234,11) e Novo Horizonte (Md=187,83). A partir desse resultado, buscou-se entender quais os grupos formados entre os bairros. Assim, realizou-se uma Anova a um fator LSD¹²⁸ obtendo-se os resultados que estão na tabela 21.

Tabela 21: Resultado da Anova a um fator LSD¹²⁹

Bairros comparados	Significância Estatística	p-valor
Village do Lago I com Village do Lago II	Não há	0,627
Village do Lago I com o Novo Horizonte	Há	0,012
Village do Lago I com o Clarice Athayde Vieira	Não há	0,713
Village do Lago II com o Novo Horizonte	Há	0,002
Village do Lago II com o Clarice Athayde Vieira	Não há	0,379
Novo Horizonte com o Clarice Ataíde Viera	Há	0,030

Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

Pode-se concluir que, com relação à Dimensão Condições Habitacionais, existe uma homogeneidade entre os bairros Clarice Athayde Vieira, Village do Lago I e II, formando, assim, um grupo; e outro grupo formado especificamente pelo Novo Horizonte.

Com base na análise geral de dados e nos resultados apresentados do IVF teceu-se algumas observações. A primeira diz respeito à

Dimensão Escassez de Recursos 0,761, para a Dimensão Desenvolvimento Infanto-juvenil 0,302, e para a Dimensão Condições Habitacionais 0,021.

¹²⁸ Least Significant Difference, que em tradução livre significa Diferença Mínima Significativa.

¹²⁹ P-valor=0,020. (N.A.)

motivação da pesquisa. Pensava-se que existia uma grande diferenciação entre os bairros, relacionada especialmente com os fatores habitacionais. Entretanto, com exceção da Dimensão Condições Habitacionais, o que os resultados demonstraram é que os bairros são homogêneos.

A segunda observação refere-se a hipótese da determinação da qualidade de vida, principalmente pelas questões habitacionais. Entendia-se que as condições de moradia e de origem dos bairros seriam determinantes com relação à qualidade de vida. Sendo assim, por terem origem em conjuntos habitacionais, o IVF e suas dimensões seriam menores para Novo Horizonte e o Clarice Ataíde Viera em relação ao Village do Lago I e II. Todavia, a partir dos resultados observou-se que essa hipótese foi refutada. É importante destacar que essa conclusão foi reforçada pelos resultados da Anova a um fator LSD. A Anova a um fator LSD mostrou que o Village do Lago I e II e o Clarice Athayde Vieira formam um grupo homogêneo e o Novo Horizonte forma outro grupo.

A partir dessas observações e baseado no que foi exposto, no próximo tópico são feitas as considerações finais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho é a comparação quali-quantitativa entre os bairros selecionados, que ficam no entorno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – *Campus* Montes Claros. Partiu-se da hipótese de que o Clarice Athayde Vieira e o Novo Horizonte, por se originarem de conjuntos habitacionais, teriam melhores índices de qualidade de vida em relação ao Village do Lago I e II, que se originaram de um loteamento comercial e de áreas doadas pelo poder público municipal. Assim, usou-se duas análises, sendo uma histórica, geográfica e social, e a outra estatística. Com base nessas análises, foram feitas algumas considerações.

Pensando-se na questão dos serviços públicos, o atendimento à região é deficitário. O crescimento desses serviços não conseguiu acompanhar o ritmo do adensamento populacional da região. Notou-se também uma concentração dos serviços na região centro-sul da cidade. Nessa perspectiva, entendeu-se que a qualidade de vida dos moradores dos bairros em estudo é menor do que a de outras regiões de Montes Claros. Essa característica pode trazer deterioração da sustentabilidade do desenvolvimento humano.

No tocante à qualidade ambiental, entendeu-se que a quantidade de lixo encontrado nas ruas dos bairros e também nos lotes vagos e áreas públicas ou de reserva ambiental (neste caso, na margem dos corpos d'água que drenam a área e as regiões das voçorocas) tem trazido consequências negativas. Estas enquadram-se em vários tipos de poluição (visual, do solo, dos corpos d'água e também do ar), além do risco de proliferação de doenças. Desse modo, comparando-se os bairros e em relação à poluição dos corpos hídricos, os mais afetados são o Village do Lago I e o Clarice Athayde Vieira que estão localizados na parte mais baixa das vertentes. Por sua vez, com relação à poluição do ar e visual, o Novo Horizonte, uma parte do Village do Lago I e o Village do Lago II têm maior impacto, já que estão em áreas com altitude mais elevada, sendo susceptíveis à maior incidência de correntes de vento. Especificamente o Village do Lago I e o Clarice Athayde Vieira possuem um número elevado de lotes vagos e, também, proporcionalmente, maior extensão de ruas não pavimentadas, sendo mais afetados pela poluição do ar.

Com relação à habitação, Mendonça (2006) entende que a posse de uma moradia traz ao indivíduo uma situação de relativa

estabilidade¹³⁰, podendo direcionar a sua renda para outras questões que não sejam o pagamento de alugueis. Ao mesmo tempo, com a posse, a família pode investir no melhoramento da moradia, fato que interfere diretamente na melhoria da QV. Entretanto, uma parcela dos bairros Village do Lago I e II foi classificada por Leite (2011) como favela, situação que traz diferenças consideráveis na qualidade de vida.

No tocante ao cálculo do Índice de Vulnerabilidade das Famílias e suas dimensões, concluiu-se que os bairros são estatisticamente homogêneos, refutando a hipótese inicial de diferenciação. Esse cálculo mostrou também que a dimensão que mais influenciou no índice foi a Desenvolvimento Infanto-Juvenil. Dessa forma, não foi observada a suposição inicial de que as questões habitacionais e de origem dos bairros poderiam trazer diferenciação entre os mesmos. Essa conclusão foi reforçada pelos resultados da Anova a um fator LSD.

Com relação aos tipos de análises utilizados, na histórica, geográfica e social, a fonte de dados contemplou toda a população das localidades em estudo. Por sua vez, a análise estatística contemplou somente a população referenciada.

Outro ponto a se observar é que as análises são complementares. O exemplo mais latente é que na análise histórica, geográfica e social, foram verificadas questões ligadas ao meio ambiente e à disponibilidade de serviços públicos. Nos questionários socioeconômicos foram encontradas poucas informações sobre a disponibilidade de serviços públicos e, com relação ao meio ambiente, as informações estavam mais relacionadas ao saneamento básico. Assim, notou-se o caráter complementar entre as análises.

O último ponto a salientar relaciona-se à questão da comparação dos bairros estudados com outras áreas. Os resultados apresentados nos trabalhos de Furtado (2012, 2013) e de Barros, Carvalho e Franco (2003) dizem respeito ao cálculo do IVF à nível nacional, por regiões metropolitanas, por áreas rurais e urbanas, e por unidades da federação. Todavia, no presente estudo, houve a retirada de alguns dos indicadores do IVF por não haver disponibilidade de informações para contemplá-los nos questionários socioeconômicos¹³¹. Essa retirada inviabilizou a comparação entre os resultados deste trabalho com os dos autores citados. Ressalta-se que estes últimos priorizaram áreas de maior

¹³⁰ A estabilidade refere-se a certeza de que o indivíduo tem um lugar onde morar. (N.A.)

¹³¹ Essas questões foram tratadas no tópico 3 deste trabalho. (N.A.)

abrangência, diferenciando-se deste estudo cujo enfoque é somente quatro bairros.

Após essas considerações pôde-se argumentar que este é o primeiro esforço para a construção de uma metodologia aplicada à comparação entre pequenas porções do espaço, nesse caso, bairros de uma mesma cidade. É perceptível que o conceito de qualidade de vida é complexo e ainda com várias indefinições, ampliando-se também para a sua mensuração. Nesse prisma, a formulação de metodologias para a mensuração da qualidade de vida em ambiente urbano é um tema complexo primeiramente por ser recente e, também, por envolver diversas variáveis, especialmente aquelas de cunho subjetivo. Baseando-se na argumentação exposta, concluiu-se que este trabalho contribuiu para o esforço inicial de construção de metodologias para a mensuração de qualidade de vida em pequenas porções do espaço.

Esta pesquisa gerou, ainda, algumas dúvidas. Primeiramente, qual seria a metodologia mais apropriada para a mensuração da qualidade de vida entre bairros? Será o IVF um bom indicador? A utilização de duas análises foi apropriada? Essas dúvidas não conseguiram ser respondidas ainda já que este é um dos primeiros estudos relacionados ao tema. Assim, esse poderá ser o ponto de partida para estudos futuros.

7. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida: definição, conceito e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Edições EACH, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9284: Equipamentos Urbanos – Classificação**. Março de 1986.

AZEVEDO, Leon Martins Carriconde. O rural e o urbano na teoria de Henri Lefebvre. **XIII Jornada do Trabalho**. Presidente Prudente, outubro de 2012. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/09.pdf>. Acessado em 13/12/2014.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. O índice de desenvolvimento das famílias (IDF). **Textos para Discussão**. n. 986. Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 2003. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0986.pdf. Acessado em 05/09/2013.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARDOSO, José Maria Alves. O Norte de Minas Gerais: Um Estudo de suas Transformações Espaciais. In: Oliveira, M. F. M. & Rodrigues, L. (Org.). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. 1ªed. Montes Claros: Unimontes, 2000.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. **Caderno CRH**. n. 26/27. Janeiro/dezembro de 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, V. G. Favelas e assemelhados: o conceito e o estado da arte. **Revista GeoUERJ**. Rio de Janeiro, n. 15-16, p.21-34, 2004.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. São Paulo: Saraiva, 1999.

DANCEY, Christine P; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia**. Porto Alegre: Penso, 2013.

ESPADA, João Carlos. Direitos sociais de cidadania – uma crítica a F. A. Hayek e R. Plant. **Análise Social**. v. XXX. 1995. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379783V7oBL9qs1Du95OK0.pdf>. Acessado em 02 de julho de 2014 as 11:53h.

FERREIRA, Armando Mateus. **SPSS – Manual de utilização**. Escola Superior Agrária de Castelo Branco, 1999. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/gpat/wp-content/uploads/2012/05/Manual-de-Spss-pt.pdf>>. Acessado em 05/09/2014.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação da qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência e saúde coletiva**. n. 01. v. 05. Janeiro-março de 2000.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida et al. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**. n. 01. v. 21. 1999.

FONSECA, Luciana Silva. **Planejamento urbano: análise da configuração do espaço da cidade de Montes Claros-MG**. Montes Claros: Unimontes, 2010. Disponível em < <http://www.ppgds.unimontes.br/index.php/2010?task=document.download&id=66>>. Acessado em 10 de abril de 2014 as 09:56h.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida no meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. **Saúde Pública**. n. 02. São Paulo, 1991.

FRANÇA, Iara Soares de. Os subcentros em comércio e serviços como novas centralidades em cidades médias: estudo do Major Prates em Montes Claros/MG. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia**. Porto Alegre, 2010.

_____. **Aglomerção urbana descontnua de Montes Claros/MG: novas configuraes socioespaciais**. Uberlndia: UFU, 2012. Disponvel em <
http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/1247/1/Aglomera%C3%A7%C3%A3oUrbanaDescont%C3%ADnua_parte%201.pdf>. Acessado em 10 de abril de 2014 as 10:30h.

FRANÇA. Iara Soares de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade mdia e centralidades: o subcentro Major Prates em Montes Claros/MG. **Unimontes Cientfica**. Montes Claros, v. 9. n. 1. Janeiro a junho de 2007.

FREITAS, Julyana Gomes. **Vulnerabilidade de crianas no contexto das famlias que vovem com HIV/AIDS**. Fortaleza: UFC, 2013. Disponvel em
http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7367/1/2013_tese_jgfreitas.pdf. Acessado em 13/12/2014.

FREITAS, Tanise Dias. **Desenvolvimento humano e qualidade de vida: a racionalidade do piscicultor do arranjo produtivo local da piscicultura do municpio de Restinga Seca no Rio Grande do Norte**. Santa Maria: UFSM, 2011. Disponvel em
<<http://w3.ufsm.br/ppgcsociais/docs/dissertacoes/dissertacao-tanise.pdf>>. Acessado em 05 de maro de 2014 as 15:32h.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Projeto Especial Cidade de Porte Mdio: sub-projeto de Montes Claros de 1980**. Disponvel em:
<http://www.fjp.gov.br/index.php/component/docman/doc_download/248-informativo-cei-pib-dos-municipios-de-minas-gerais-2007>. Acessado em 15/03/2014 as 10:38h.

FURTADO, Bernardo Alves. Índice de Vulnerabilidade das Famlias: atualizao (2003-2009) e recortes geogrficos. **Texto para discussao**. n. 1699. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponvel em <

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1699.pdf>. Acessado em 05/09/2014.

_____. Índice de Vulnerabilidade das Famílias (2000-2010): resultados. **Texto para discussão**. n. 1835. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18165. Acessado em 05/07/2014 as 15:30h.

GONÇALVES, Silas de Oliveira; BERVIQUE, Janete de Aguirre. Influência da relação entre ciência e fé n qualidade de vida. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**. Ano IX. n. 16. Maio de 2011.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GUIMARÃES, Juliana-Bahiense de Sousa. **Análise estatística utilizando o SPSS: guia prático de comandos**. Salvador, 2010. Disponível em <http://www.prograd.uff.br/estatistica/sites/default/files/Apostila-SPSS.pdf>. Acessado em 05/09/2014.

GUIVANT, Júlia S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diálogo e a profecia. **Estudos sociedade e agricultura**. n. 16. Abril de 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Operação Censitária. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>>. Acessado em 15 de abril de 2014.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEITÃO, Lúcia. A cidade de Simmel: a cidade dos homens. **Cadernos Metrópoles**. v. 13. n. 26. São Paulo, jul/dez de 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/14764/10768>. Acessado em 13/12/2014.

LEITE, Marcos Esdras; PEREIRA, Anete Marília. **Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008.

LEITE, Marcos Esdras. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo e da dinâmica de favela em cidade média: o caso de Montes Claros**. Uberlândia: UFU, 2011. Disponível em <
http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3440>. Acessado em 10 de abril de 2014 as 11:05h.

LEVIN, Jack. **Estatística aplicada às ciências humanas**. São Paulo: Harba, 1987.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Teoria Marxista e Evolução Urbana: breve introdução. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 16. n. 1. Janeiro a Dezembro de 1996. Disponível em
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/4316>. Acessado em 25 de maio de 2015.

MARGOTTO, Paulo R. **Estatística computacional: uso do SPSS (Statistical package for the social sciences): o essencial**. Brasília, 2012. Disponível em
<http://www.paulomargotto.com.br/documentos/SPSS-2010.doc>. Acessado em 13/12/2014.

MARTINI, Ricardo Agostini. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. **Textos para discussão**. n. 369. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em <
<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20369.pdf>>. Acessado em 08 de julho de 2014 as 15:32h.

MATA, Daniel da. et al. Um exame dos padrões de crescimento das cidades brasileiras. **Textos para discussão**. n. 1155. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1155.pdf. Acessado em 08 de julho de 2014 as 15:45h.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Planejamento e medição da qualidade de vida urbana. **Cadernos Metrôpoles**. n. 15. São Paulo, Primeiro semestre de 2006. Disponível em

<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/8775/6499>.
Acessado em 14/01/2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 5. n. 1. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>. Acessado em 05/05/2014.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Célio Campolina; CROCCO, Marco. **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MORATO, Rúbia Gomes. **Análise da qualidade de vida urbana no município de Embu-SP**. São Paulo: USP, 2004. Disponível em <<http://dspace.universia.net/bitstream/2024/101/1/mestrado-rubia.PDF>>. Acessado em 05 de março de 2014 as 07:36h.

MORATO, Rúbia Gomes; KAWAKUBO, Fernando Shinji; LUCHIARI, Aílton. Avaliação da qualidade de vida urbana no município de Embu por meio de técnicas de geoprocessamento. **GEOUSP Espaço e Tempo**. n. 23. São Paulo, 2008. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/74086/77728>. Acessado em 03/04/2014.

MONTES CLAROS. Arquivo da Câmara Municipal. **Plano de Desenvolvimento de Montes Claros: Diretrizes de 1991**. Montes Claros: PMMC, 1991.

MUNDSTOCK, Elsa; FACHEL, Jandyra Maria Guimarães; CAMEY, Susy Alves; AGRANONIK, Marilyn. Introdução à Análise Estatística utilizando o SPSS 13. **Cadernos de matemática e estatística**. Série B. nº XX. Porto Alegre, UFRGS, maio de 2006. Disponível em http://www.mat.ufrgs.br/~camey/SPSS/Introdu%20%E7%E3o%20%E0%20An%20lise%20Estat%20EDstica%20utilizando%20o%20SPSS%2013_0.pdf. Acessado em 22 de novembro de 2014 as 00:23.

NAHAS, Maria Inês Pedroso. **Bases teóricas, metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intra-urbanos na gestão**

municipal da qualidade de vida urbana em grandes cidades: o caso de Belo Horizonte. São Carlos: UFSCAR, 2002. Disponível em http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/2/TDE-2008-05-09T08:37:00Z-1824/Publico/1753.pdf. Acessado em 16 de abril de 2014 às 00:16h.

OLIVEIRA, Leandro Dias de; RIBEIRO, Guilherme. Geografia econômica e marxismo em tempos de globalização. **6º Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas, 2009. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/geografia-economica-e-marxismo-em-tempos-de-globalizacao.pdf. Acessado em 27 de maio de 2015.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; GUEDES, Geraldo Matos. **Depoimentos empresariais II: Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2003.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; SILVEIRA, Mário Sérgio Costa da Silveira. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE): uma visão geral e sua atuação em Montes Claros (MG). **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005.

PANZINI, Raquel Gehrke et al. Qualidade de vida e espiritualidade. **Revista de Psicologia Clínica**. n. 34. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a14v34s1.pdf>. Acessado em 10/07/2014.

PENHAVAL, Pedro Felix Carmo. Capitalismo avançado e acumulação primitiva: a urbanização por despossessão. II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais. Goiana: UFG, 2011. Disponível em http://anais.cienciassociais.ufg.br/up/253/o/Pedro_Felix_Carmo_Penhavel_resumo.pdf. Acessado em 20 de maio de 2015.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Uberlândia: UFU, 2007. Disponível em <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/1093/1/CidadeM%C3%A9diaRegi%C3%A3o.pdf>>. Acessado em 10 de abril de 2014 às 11:18h.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3º ed. São Paulo: Ed. 34, 1998.

PONTES, Nicole Louise M. T. de. Os motivos de tais fotografias: os usos sociais das fotografias para uma leitura sociológica do mal. **Política e trabalho**. n. 40. Abril de 2014. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/20155/11172>. Acessado em 05/09/2014.

ROBERTO, Gilson Luís. Espiritualidade de Saúde. In: TEIXERIA, Evilázio Francisco Borges; MÜLLER, Marisa Campio; SILVA, Juliana Dors Tigre da (Org.). **Espiritualidade e Qualidade de Vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ROCHA, Neusa Sica da; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Religiosidade, saúde e qualidade de vida: uma revisão de literatura. In: TEIXERIA, Evilázio Francisco Borges; MÜLLER, Marisa Campio; SILVA, Juliana Dors Tigre da (Org.). **Espiritualidade e Qualidade de Vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. **Textos para discussão**. n. 68. Campinas, IE/UNICAMP, 1999. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1698&tp=a>>. Acessado em 10/10/2001 as 13:34h.

_____. Globalização e meio ambiente. **Textos para discussão**. n. 91. Campinas, IE/UNICAMP, 1999. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1721&tp=a>>. Acessado em 10/10/2001 as 13:33h.

_____. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Campinas: IE/UNICAMP, 2001. (Textos para discussão, n. 102). Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1732&tp=a>>. Acessado em 10/10/2001 as 13:35h.

SANTOS, Luís Delfim; MARTINS, Isabel. Qualidade de vida urbana: o caso da cidade do Porto. **Working Papers da FEP**. n. 116, Cidade do

Porto, Maio de 2002. Disponível em <http://wps.fep.up.pt/wps/wp116.pdf>. Acessado em 11/12/2013.

SANTOS, Milton. São Paulo: metrópole internacional do terceiro mundo. **Revista do Departamento de Geografia**. n. 07. São Paulo: DG-FFLCH-USP, 1994. Disponível em <http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/viewFile/233/212>. Acessado em 19 de abril de 2014 as 10:31h.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo. Hucitec. 1999.

SCHNEIDER, Sérgio; FREITAS, Tanise Dias. Qualidade de vida, diversificação e desenvolvimento: referências práticas para a análise do bem-estar no meio rural. **Olhares Sociais**. n. 01. v. 02. Cachoeira, janeiro-junho de 2013. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/882.pdf>. Acessado em 25/04/2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Amartya Sen – Biographical. Disponível em http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1998/sen-bio.html. Acessado em 21 de maio de 2014 as 10:50h.

SILVEIRA, Yara Maria Soares Costa da. **Montes Claros e o bairro Cidade Industrial: retrato de um centro polarizador no norte-mineiro**. Uberlândia: UFU, 2003.

SILVEIRA, Mário Sérgio Costa da. Pressupostos ambientais/econômicos e sua influência sobre as relações empresariais na atualidade. V Encontro de Geografia da Unimontes. Montes Claros, 2005. **Anais eletrônicos**. 1 CD-Rom.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização: núcleos urbanos na história, revolução industrial e urbanização, cidade moderna: para onde vai?** São Paulo: Contexto, 1989.

TANAGINO, Karina Dias. **Planejamento urbano e segregação sócio-espacial na cidade capitalista: um estudo de caso do conjunto habitacional Jardim Caiçaras em Juiz de Fora-MG**. Rio Grande: FURG, 2013. Disponível em <http://www.ufjf.br/latur/files/2011/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Karina-pdf.pdf>. Acessado em 27 de maio de 2015.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges; MÜLLER, Marisa Campio; SILVA, Juliana Dors Tigre da (Org.). **Espiritualidade e Qualidade de Vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TEIXEIRA, Gilmara Emília. **Faces e interfaces da pobreza e do desenvolvimento: uma análise para a cidade de Montes Claros (MG)**. Montes Claros: Unimontes, 2007. Disponível em <<http://www.ppgds.unimontes.br/index.php/2007?task=document.downloa&id=21>>. Acessado em 21 de fevereiro de 2013 as 15:50h.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística Básica**. São Paulo: Atlas, 1985.

VALLADARES, L. P.; MEDEIROS, L. **Pensando as favelas do Rio de Janeiro/1906-2000: uma bibliografia analítica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ/URBANDATA, 2003.

VERSIANI, Isabela Veloso Lopes. **Lazer e qualidade de vida urbana: análise a partir da distribuição de equipamentos públicos para vivência físico-esportiva**. Montes Claros: Unimontes, 2011. Disponível em <<http://www.ppgds.unimontes.br/index.php/2011>>. Acessado em 07 de abril de 2014 as 10:30h.

VIALI, Lorí. **Apostila: testes de hipóteses não paramétricos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em <http://www.mat.ufgrs.br/~viali/estatistica/mat2282/material/apostilas/tes tes não parametricos.pdf>. Acessado em 13/12/2014.

VISCARRA, Simone Piletti. Desenvolvimento econômico, capital social e qualidade de vida em Porto Alegre/RS. **Política Hoje**. v. 20. n. 01. Recife, 2011. Disponível em <http://www.revista.ufpe.br/politica hoje/index.php/politica/article/view/11/73>. Acessado em 14/05/2014.

8. APÊNDICES

Apêndice 01: Questionário Socioeconômico do CRAS JK/Village do Lago

Prefeitura Municipal de Montes Claros
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Centro de Referência em Assistência Social – CRAS

I- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Motivo de Referenciamento: _____

NIS: _____ Valor: _____ Data: ____/____/____

Nome: _____

Sexo: (☐) M (☐) F

Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

Endereço: _____ n.º _____ Ponto de Referência: _____

Bairro: _____ Telefone: (____) _____

Estado Civil: (☐) Solteiro (☐) Casado (☐) Viúvo (☐) Divorciado (☐)

Separado (☐) União Estável

II- DOCUMENTAÇÃO DO REFERENCIADO:

Carteira de Identidade (n.º/Série): _____ CPF: _____

Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____

III- COMPOSIÇÃO FAMILIAR E CONDIÇÃO ECONÔMICA:

Número de Pessoas que residem na mesma casa:

Nome	Idade	Grau de Parentesco	Data de Nascimento	Estado Civil	Escolaridade	Profissão/Ocupação	Renda

Quem é o arrimo da família: _____

Sem renda, recebe ajuda de terceiros? (☐) Sim (☐) Não

PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL OU RECEBE ALGUM BENEFÍCIO COMO:

() Não () Sim, qual? _____

HÁ ALGUÉM NA FAMÍLIA SEM DOUMENTAÇÃO?

() Não () Sim, quem: _____

() CPF () RG () Carteira de Trabalho () Certidão de Nascimento ()
Certidão de Casamento () Título de Eleitor

DEDUÇÃO COM DESPESAS FIXAS:

Aluguel	Água	Luz	Telefone	Médico	Remédios	Alimentação	Transporte	Outros

SITUAÇÃO HABITACIONAL:

Tipo de Moradia	() Casa () Barraco () Cortiço () Apartamento
O imóvel é	() Próprio () Cedido () Alugado R\$: _____
Risco	() Inundação () Deslizamento () Solamento () Não tem risco
Estado de Conservação	() Ótimo () Bom () Regular () Ruim
Parede	() Alvenaria () Adobe () Tábua/lona/latão () Outros: _____
Cobertura	() T. Amianto () T. Cerâmica () Laje () T. Metálica () Lona () Outros: _____
Piso	() Cerâmica () Taco () Pedra () Cimento () Chão batido () Outros: _____
Há mais de dois moradores por dormitório?	() Sim () Não Se sim, qual o motivo? _____ _____
Número de cômodos	n.º _____
Há banheiro na residência?	() Sim () Não
Escoamento Sanitário	() Rede de Esgoto/Rede Pública () Fossa Séptica () Céu Aberto () Outros: _____
Tipo de Iluminação	() Relógio Próprio () Sem relógio () Relógio

	Comunitário/Dividido () Outro: _____
Abastecimento de Água	() Rede pública () Poço/Nascente () Carro Pipa () Outros: _____
Tratamento de Água	() Cloração () Filtrada () Fervura () Sem tratamento
Destino do Lixo	() Coletado () Céu aberto () Queimado () Enterrado () Jogado em aterro baldio () outro: _____
Situação da Rua	() Asfaltada () Calçada () Terra () Outro: _____

CONDIÇÕES DE SAÚDE:

Na família tem alguém com doença grave? () Sim () Não

Quem: _____ Qual: _____

Alguém na família faz uso de medicamento contínuo ou controlado?

() Sim () Não Se sim, quem? _____

Há quanto tempo? _____

Faz tratamento? () Sim () Não Tem interesse em se tratar? ()

Sim () Não

Como adquire o medicamento? () Compra () Doação () Farmácia

Popular () Unidade básica de saúde

CONFLITOS RELACIONADOS AO USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORRECENTES

Há alguém na família que faz uso de bebida alcoólica ou drogas?

() Sim () Não Se sim, quem? _____

Há quanto tempo? _____

Faz tratamento? () Sim () Não

Tem interesse em se tratar? () Sim () Não

GRAVIDEZ PRECOCE

Há no grupo familiar alguém que foi mãe na adolescência?

() Sim, quantos filhos? () Não

PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Há no grupo alguém com algum tipo de deficiência? () sim () Não

IDOSO

Há no grupo algum idoso? () sim () Não

Conta com alguém para realizar as atividades de vida diária? () sim

() Não / Se sim, qual? _____

INFORMAÇÕES DIVERSAS

Apêndice 02: Visualização de parte da voçoroca localizada na divisão entre os bairros Village do Lago I e II



Fonte: Silveira, 2015.

Apêndice 03: Visualização do Beco 13 no Village do Lago II

Fonte: Silveira, 2015.

**Apêndice 04: Visualização de Residências Populares do Bairro
Clarice Athayde Vieira**



Fonte: Silveira, 2015.

Apêndice 05: Visualização de Residências Populares do Bairro Clarice Athayde Vieira com a presença de aquecedores solares



Fonte: Silveira, 2015.

Apêndice 06: Visualização de uma caixa d'água de aquecedor solar do bairro Clarice Athayde Vieira com destaque para o Logotipo da CEMIG



Fonte: Silveira, 2015.

Apêndice 07: Visão de parte da Rua O nas margens do Córrego Pau Preto



1- Sulcos escavados pela ação da enxurrada; 2- Presença de entulho e material de construção; 3- acúmulo de lixo.

Fonte: Silveira, 2015.

Apêndice 08: Visão de sulcos abertos pela enxurrada e do acúmulo de lixo e entulho na Avenida 1 entre os bairros Village do Lago I e II



Fonte: Silveira, 2015.

**Apêndice 09: Visão de edificação ilegal na Rua O nas margens do
Córrego Pau Preto**



Fonte: Silveira, 2015.

**Apêndice 10: Visão de olaria ilegal no Village do Lago I nas
margens do Córrego Pau Preto**



Fonte: Silveira, 2015.

**Apêndice 11: Visão de edificação prestes a desabar no canal do
Córrego Pau Preto no Village do Lago I**



Fonte: Silveira, 2015.

**Apêndice 12: Visualização de edificações em área de risco
(voçorocas) nos bairros em estudo**



1- Imóvel demolido pela Defesa Civil no Village do Lago I; 2- Construção na margem da vertente da voçoroca no Village do Lago I; 3 e 4- Construções na margem da vertente da voçoroca no Novo Horizonte.

Fonte: Silveira, 2015.

Apêndice 13: Vista parcial da irregularidade em uma porção da Avenida Rui de Albuquerque na divisa entre o Village do Lago I e o Planalto



Fonte: Silveira, 2015.

**Apêndice 14: Visualização de sulcos abertos na rua Quatro no
Clarice Athayde Vieira**



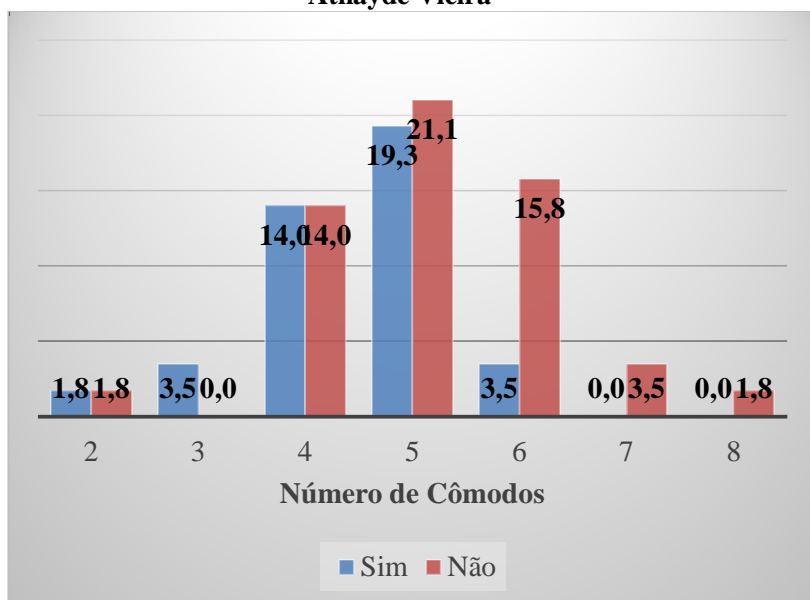
Fonte: Silveira, 2015.

**Apêndice 15: Sulcos abertos na rua Dois no Clarice Athayde Vieira
pela falta de rede coletora de água pluvial**



Fonte: Silveira, 2015.

Apêndice 16: Resposta à pergunta: "Há mais de dois moradores por cômodo?" X Número de Cômodos (%) do Bairro Clarice Athayde Vieira¹³²



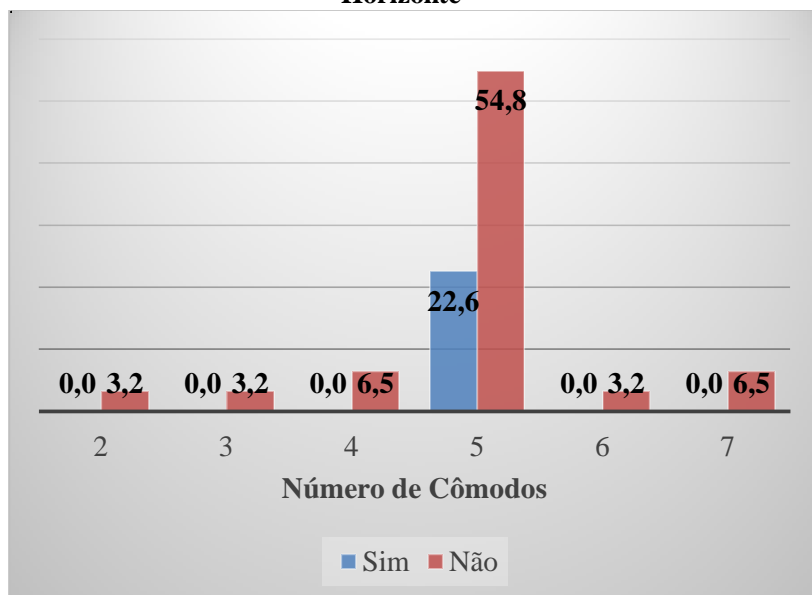
Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=57.

¹³² A distribuição é normal e o Anova P-valor=0,00001.

Apêndice 17: Resposta à pergunta: "Há mais de dois moradores por cômodo?" X Número de Cômodos (%) do Bairro Novo Horizonte¹³³



Fonte: PMMC, 2014.

Org.: Silveira, 2014.

N=31.

¹³³ A distribuição é normal e o Anova P-valor=0,00001.

Apêndice 18: Listagem das variáveis secundárias e utilização

Nome	Utilização
Profissões padronizadas de acordo com a Classificação Brasileira de Profissões	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
V1. Alguma mulher teve filho nascido vivo neste último ano	Cálculo do IVF e de suas dimensões
V2. Alguma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos	Cálculo do IVF e de suas dimensões
V3. Presença de criança	Cálculo do IVF e de suas dimensões
V4. Presença de criança ou adolescente	Cálculo do IVF e de suas dimensões
V5. Presença de criança, adolescente ou jovem	Cálculo do IVF e de suas dimensões
V6. Presença de idoso	Cálculo do IVF e de suas dimensões
V7. Ausência de Cônjuge	Cálculo do IVF e de suas dimensões
V8. Menos da metade dos membros encontram-se em idade ativa	Cálculo do IVF e de suas dimensões
V9. Presença de pessoas com dificuldade grande ou impossibilidade de caminhar, enxergar, ouvir ou com deficiência mental permanente	Cálculo do IVF e de suas dimensões
V10. Presença de criança no domicílio que não vive com a mãe	Cálculo do IVF e de suas dimensões
C1. Presença de adulto analfabeto	Cálculo do IVF e de suas dimensões
C2. Presença de adulto analfabeto funcional	Cálculo do IVF e de suas dimensões
C3. Ausência de adulto com fundamental completo	Cálculo do IVF e de suas dimensões
C4. Ausência de adulto com secundário completo	Cálculo do IVF e de suas dimensões
C5. Ausência de adulto com alguma educação superior	Cálculo do IVF e de suas dimensões
C6. Ausência de trabalhador com qualificação média ou alta	Cálculo do IVF e de suas dimensões
T1. Menos da metade dos membros da família em idade ativa encontram-se ocupados	Cálculo do IVF e de suas dimensões
T3. Ausência de ocupação no setor formal	Cálculo do IVF e de suas dimensões

T4. Ausência de ocupação em atividade não agrícola	Cálculo do IVF e de suas dimensões
T5. Ausência de ocupação com rendimento superior a 01 salário mínimo	Cálculo do IVF e de suas dimensões
T6. Ausência de ocupação com rendimento superior a dois salários mínimos	Cálculo do IVF e de suas dimensões
R1. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de extrema pobreza	Cálculo do IVF e de suas dimensões
R2. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza	Cálculo do IVF e de suas dimensões
R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências	Cálculo do IVF e de suas dimensões
D1. Presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando	Cálculo do IVF e de suas dimensões
D2. Presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando	Cálculo do IVF e de suas dimensões
D3. Presença de ao menos uma criança de 0-6 anos fora da escola	Cálculo do IVF e de suas dimensões
D4. Presença de ao menos uma criança de 7-14 anos fora da escola	Cálculo do IVF e de suas dimensões
D5. Presença de ao menos uma criança de 7-17 anos fora da escola	Cálculo do IVF e de suas dimensões
D6. Presença de ao menos uma criança de 14 anos com mais de dois anos de atraso	Cálculo do IVF e de suas dimensões
D7. Presença de ao menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	Cálculo do IVF e de suas dimensões
D8. Presença de ao menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto	Cálculo do IVF e de suas dimensões
H1. Domicílio não é próprio	Cálculo do IVF e de suas dimensões
H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido	Cálculo do IVF e de suas dimensões
H3. Densidade de dois ou mais habitantes por dormitório	Cálculo do IVF e de suas dimensões
H5. Acesso inadequado à água	Cálculo do IVF e de suas dimensões
H6. Esgotamento sanitário inadequado	Cálculo do IVF e de suas dimensões
H7. Lixo não coletado	Cálculo do IVF e de suas dimensões
H8. Sem acesso à eletricidade	Cálculo do IVF e de suas dimensões

H14. Domicílio Improvisado	Cálculo do IVF e de suas dimensões
Número total de crianças na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de idosos na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de adolescentes na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de jovens na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de adultos na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de analfabetos na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de pessoas com o ensino fundamental incompleto na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de pessoas com o ensino fundamental completo na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de pessoas com o ensino médio completo na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de pessoas com o ensino superior completo na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de trabalhadores dos serviços na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de vendedores e prestadores de serviço no comércio na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Número total de trabalhadores de funções transversais na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pessoas do lar na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de trabalhadores informais na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de empregados na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de desempregados na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de aposentados, pensionistas, BPC ou deficientes na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de estudantes na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados

Total de trabalhadores de outras ocupações na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pessoas com renda na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pessoas sem renda na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de empregados nos serviços domésticos na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pedreiros na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de serventes de pedreiro na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pessoas casados na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pessoas solteiros na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pessoas viúvos na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pessoas separados na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pessoas divorciados na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados
Total de pessoas em união estável na amostra	Comparação entre os bairros na Análise geral de dados

Fonte: Silveira, 2014.